

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO
RURAL: O CASO DOS ENGENHOS DE
FARINHA DE MANDIOCA DO LITORAL
CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA**

Flora de Oliveira Castellano

Orientador: Oscar José Rover

Florianópolis, 2015

Flora de Oliveira Castellano

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO
RURAL: O CASO DOS ENGENHOS DE
FARINHA DE MANDIOCA DO LITORAL
CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
parte dos requisitos necessários para
obtenção do título de Mestre em
Agroecossistemas.

Orientador: Oscar José Rover

Florianópolis, 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castellano, Flora
Território e desenvolvimento rural: O caso dos Engenhos
de farinha do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina / Flora
Castellano ; orientador, Oscar José Rover - Florianópolis,
SC, 2015.
120 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

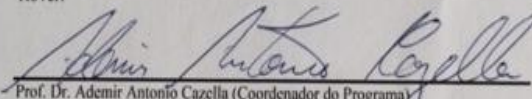
1. Agroecossistemas. 2. desenvolvimento rural. 3.
sociobiodiversidade. 4. comunidades tradicionais . 5.
Engenhos de farinha. I. Rover, Oscar José. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

"Território e Desenvolvimento Rural: o caso dos Engenhos de Farinha de Mandioca do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina"

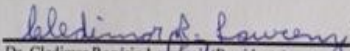
Por

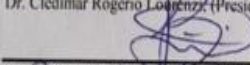
Flora de Oliveira Castellano


Dissertação julgada adequada, em 28 de setembro de 2015, e aprovada em sua forma final, pelos membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC, desenvolvida sob a orientação do Prof. Oscar José Rover.



Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:

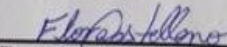

Dr. Cledimar Rogério Lourenzi (Presidente)


Dr. Fábio Luiz Búrgio (Titular/PGA/UFSC)


Dr. René D'Arcy (Titular Externo/CAD/UFSC)


Dr. Marlene Grade (Titular Externo/DZDR/UFSC)

Candidata ao título:


Flora de Oliveira Castellano

Florianópolis, 28 de setembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por todo apoio, amizade e por sempre me mostrarem o valor das pessoas, paisagens e sabores do nosso país.

Aos professores e colegas que compartilharam desses anos de mestrado.

As fontes financiadoras CAPES e Programa Erasmus Mundus Lindo pelo apoio para realização dessa pesquisa.

Aos colegas do Ponto de Cultura, do CEPAGRO e de toda Rede que trabalha pela manutenção dos Engenhos e da vida em equilíbrio com a natureza.

E em especial a todos os agricultores familiares que cultivam vida e cultura. Grande inspiração e motivação para a realização deste trabalho.

Salve a mandioca, a farinha, a natureza e as culturas tradicionais do Brasil!

RESUMO

Através do manejo de recursos naturais disponíveis e sistemas produtivos específicos, comunidades tradicionais que atuam com Engenhos de Farinha de Mandioca (EFM) no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina se desenvolvem e mantêm suas identidades culturais ao longo de gerações. Essas populações constituem parte da rica sociobiodiversidade brasileira, mantida através da intrínseca relação do homem com a natureza. Apesar da importância histórica, a perpetuação dessas atividades, alimentos e culturas ao longo do tempo sofre diversas ameaças. Buscamos assim, analisar o atual papel dos EFM nas dinâmicas de desenvolvimento rural das comunidades que os mantêm. A análise foi realizada a partir das seguintes categoriais: Preservação de paisagens e manutenção da agrobiodiversidade (dimensão ambiental); Soberania alimentar e oferta de cesta de bens e serviços territoriais (dimensão econômica); Governança local, rede institucional e reprodução

cultural (dimensão social). Através da pesquisa identificamos a motivação de atores locais de diferentes gerações em manter hábitos e atividades vinculadas aos EFM. O forte turismo presente no território indica boas oportunidades para a oferta de produtos serviços que valorizam recursos materiais e imateriais específicos. Identificamos também desafios a serem superados, como o fortalecimento de uma governança local frágil e de uma rede institucional incipiente. Apesar da vulnerabilidade gerada por pressões externas, vemos importantes ações e articulações em torno da manutenção ambiental e cultural local.

Palavras chaves: desenvolvimento rural, território, sociobiodiversidade, comunidades tradicionais, Engenhos de farinha, mandioca

ABSTRACT

The management of specific natural resources and production systems allows traditional communities that work with cassava flour mills in the south-center coast side of Santa Catarina, Brasil, to develop their cultural identities for generations. These populations are part of the rich Brazilian sociobiodiversity, maintained by the intrinsic relationship between man and nature. Despite the historical importance, the continuation of these activities, foods and cultures over time suffers various pressures. We seek therefore, to examine the current role of some remaining mills in rural development dynamics of the communities that maintain them. The analysis was conducted from the following categories: Landscape preservation and maintenance of agrobiodiversity (environmental dimension); Food sovereignty and territorial offer of products and services (economic dimension); Local governance, institutional framework and cultural reproduction (social

dimension). Through this research we identify the motivation of local actors of different generations in keep habits and activities related to the mills. Strong tourism in the territory indicates good opportunities for consumers that value material and immaterial singulars resources. Challenges to overcome were also identified, such as strengthening a fragile local governance and an incipient institutional network. Despite the vulnerability caused by external pressures, we see important actions and joints around the environmental and cultural territory maintenance.

Key words: rural development, territory, sociobiodiversity, traditional communities, flour mills, cassava.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Antes de Cristo

ACORDI – Associação Comunitária Rural de Imbituba

ADTC – Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina

AE – Agricultura Empresarial

AF – Agricultura Familiar

AIDS – Autoimmune Disease

AL – Alagoas

AMA – Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente

AMOLIN – Associação dos Moradores da Limpa

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ASPECI – Associação de Pescadores da Comunidade de Ipiraquera

ASPR – Associação de Surf da Praia do Rosa

ASSOUVER – Associação de Surf da Praia do Ouvidor

BF – Baleia Franca

BRM – Bacia do Rio da Madre

°C – Centígrados

CBST – Cestas de Bens e Serviços Territoriais

CCA – Conselho Comunitário do Arroio

CCI – Centro Comunitário Ipiraquera

CE – Ceará

CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da
Agricultura de Grupo
CEPAL – Comissão Econômica para América
Latina
CIRAD – Centro de Cooperação Internacional em
Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio
Ambiente e Desenvolvimento
CNPT – Conselho Nacional de Populações
Tradicionais
DGADR – Direção Geral de Agricultura e
Desenvolvimento Rural
DO – Denominação de Origem
DOP – Denominação de Origem Protegida
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
EFM – Engenhos de Farinha de Mandioca
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e
Extensão Rural de Santa Catarina
ETG – Especialidade Tradicional Garantida
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Food and Agriculture Organization
FATMA – Fundação do Meio Ambiente de Santa
Catarina
FEADER – Fundo de Desenvolvimento Rural
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento
Agrícola
Fig. – Figura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e
Ameaças
ha – Hectares
hab – Habitantes

HCN – Ácido Cianídrico
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC – Indústria Carbonífera Catarinense
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IG – Indicações Geográficas
IGP – Indicação Geográfica Protegida
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP – Indicação de Procedência
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
Kg – Quilogramas
km – Quilômetros
LABTER – Laboratório Territorial
LEADER – Relações entre Atividades de Desenvolvimento Rural
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAR – Movimento Ambiental do Rosa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
mg – Miligramas
MG – Minas Gerais
MinC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOVE – Movimento de Valorização das Escolas
do Campo de Santa Catarina

MPA – Ministério da Pesca e da Aquicultura

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra

n° – Número

NMD – Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente
e Desenvolvimento

NUER – Núcleo de Estudos de Identidade e
Relações Interétnica

OCDE – Organización para la Cooperación y el
Desarrollo Económicos

OMC- Organização Mundial do Comercio

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação de
Conformidade

PAC – Política Agrícola Comum

PAEST – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

PdC – Ponto de Cultura

PDR – Plano de Desenvolvimento Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento
Costeiro

PNUD – Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento

Pop. – População

PR – Paraná

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento
da Agricultura Familiar

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista
RIMISP – Centro Latinoamericano para o
Desenvolvimento Rural
RS – Rio Grande do Sul
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SC – Santa Catarina
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e
Pequenas Empresas
SINDAG – Sindicato Nacional das Empresas de
Aviação Agrícola
SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de
Produtos para Defesa Vegetal
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de
Conservação
SP – São Paulo
SPG – Sistema Participativo de Garantia
SPL – Sistemas Produtivos Localizados
t – Tonelada
UC – Unidade de Conservação
UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina
UE – União Européia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Selos de certificação DOP, IGP e ETG.....	42
Figura 2: Pesca de camarão.....	49
Figura 3: Pesca de tainha.....	49
Figura 4: Pé de mandioca.....	50
Figura 5: Maniva utilizada para propagação vegetal.....	51
Figura 6: Mandioca de mesa.....	52
Figura 7: Farinha de mandioca.....	52
Figura 8: Fécula de mandioca.....	52
Figura 9: Tapioca.....	52
Figura 10: Mandioca transportada em micro tratores.....	54
Figura 11: Engenho movido à tração animal.....	54
Figura 12: Engenho movido à roda d'água.....	55
Figura 13: Mandioca transportada por força humana.....	55
Figura 14: Descascar a mandioca.....	55
Figura 15: Lavar .mandioca.....	56
Figura 16: Massa obtida após a trituração.....	56
Figura 17: Prensagem da massa.....	56
Figura 18: Forneamento da farinha.....	57
Figura 19: Produção da farinha d'água.....	58
Figura 20: Farinha embalada em balaio de arumã.....	58

Figura 21: Peneiração fina que finaliza a elaboração da farinha.....	59
Figura 22: Beiju.....	61
Figura 23: Bijajica.....	61
Figura 24: Lagoa do Coração.....	65
Figura 25: Imagem de satélite da área antes ocupada pela comunidade tradicional dos Areiais da Ribanceira (1:50.000).....	67
Figura 26: Estrada de acesso aos Areiais da Ribanceira.....	69
Figura 27: Imagem de satélite que evidencia a atual urbanização do município de Garopaba (1:100.000).....	71
Figura 28: Imagem de satélite da Lagoa do Coração e seu entorno, sobreposta pela perspectiva de ocupação territorial a partir do atual Plano Diretor do município de Paulo Lopes.....	73
Figura 29: Lagoa de Ibiraquera (1:500.000).....	76
Figura 30: Mapa de visitação Engenhos artesanais de Florianópolis e região.....	83
Figura 31: Oficina ambiental, alimentar e patrimonial realizada através do PdC Engenhos de Farinha.....	83
Figura 32: Roda de mulheres realizada em Encontro do PdC Engenhos de Farinha.....	84
Figura 33: Encontro promovido para a identificação e troca de ramas entre agricultores do território.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais linhas de desenvolvimento rural.....	33
Quadro 2: Categorias de análise em casos exitosos de desenvolvimento rural.....	39
Quadro 3: Dimensões para identificação dos recursos de um território.....	44
Quadro 4: Quadro analítico resumido proposto para esta pesquisa.....	45
Quadro 5: Evolução demográfica população urbana (1980-2010).....	73
Quadro 6: Evolução demográfica população rural (1980-2010).....	74
Quadro 7: Densidade demográfica e população rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina.....	75
Quadro 8: Mapeamento das identidades do Litoral Centro-Sul de SC por atores locais do território...	79
Quadro 9: Matriz FOFA, elaborada por agricultores vinculados ao PdC Engenhos de Farinha.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	22
1.1. Pergunta orientadora.....	23
1.2. Objetivos.....	23
1.2.1. Geral.....	23
1.2.2. Específicos.....	24
1.3. Metodologia.....	24
2. DESENVOLVIMENTO RURAL E A SOCIOBIODIVERSIDADE.....	26
2.1. Ruralidade e o desenvolvimento da sociedade.....	26
2.1.1. Agricultura, sociedade e crescimento econômico.....	26
2.1.2. Desenvolvimento humano e a globalização.....	28
2.1.3. Estratégias de desenvolvimento para o meio rural.....	30
2.1.3.1. Contextualização do caso brasileiro.....	34
2.2. Territórios locais e desenvolvimento rural.....	36

2.2.1. Cestas de bens e serviços em territórios rurais.....	39
2.3. Categorias de análise de desenvolvimento rural.....	44
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: UMA DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO LITORAL CENTRO-SUL CATARINENSE.....	46
3.1. Formação social.....	47
3.2. Engenhos de farinha de mandioca.....	50
3.2.1. Mandioca, a raiz do território.....	50
3.2.2. Feitio artesanal da farinha.....	53
3.2.3. Engenhos e o desenvolvimento socioeconômico do território.....	59
3.3. Desenvolvimento contemporâneo.....	63
3.3.1. Patrimônios naturais.....	63
3.3.2. Areiais da Ribanceira e o progresso em Imbituba.....	65
3.3.3. Turismo de Massa em Garopaba...69	
3.3.4. Perspectivas para Lagoa do Coração em Paulo Lopes.....	72

3.3.5. Evolução demográfica do território.....	73
3.4. Rede institucional pelo desenvolvimento rural sustentável.....	75
3.4.1. Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera.....	75
3.4.2. Laboratório de DTS.....	78
3.4.3. Ponto de Cultura Engenhos de Farinha.....	80
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
4.1. Dimensão ambiental.....	86
4.1.1. Preservação de paisagens.....	86
4.1.2. Manutenção da agrobiodiversidade.....	89
4.2. Dimensão econômica.....	92
4.2.1. Soberania alimentar.....	92
4.2.2. Cesta de bens e serviços territoriais.....	95
4.2.2.1. O caso do Engenho dos Andrade.....	101
4.3. Dimensão social.....	103
4.3.1. Governança local.....	103

4.3.2. Rede institucional.....	106
4.3.3. Reprodução cultural.....	109
5. CONCLUSÕES.....	115
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

1. INTRODUÇÃO

Criados a partir da miscigenação cultural entre indígenas e colonizadores açorianos que, há mais de duzentos anos chegaram ao Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, os Engenhos de Farinha de Mandioca (EFM) além de serem o espaço de transformação dessa matéria-prima, a mandioca, permitindo sua armazenagem ao longo do tempo, simbolizam a resistência cultural das comunidades que os mantêm. Fundamentada em formas específicas de organização comunitária e manejo dos recursos naturais disponíveis, essa cultura agroalimentar tradicional reflete a rica sociobiodiversidade encontrada no Brasil. Assim como, os potenciais e desafios que comunidades encontram para manter suas singularidades, paisagens e agrobiodiversidade a elas associadas.

Apesar da importância que representam frente ao atual contexto global de vulnerabilidade ambiental, social e econômica, vemos que estas comunidades sofrem fortes pressões, como a urbanização e a falta de apoio do poder público, o que influencia de forma negativa a continuidade de seus conhecimentos e atividades produtivas ao longo do tempo.

Estudos como este, permitem analisar estratégias e processos de desenvolvimento rural em territórios que mesmo ao se modernizarem, ainda preservam suas culturas tradicionais. Relatos empíricos nos levam a compreensão sobre a realidade destas comunidades, favorecendo o planejamento de ações para essas populações.

Além desta introdução, apresentaremos no segundo capítulo alguns dos principais fundamentos teóricos sobre desenvolvimento rural, suas relações com a sociedade, meio ambiente e crescimento econômico, assim como aspectos chave sobre a perspectiva global e territorial do mesmo. Este capítulo traz ao leitor referências teóricas que o aproxima da temática e categorias de análise utilizadas nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, apresentaremos o caso específico do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, sua formação social, saberes e práticas vinculados ao cultivo da mandioca e atividades nos EFM, e a influência destas unidades produtivas no desenvolvimento socioeconômico do território. Daremos, então, maior ênfase à fase contemporânea deste processo, devido às grandes transformações ocorridas desde a década de 1970, como desapropriação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades rurais, urbanização, especulação imobiliária, turismo de massa, entre

outras. Apresentaremos também ações e articulações estabelecidas para resguardar patrimônios culturais e ambientais.

No quarto capítulo apresentaremos os resultados obtidos através das entrevistas realizadas com agricultores e agentes de desenvolvimento que atuam nas comunidades tradicionais aqui investigadas. Buscamos dessa forma, ser fiéis a visão desses atores sobre as realidades por eles vivenciadas, suas expectativas, dificuldades e potenciais. A apresentação de dados segue as categorias de análise utilizadas para o levantamento de dados empíricos, elaboradas a partir de revisão bibliográfica, principalmente relativa à temática do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Buscamos dessa forma, apresentar o atual papel social, econômico e ambiental dos EFM, assim como sua relação com o desenvolvimento rural nessas comunidades.

Chegamos ao quinto capítulo com as conclusões do trabalho, elaboradas a partir dos dados teóricos e empíricos levantados nessa pesquisa. Buscamos assim, consolidar novos conhecimentos em torno das questões geradas pela aproximação entre meio rural e urbano, sejam eles fatores positivos como negativos. Cabe ainda ressaltar que ao discutirmos sobre culturas, paisagens e agrobiodiversidade, tratamos da realidade vivenciada por pessoas, as quais apesar de se desenvolverem dentro de núcleos sociais singulares estão inseridas em um contexto maior, global, da sociedade contemporânea.

1.1. Pergunta orientadora

O presente trabalho foi orientado pela seguinte pergunta: Qual a representatividade dos Engenhos de farinha de mandioca no desenvolvimento rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina? A busca pela resposta ocorreu através do levantamento de conhecimentos teóricos sobre o tema, assim como empíricos, através de líderes comunitários, agentes de desenvolvimento e atores locais de diferentes gerações.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

Analisar a representatividade dos Engenhos de farinha de mandioca no desenvolvimento rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina.

1.2.2. Específicos

- Definir dimensões de análise de desenvolvimento rural de caráter endógeno;
- Levantar o papel histórico dos EFM no desenvolvimento do território;
- Investigar o atual papel dos EFM nas comunidades tradicionais que os mantêm.

1.3. Metodologia

O método qualitativo foi escolhido para guiar o caminho dessa pesquisa científica, por ser um instrumento que facilita a investigação e análise de realidades e seus complexos fenômenos, como sociais, econômicos, políticos e culturais, sendo portanto, muito utilizado na área das ciências sociais. Segundo Da Matta (1991) este método se diferencia de outros, utilizados na área de exatas por exemplo, por privilegiar a obtenção de dados descritivos, o que leva ao pesquisador ver a situação investigada a partir da perspectiva do entrevistado (conhecimento empírico), permitindo com isso, a construção de um discurso compatível à realidade descrita.

Martins (2004) afirma que a coleta de informações em uma pesquisa qualitativa é realizada a partir de relações de proximidade, o que exige confiança e aceitação por parte dos pesquisados que se dispõem a falar de suas vidas e comunidades, permitindo assim, a reconstrução destas por meio de linguagem escrita e fotográfica principalmente. A eficácia da análise de dados exige intuição e um tipo de trabalho artesanal, resultado da formação acadêmica e experiências práticas do pesquisador (GODOY, 1995).

Dessa forma, após a escolha das comunidades tradicionais que atuam com Engenhos de Farinha de Mandioca no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina como objeto de estudo deste trabalho, definimos o caminho de investigação para o levantamento de dados que permitisse a realização de uma análise sobre desenvolvimento rural. Buscamos assim, definir indicadores da dimensão social, econômica e ambiental, que expressassem a realidade estudada.

Iniciamos assim, com a investigação acadêmica sobre a formação socioeconômica do território, assim como, suas dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento, buscando compreender o papel histórico dos EFM. Logo após, foram mapeadas nos três municípios abrangidos pela pesquisa comunidades tradicionais que mantêm essas unidades produtivas ativas, para iniciarmos então, a investigação sobre

seus atuais papéis nas dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento rural nessas comunidades. Sendo elas, comunidade das Três Barras, em Paulo Lopes, do Macacú e da Encantada, em Garopaba, e dos Areiais da Ribanceira, em Imbituba. A pesquisa foi elaborada através do diálogo entre conhecimentos teóricos e empíricos, permitindo com isso, a construção de um estudo comprometido com a realidade investigada.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas, cujo instrumento de pesquisa foi elaborado a partir de indicadores chaves de desenvolvimento rural sustentável. As entrevistas revelaram expressões espontâneas dos pontos de vistas das pessoas em relação ao papel dos EFM no desenvolvimento rural das comunidades tradicionais aqui investigadas. Os entrevistados constituem líderes comunitários, agentes de desenvolvimento e atores locais de diferentes gerações. Informações coletadas em documentos, eventos, oficinas e reuniões, também contribuíram para a análise de desenvolvimento rural aqui realizada.

Por questões éticas, tivemos neste trabalho a preocupação de elaborar um discurso que possa ser apreendido e utilizado pelo grupo social aqui investigado, gerando assim, conhecimentos úteis e representativos. É importante ressaltar que como afirma o pesquisador Laperrière (1997), apesar da discussão entre conhecimento teórico e empírico favorecer a construção científica em geral, as especificidades encontradas nas realidades estudadas não são generalizáveis para qualquer contexto.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL E A SOCIOBIODIVERSIDADE

2.1. Ruralidade e o desenvolvimento da sociedade

2.1.1. Agricultura, sociedade e crescimento econômico

O desenvolvimento da agricultura e das primeiras sociedades se constituíram inicialmente em um mesmo processo, os territórios em que se estabeleceram as primeiras civilizações, como antigo Egito, Mesopotâmia, e América Central, tinham alguns fatores em comum, como a presença de terra fértil e água para irrigação e condições climáticas que permitiram a viabilização de atividades agrícolas. Além disso, costumes e relações comunitárias auxiliaram na formação de pequenas aldeias, que ao longo do tempo se desenvolveram em sociedades mais complexas como o Império Romano, o Grego e o Chinês. Vemos assim, que a organização social e o cultivo da terra, além de permitir o atendimento às demandas locais de alimento e energia, possibilitaram o acúmulo de excedentes para comercialização, geração de riquezas, e surgimento de novas atividades econômicas (HIGHAM, 1990).

O Movimento Iluminista¹, marca o início de estudos sobre comportamentos sociais e o meio ambiente. Como o filósofo John Locke com a teoria do **empirismo**, que afirma que a construção de conhecimentos só é possível através de experiências e percepções sensoriais que os indivíduos constroem a partir do ambiente em que vivem. Nesse sentido, o antropólogo inglês Edward Tylor, define o termo **cultura** como: “Um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Paisagens naturais transformadas em ecossistemas cultivados, os chamados **agroecossistemas**, demonstram segundo Bryden & Hart (2001) a capacidade do homem de se reproduzir socialmente através da transmissão de técnicas e conhecimentos sobre o cultivo e processamento de determinadas plantas ao longo de gerações. A ancestralidade dessa relação é vista na própria palavra **Agricultura** que representa a relação do homem (*cultura*) com a terra (do latim *Ages*).

¹ Movimento intelectual que surgiu na Europa durante o século XVIII, durante o qual importantes pensadores da época desenvolveram teorias que defendem a necessidade dos homens utilizarem a razão (luz) para saírem da obscuridade do regime vigente. Promoveram assim mudanças políticas, econômicas e sociais, fundamentadas nos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Segundo Diamond (1997) a grande transformação entre a utilização de métodos artesanais de produção em pequena escala, para os ditos **modernos**, voltados às grandes produções agropecuárias, teve início entre os Sec. XVIII e XIX, durante a chamada **Revolução Industrial**, com o emblemático caso da Inglaterra, em que os agricultores foram transferidos do campo para as cidades para trabalharem nas indústrias.

Ao concentrar demográfica, política e economicamente as populações nos centros urbanos, o fenômeno facilitou a especialização produtiva entre nações e a diminuição nos custos de transporte e distribuição de alimentos, permitindo assim, o aumento da produção agrícola mundial em cerca de 60 vezes. Em consequência, cresceram também as transformações no meio rural, seja social como ambientalmente (MADDISON, 1989).

Essa integração global comercial gerou também o aumento de disparidades econômicas entre os chamados países do Norte, ou **desenvolvidos**, modernizados e industrializados, e os chamados países do Sul, ou **em desenvolvimento**, provedores de matérias primas de baixo valor agregado em larga escala, as chamadas *commodities*². Tal situação é discutida pelo autor Pomeranz (2000) como “a grande divergência”, a qual pode ser ilustrada com o caso da cadeia produtiva do cacau, matéria-prima produzida nos países do Sul, mas processada e comercializada globalmente pelos países do Norte.

Este cenário internacional representa a organização política e econômica atual, também chamada de **globalização**, em que o aporte de capital e tecnologia definem centros de poder e direcionam modelos de agricultura e fluxos comerciais em todo mundo, temática apresentada por Krugman (1997) como **geografia econômica**. Findlay & O'Rourke (2007) afirmam também que forças institucionais desempenham papéis fundamentais nesse processo, podendo impulsionar ou frear o mercado global.

Vemos assim que a Agricultura há muito tempo deixa de ser realizada com o objetivo principal de atender às necessidades de populações locais, para atender a interesses políticos e econômicos globais. Passa, dessa forma, a prevalecer a conotação empresarial da atividade, conhecida popularmente como **agronegócio**. Grande parte das atividades agrícolas de hoje estão integradas às **cadeias de valor agroalimentares**, movidas pela lógica de escala, em que o aumento e a standardização da produção reduz seus custos finais. Ao promoverem padrões únicos de produção e consumo de alimentos pouco considera aspectos sociais e ambientais a eles relacionadas (DUPAS, 1998).

² Termo inglês utilizado para definir produtos primários homogeneizados, como o café e a soja, reconhecidos internacionalmente devido a sua importância de mercado.

Se consolidam dessa forma, como oligopólios complexos e especializados que exercem influência em diferentes contextos do mundo, seja com a imposição do uso de pacotes tecnológicos para a produção à campo, como pela distribuição em massa de alimentos industrializados. Essas cadeias estão portando, relacionadas a questões como pobreza rural, concentrações demográficas, perda de paisagens, insegurança alimentar e nutricional, instabilidades climáticas, entre outras.

2.1.2. Desenvolvimento humano e a globalização

Assim como a própria sociedade, os conceitos que tentam explicar o seu desenvolvimento se encontram em constante transformação. Segundo Lamounier (1994) os efeitos da globalização além de facilitar a troca de informações e mercadorias, interferem em aspectos sociais e ambientais de diferentes contextos. A busca por um entendimento comum sobre as condições e perspectivas de vida humana no planeta se intensificaram com o fim da Segunda Guerra Mundial, a qual ao dividir o mundo entre socialistas e capitalistas, subordina as nações mais frágeis política e economicamente, àquelas com maior força bélica e industrial, evidenciando assim, desiguais condições de desenvolvimento humano.

Tal contexto levou à criação da ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de manter a paz e a segurança global através do estabelecimento de diálogos e acordos internacionais. Seu surgimento é considerado um marco na formação da sociedade contemporânea e permitiu a criação de agências internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial, a OMS (Organização Mundial de Saúde), a FAO (*Food and Agriculture Organization*) e a OMC (Organização Mundial do Comércio), que buscam garantir condições de vida básica para a população mundial e incentivam o crescimento econômico dos países, mensurado pelo PIB (Produto Interno Bruto).

Durante cerca de quatro décadas a situação econômica foi considerada como o principal indicador de desenvolvimento humano de um país. No entanto, após este período, se torna evidente a sua pobreza de critérios para esta finalidade. Como exemplo, temos a renda per capita³, que considera que a riqueza gerada em um território

³ Corresponde a divisão igualitária do PIB pelo número de habitantes do território em que foi gerado.

é dividida igualmente por toda a população, o que conforme mostra o Índice Gini⁴, ocorre em menor ou maior grau, dependendo do território, de forma desigual.

Nesse contexto, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq com o objetivo de avaliar com maior precisão as condições de vida de populações em diferentes localidades. Elaborado a partir do entendimento de que um indivíduo deve dispor de três capacidades básicas para conseguir se desenvolver adequadamente, sendo elas: saúde (capacidade de ter uma vida longa), renda (capacidade de acessar bens e serviços) e educação (capacidade de se integrar ao mercado de trabalho). Ao longo das últimas décadas este indicador vem sendo também bastante discutido, o que resultou na construção de outros de maior complexidade⁵, que apesar de melhor considerarem a grande diversidade de realidades existentes, são mais difíceis de serem aplicados e compreendidos a nível global.

O economista Amartya Sen⁶ discute o desenvolvimento humano como sendo a **liberdade** que um indivíduo dispõe para alcançar seu projeto de vida, como acesso a educação, transporte e alimentação saudável. O autor fala também sobre a importância de relações econômicas indiretas no desenvolvimento de populações, ou seja, não dependentes de capital financeiro, como trocas recíprocas de bens e serviços, e soberania alimentar (SEN, 2000).

O crescimento da população e a preocupação internacional sobre as condições de vida da sociedade, levou também ao surgimento de organizações como a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), entre outras agências que buscam promover o fortalecimento e a **resiliência**⁷ de Nações e territórios. Um importante documento que marca esses desafios globais pelo desenvolvimento é a **Declaração do Milênio**⁸, a qual define oito metas a serem alcançadas em todo o mundo, sendo elas: Erradicação da fome e da pobreza; Educação básica universal; Promoção da igualdade entre gêneros e autonomia das mulheres; Redução da mortalidade infantil e promoção da saúde materna; Combate à AIDS, malária e outras doenças; Garantia da

⁴ Cálculo criado pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, para medir o nível de desigualdade social de um território, em que 0 é a igualdade máxima distribuição de renda e 1 a mínima.

⁵ Quality of life index; Happy planet index; The sustainable society; Social progress index; Gross National Happiness.

⁶ Economista Indiano ganhador do Prêmio Nobel de economia de 1998.

⁷ Capacidade de um ser vivo em retornar para o seu estado natural de equilíbrio após superar, transcender situações adversas (BARLACH et al., 2008).

⁸ Definida na Conferência do Milênio que ocorreu em Nova Iorque em setembro de 2000. Firmada por dirigentes de 191 países.

sustentabilidade ambiental; Fortalecimento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Nesse contexto global de desenvolvimento vemos diferenças marcantes entre **meio rural** e **meio urbano**, em que países predominantemente industriais, urbanos e modernizados, oferecem de forma geral, maior acesso à **liberdades** e oportunidades aos seus cidadãos. O que ajuda a explicar a concentração de cerca de 70% da pobreza do mundo nos meios rurais (FIDA, 2011), como também o forte movimento migratório do campo para as cidades, sendo a densidade demográfica o principal indicador que delimita tais meios, 150 habitantes/km² é a densidade limítrofe mais aceita internacionalmente (OCDE⁹, 1994).

Dessa forma, buscamos entender quais as principais vias de desenvolvimento para o meio rural em um mundo globalizado, a partir dos principais conceitos e dimensões que envolvem a temática. Como também, a utilização desses conhecimentos em análises e estratégias de contextos e comunidades específicas, com dinâmicas singulares.

2.1.3 Estratégias de desenvolvimento para o meio rural

Os países pioneiros no processo de industrialização, além de consagrarem modelos de desenvolvimento da sociedade moderna e terem assim vantagens políticas e comerciais, são também os que primeiro apresentaram consequências negativas decorrente desses processos. O que pode ser visto pela perda de agrobiodiversidade, alteração de ciclos ecossistêmicos, degradação ambiental e cultural (Vieira, 2004; Cazella, 2006). Dessa forma, a partir dos anos 1980 aumentam as discussões sobre a necessidade de elaborar estratégias de desenvolvimento rural não centralizadas apenas na dimensão econômica. O documento **O futuro do mundo rural**¹⁰ evidencia os prejuízos causados pelo uso abusivo dos recursos naturais e esvaziamento populacional do meio rural.

Esse contexto levou a realização de importantes encontros internacionais como a Conferência de Estocolmo¹¹, a Rio 92¹², e a elaboração de documentos como o **Nosso**

⁹ Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos

¹⁰ Elaborada em 1988 pela comissão de desenvolvimento rural da UE. Disponível em: <http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/48437/Suplemento4-88..pdf?sequence=1>.

¹¹ Realizada em 1972, foi o primeiro encontro mundial centrado na questão ambiental.

¹² Realizada no Rio de Janeiro em 1992, reuniu 172 líderes e é conhecida também como Cúpula da Terra.

Futuro Comum que marca o debate sobre os limites ambientais relacionados aos modos de vida, consumo e produção da sociedade moderna e consagra o termo **desenvolvimento sustentável**¹³. É definida também a Agenda 21¹⁴, que delibera aos países participantes a implementação de políticas públicas que facilitem a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentáveis ao longo do tempo, apresentam assim maior respeito à vida.

A ocupação de 91% dos 1,5 bilhão de hectares de terras agrícolas do mundo pela **Agricultura Empresarial (AE)**, caracterizada por cultivos homogêneos altamente dependentes de insumos, como água e combustíveis fósseis, indica cada vez mais a aproximação do seu limite físico, e assim a incapacidade de se sustentar ao longo do tempo (Gunderson & Holling, 2002; Altieri, 2012). Dessa forma, não se pode pensar em crescimento econômico sem considerar a alta vulnerabilidade ambiental e os desequilíbrios gerados por essa expansão, intensifica-se assim, a discussão internacional quanto aos modelos agrícolas existentes (Altieri, 2004; Polanyi, 2000).

Esse contexto faz com que cresça a visibilidade sobre a importância social e ambiental da **Agricultura familiar (AF)**. Termo de grande importância para o desenvolvimento rural por ser o mais utilizado internacionalmente em referência à unidades de produção onde a propriedade e o trabalho em pequenas ocupações de terra é essencialmente de base familiar. O ano de 2014 foi definido como o **Ano Internacional da Agricultura Familiar** pela FAO com a finalidade de aumentar a valorização desses grupos sociais e setor da economia.

A consagração acadêmica da AF ocorreu entre os anos de 1950 e 1980, seja por autores dos EUA, com o caso dos chamados *farmers* que através de estímulos governamentais se integram a diferentes cadeias produtivas, como no Reino Unido e França, em que o termo é amplamente utilizado para incentivar a valorização econômica da produção agrícola familiar. É importante ressaltar que esse movimento político e intelectual surge em resposta ao grande fortalecimento da agricultura moderna, ou empresarial, após a década de 1940. Atualmente, apesar das distinções políticas, entre AF e AE, a primeira não pode ser entendida como voltada apenas para a subsistência

¹³ Padrão de desenvolvimento “que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

¹⁴ Documento elaborado na Cúpula da Terra que consiste em um Programa de recomendações a serem adotadas pelos 105 países assinatários, os quais se comprometem a distribuir Fóruns a nível nacional que facilitem a identificação de fragilidades e potencialidades territoriais. Facilitando assim, o comprometimento com a resolução de problemas socioambientais.

dessas famílias, pois grande parte deste setor é de alguma forma também integrada ao agronegócio (Garcia-Parpet, 2004; Wanderley, 2005; Lamarche, 1993).

Nesse sentido estabelecem-se discussões sobre modos de vida no meio rural que ultrapassam os aspectos produtivos da agricultura. Como em relação ao **campesinato**, definição que apesar de incluir a base familiar do trabalho agrícola, se diferencia devido às formas específicas de organização social, diversidade produtiva, identidades culturais, que conferem maior grau de autonomia e resistência frente às transformações e influências externas da sociedade. Revela assim, lutas por soberania alimentar, direito à terra e reproduções sociais com menor grau de rupturas temporais (Schneider, 2006; Wanderley, 2003; Ploeg, 2000; Woortmann, 2009).

Vemos que o termo AF engloba tanto produções agrícolas e modos de vida de viés empresarial, como campesino. Utilizaremos essa distinção para discutir as possibilidades e estratégias de desenvolvimento sob o ponto de vista do agricultor camponês, de pequena escala, não integrado ao agronegócio e com dificuldades para a inserção em mercados. Seu produto não é padronizado, tem caráter artesanal e carrega valores construídos ao longo de gerações, os quais aparecem também através de atividades não agrícolas, como turismo e preservação de recursos naturais. Definidas como **multifuncionalidade do meio rural**, essas atividades indicam perspectivas positivas para um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo (Mollard, 2006; Vieira & Cazella, 2009; Sansolo, 2012; Ploeg, 1992; Conterato, 2008; Favareto, 2007; Veiga, 2005).

Em oposição a perspectiva endógena que a AF e o campesinato representam para o desenvolvimento rural, o modelo exógeno é ainda, o mais difundido a nível global, caracterizado pela AE e produção de *commodities*. Realizada principalmente pelos chamados países **em desenvolvimento** que anseiam o rápido crescimento econômico, esse modelo de agricultura padronizada em larga escala mostra a nível internacional o seu poder de degradar o meio ambiente e potencializar o aquecimento global.

Dessa forma, o aumento da visibilidade das comunidades tradicionais, agricultores familiares e campesinos de modo geral, pode ser entendido como a influência de diversos fatores. Seja pelo importante papel que desempenham na produção de alimentos, como pela capacidade de resistência social que suas permanências ao longo do tempo representam. A **sociobiodiversidade** constituída por esses grupos e organizações singulares, indica também conhecimentos, valores e hábitos culturais que permitem a manutenção de agroecossistemas estáveis e diversificados,

com recursos naturais específicos, também chamados de **agrobiodiversidade** (Diegues, 2000; Guanziroli et al., 2001; Gasson & Errington, 1993; Schneider, 2007; Santilli, 2009; Boef, 2007)

A formação da EU (União Européia) e a elaboração da sua PAC (Política Agrícola Comum), marcaram o início da implantação de políticas públicas para o meio rural, com maior enfoque social e ambiental. Ao longo de suas reformas, pode ser considerada a principal diretriz política internacional de desenvolvimento rural com essas considerações. A estratégia LEADER¹⁵ formaliza esse viés endógeno, para a realização e aplicação de um PDR (Plano de Desenvolvimento Rural) a partir dessa estratégia, é necessário primeiramente o levantamento do histórico e características específicas do território em questão, como sua extensão, tamanho da população, dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que garantem sua perpetuação ao longo do tempo. Além disso, deve repercutir em importantes dimensões do meio rural, como juventude, cadeias curtas de comercialização, mulheres nos meios rurais, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Vemos assim, que de forma geral o desenvolvimento rural pode apresentar estratégias voltadas às demandas internas dos atores locais, ou seja, de caráter endógeno. Ou voltadas para objetivos externos, como atendimento aos grandes mercados, de caráter exógeno. O quadro 1 apresenta de forma sucinta as principais linhas/estratégias de desenvolvimento rural aplicadas atualmente no mundo.

Quadro 1. Principais linhas de desenvolvimento rural

Estratégia de Desenvolvimento Rural	EXÓGENO	ENDÓGENO
Gestão	Centralizada	Fragmentada
Produção	Industrial	Artesanal
Relações empresariais	Concorrência	Complementar
Qualidade dos bens e serviços	Genérico	Singular
Lógica econômica	Alta escala, redução de custos e preços	Baixa escala, manutenção de preços elevados
Cadeia produtiva	Global	Territorial
Perspectiva de sustentabilidade	Baixa	Alta

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

¹⁵ Criado em 1992 denominada de Relações entre Atividades de Desenvolvimento Rural e financiada pelo Fundo de Desenvolvimento Rural (FEADER). Mais informações em: El Enfoque Leader – Guía básica. Luxemburgo, 2006. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_es.pdf

O direcionamento político de um país pode dessa forma facilitar o cumprimento do papel do Estado como mediador da influência que interesses econômicos privados podem exercer sobre o bem-estar e desenvolvimento da sociedade, como políticas públicas direcionadas ao fomento e valorização do modelo representado pela AF. Esses sistemas agrícolas familiares se relacionam ainda a temática da soberania alimentar, uma vez que envolve a capacidade de produzir alimentos a partir de condições climáticas e recursos naturais específicos, valores, culturas e tradições que permitem maior autonomia alimentar frente ao domínio dos mercados e da especulação de terras (Massot, 2013; Veiga, 1991).

2.1.3.1. Contextualização do caso brasileiro

No caso das estratégias políticas do Brasil vemos uma forte inclinação para o incentivo ao agronegócio, o que torna o país um dos principais exportadores de produtos agrícolas do século XXI. Sua tradição política marcada pela centralização de interesses econômicos das chamadas elites agrárias, incentiva a ocupação de grandes extensões de terras por monoculturas e pecuária, também chamada como (CARVALHO, 2005).

No Brasil sua utilização se consolida na década de 1990 através de estudos comparativos entre a agricultura brasileira e em países Europeus (Almeida, 1989; Abramovay, 1992). Nesse contexto o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado na década de 1990, regulamentado pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, e define como AF os proprietários legais de terras com até quatro **módulos fiscais**¹⁶, com produções agrícolas em que a gestão e o trabalho sejam realizados principalmente pela família e a renda familiar seja obtida predominantemente através destas atividades. Além de categorizar socialmente seus beneficiários, o Programa incentiva a articulação entre diferentes instituições e o aumento do crédito rural, como através de linhas específicas para o financiamento de projetos individuais ou coletivos (MDA, 2012). A grande extensão espacial e heterogeneidade estrutural encontrada no meio rural brasileiro exercem diversas implicações quanto à aplicação dessa política pública, o que exigiria maiores reflexões, não contempladas neste trabalho.

¹⁶ Unidade de medida agrária expressa em hectares, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que tem como finalidade estabelecer um parâmetro de classificação fundiária nacional, sendo variável por município conforme sua extensão e perfil econômico.

Quanto aos investimentos realizados pelo Governo Brasileiro para o meio rural, podemos fazer uma análise simplificada a partir de dados disponibilizados pelo MAPA (2014), o qual divide o setor primário brasileiro em dois grupos: AE e AF. Segundo este relatório, o financiamento rural para a AE na Safra de 2014/2015 foi de R\$ 103.266,8 milhões, enquanto a AF contou com R\$ 17.752,40 milhões, ou seja, menos de 17% do que os investimentos realizados para a AE. Outro dado que merece atenção, foi o valor destinado somente para a cultura da soja, R\$ 12.641,8 milhões.

Apesar dessa disparidade de investimentos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a AF no Brasil mobiliza o trabalho de cerca de 12,3 milhões de pessoas, representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários no país e ocupa 24,3% da área total ocupada por esses estabelecimentos, sendo 45% destinada à pastagens, 30% à matas, florestas e sistemas agroflorestais e 25% à lavouras. Segundo Santilli (2009), a AF no Brasil é a principal responsável pela produção de alimentos, garante assim a segurança alimentar e geração de renda de grande parte da população.

Apesar da tradição agrícola latifundiária, a legislação brasileira reconhece legalmente a AF, assim como outras minorias sociais do país como sendo “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural.” (Art. 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). As comunidades tradicionais aqui estudadas entram nesta definição da legislação brasileira, a qual pode ser considerada como de grande relevância para a proteção de **patrimônios naturais e culturais** e o desenvolvimento rural no país. Cazella & Cerdan (2006) afirmam ainda que o pouco conhecimento sobre a diversidade da AF brasileira é um potencial campo de investigação a partir da perspectiva territorial do desenvolvimento.

A conquista do reconhecimento legal da AF na sociedade é sem dúvida de grande importância. No entanto, a temática abrangida pela AF não pode ser entendida a partir de critérios e conceitos pontuais, como visto anteriormente, a ancestral relação do homem e a natureza permeia dimensões enraizadas em modos de vida e cadeias produtivas específicas da sociobiodiversidade brasileira. Ao centralizarmos o olhar para populações que se sustentam de forma autônoma ao longo de gerações rompemos com barreiras conceituais. Sejam elas indígenas, quilombolas, camponeses, pescadores, agricultores familiares, extrativistas, entre outros, são de forma geral, populações que

não apenas utilizam, mas também cuidam da terra em que vivem, defendendo assim, suas próprias vidas.

Sendo assim, o universo político que cerca essas populações vai além do agrário e do rural, permeia também o campo ambiental, econômico, social e cultural da política brasileira. Como o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB), criado pelo Governo Federal para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para comunidades rurais. Focadas em determinados territórios e seus produtos singulares, suas ações são focadas em seis eixos: Promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; Estruturação e fortalecimento dos processos industriais; Estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; Fortalecimento da organização social e produtiva; Ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; Ações complementares para a valorização dos serviços da sociobiodiversidade (MDA, 2009).

2.2. A territorialização do desenvolvimento rural

O termo **território** apresenta uma grande amplitude conceitual, seus principais significados empregados política e economicamente representam espaços físicos delimitados por formações geológicas, recursos naturais e paisagens específicas e as relações de poder neles estabelecidas, como as interferências do Estado e a formação de tecidos institucionais locais. A dimensão cultural é apontada também como fator indispensável para a delimitação social destes espaços, relacionada a apropriação simbólica das pessoas em relação ao meio em que vivem, o que possibilita a construção de **identidades**¹⁷, sentimentos de pertencimento, organização e trabalhos comunitários. Além de delimitar espaços onde ocorrem atividades produtivas e geração de riquezas (Haesbaert, 2004; Bottazzi, 1995; Saquet, 2003).

A racionalidade própria, saberes, culturas e identidades mantidas por populações tradicionais, as diferenciam frente a padrões homogêneos da sociedade contemporânea, a temática contribui para a reflexão sobre dinâmicas e estratégias singulares de desenvolvimento dentro do atual contexto político e econômico globalizado. Ou seja,

¹⁷ Características humanas singulares construídas em um determinado espaço e grupo social ao longo do tempo (Mosquera, 1984).

famílias de agricultores e comunidades que ao longo de gerações encontram formas inovadoras, de se reproduzirem ao longo do tempo (ABRAMOVAY, 2006).

Essa perspectiva localizada, delimitada geralmente em territórios locais/regionais, evidencia dessa forma, uma estreita relação com a questão da sustentabilidade. Tanto a valorização de singularidades territoriais como a criação de redes institucionais bem articuladas, são fatores chaves para a construção e implementação de estratégias diferenciadas de desenvolvimento rural, de caráter endógeno e territorial. Com a finalidade de padronizar uma abordagem acadêmica e enriquecer subsídios conceituais para a criação de estratégias, políticas e projetos nesse sentido, estudiosos criaram o conceito de DTS (Desenvolvimento Territorial Sustentável).

Ao estimular o aumento padronizado da produtividade, a globalização acaba gerando a degradação da agrobiodiversidade e de culturas locais. O que leva a reflexão sobre as **vantagens comparativas** de bens e serviços produzidos a partir de conhecimentos, práticas e recursos naturais específicos, também chamados de **recursos territoriais**¹⁸. Os quais se bem utilizados e valorizados em projetos inovadores permitem o crescimento econômico de agricultores familiares. Sendo portanto, considerado potencial propulsor do desenvolvimento sustentável para o meio rural (Sachs, 1986; Abramovay, 2003; Andion et al., 2010; Leonel, 2013; Bonnal et al., 2011).

Autores que estudam a temática afirmam que a consolidação de **redes institucionais** que envolvem diferentes atores sociais, têm maior capacidade de promover a diversificação de atividades no meio rural dentro da capacidade de autorregulação dos ecossistemas, gerando assim, maior perspectiva de sustentabilidade de populações camponesas ao longo do tempo. A eficiência da gestão e implementação de programas e projetos de desenvolvimento em um território ocorre conforme o empoderamento da população sobre esses processos, ou seja, a capacidade dos atores locais para criar estratégias que permitam manter suas atividades e modos de vida diferenciados, e assim suas identidades e motivações (Assis, 2006; Berkes, 2002; Cocco et al., 1999).

¹⁸ Termo utilizado para expressar bens e valores específicos de um determinado território, com potencial para tornarem-se ativos econômicos.

Esse empoderamento da população sobre seu próprio processo de desenvolvimento é conhecido também como **governança local**¹⁹, teoria que defende a importância da autonomia e participação ativa dos atores locais na construção de diagnósticos e estratégias para alcançar objetivos e solucionar problemas em comum, aumentando assim a visibilidade do território e o potencial para conquistar liberdades, como acesso à saúde, transporte e educação pública de qualidade (Dallabrida, 2012; Gilpin, 2002; Rover, 2007; Brandão, 2007).

Sendo assim, a presença de normas e condutas sociais baseadas na confiança representa maior força comunitária e maior potencial para a consolidação de redes institucionais eficientes. A temática é amplamente abordada a partir do conceito de **capital social**, que considera as relações sociais estabelecidas em um território como recursos efetivamente utilizáveis para alcançar objetivos comuns. Os atores locais representam dessa forma, papel essencial na manutenção e valorização dos recursos de um território, possibilitando a sustentabilidade e crescimento de bens econômicos, culturais e ambientais ao longo do tempo (Putnam, 2000; Bourdieu, 1974; Coleman, 1990).

O potencial que o uso do capital social apresenta para o desenvolvimento rural é exemplificado por economistas italianos com o caso da chamada **Terceira Itália**²⁰, em que a através da organização interna de atores locais, valorização e gestão compartilhada de recursos territoriais, populações campesinas se destacaram economicamente devido a produção de bens e serviços diferenciados. Os principais fatores que possibilitaram este êxito são: conjunto diversificado e fortemente integrado de empresas familiares; capacidade de inovação e troca de informações entre empresas, em que a colaboração é tão importante quanto a concorrência e integração entre atores do meio urbano e do rural (Beccattini, 1994; Bagnasco, 1985).

Exemplos como esse contrariam afirmações generalistas de que dinâmicas territoriais de desenvolvimento não têm a capacidade de se sustentarem ao longo do tempo frente às pressões da globalização. Ao contrario disso, autores afirmam que a crescente valorização de produtos e serviços singulares corresponde à construção de um novo paradigma socioeconômico, com maior valorização de recursos naturais e

¹⁹ Refere-se a geração de democracia através da organização social e mobilização de atores locais, atribuindo à sociedade poder para influenciar decisões políticas.

²⁰ Região Centro e Nordeste da Itália que serviu como estudo de caso para a elaboração de teorias como a Industrialização difusa, a qual se baseia na dinâmica econômica desses Distritos Industriais, estabelecidos a partir das décadas de 1950 e 1960.

culturais, gerando assim, maiores sinergias ocasionadas pela aproximação entre meio rural e urbano, fenômeno conhecido também como *continuum rural-urbano*. Essas relações contribuem para a viabilização de melhores condições de vida para a sociedade como um todo (Reis, 2007; Zaoual, 2006).

A consolidação de empreendimentos diferenciados que resultam de construções sociais e sentimentos de pertencimento à um território, mostram que o fluxo de valores materiais e imateriais entre os atores envolvidos e a coordenação entre atividades produtivas e vida comunitária é capaz de gerar dinâmicas de desenvolvimento com maiores perspectivas de sustentabilidade ao longo do tempo. O quadro 2 mostra algumas das principais dimensões e dinâmicas encontradas em casos que obtiveram êxito quanto a elaboração e viabilização de estratégias de desenvolvimento rural (Storper, 1996; Benko & Lipietz, 2000; Sabourin, 2009).

Quadro 2. Categorias de análise de desenvolvimento rural.

Política	Coesão entre atores locais e criação de redes institucionais bem articuladas que favoreça a criação de sinergias
Econômica	Viabilização de bens e serviços diferenciados que valorizem os ativos territoriais
Ambiental	Manutenção da agrobiodiversidade e preservação dos recursos naturais
Cultural	Reprodução de hábitos, conhecimentos e práticas empíricas ao longo de gerações

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

2.2.1. Cesta de bens e serviços em territórios rurais

Elaboradas a partir de recursos humanos e naturais específicos de um determinado território, as chamadas CBST (cestas de bens e serviços territoriais) ganham importância pelo potencial de crescimento econômico que representam para populações rurais. Seu diferencial de mercado ocorre devido às **vantagens comparativas** que apresentam frente à estandardização de produtos agroalimentares e serviços de lazer e turismo. Por isto buscaremos apresentar neste subcapítulo como são elaboradas e quais são suas principais características.

Estas CBST são caracterizadas pela composição de atividades de pequenos e médios empreendimentos diversificados entre si, porém vinculados ao manejo e a valorização da agrobiodiversidade local, transformação de matérias-primas e elaboração de produtos singulares que resultam de **saberes e fazeres** específicos desenvolvidos ao longo de gerações. Vemos assim que o conjunto de atores que as viabilizam apresentam valores e identidades compartilhadas entre si. A diferenciação desses bens e serviços ocorre devido a características singulares, sejam elas geográficas, como clima e solo, como históricas e culturais, decorrentes de conhecimentos, hábitos e práticas desenvolvidos ao longo do tempo. A alta demanda existente por CBST evidencia o potencial econômico representado pela valorização de recursos territoriais específicos (Colletis & Pecqueur, 2004; Cazella & Cerdan, 2006).

A visibilidade conferida a essas **cestas** ocorre não apenas por suas qualidades organolépticas diferenciadas (recursos presentes, materiais), mas também por valores simbólicos que carregam (recursos latentes, imateriais), sendo representantes diretas do contexto social e ambiental em que são elaboradas. Muitos de seus consumidores reconhecem suas singularidades e aceitam pagar, geralmente, preços acima da média de mercado. Nesse sentido, vemos movimentos urbanos pelo consumo consciente que buscam a construção de um novo paradigma (Pecqueur, 2006; Courlet, 2006).

Dessa forma, as CBST evidenciam perante a sociedade aspectos qualitativos específicos de um território, promovendo a multifuncionalidade do meio rural e dos chamados novos **mercados da ruralidade**²¹. Representam assim, sinergias possibilitadas pela aproximação entre meio rural e urbano, gerando benefícios não apenas aos atores envolvidos na produção, mas também à sociedade como um todo, que dispõe da preservação de patrimônios culturais e naturais (Pecqueur, 2006).

Os principais bens e serviços que compõem as CBST: **produtos típicos**²², **agroturismo**²³ e **gastronomia tradicional**²⁴, mas podem variar conforme a capacidade de inovação e articulação dos atores e instituições envolvidas, sendo portanto campo rico para investigações empíricas e aplicação em projetos de desenvolvimento.

²¹ Refere-se ao desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas no meio rural, não restringindo-o apenas a produção de matéria prima.

²² Provenientes de ativos culturais e naturais específicos, que podem ou não ser certificados por selos de reconhecimento de qualidade territorial.

²³ Termo equivalente a outros bastante utilizados, como turismo rural e turismo de base comunitária, em que as atividades turísticas ocorrem integradas ao cotidiano da população rural em questão, valorizando assim a paisagem, recursos naturais e identidades territoriais (SANSOLO & BURSZTYN, 2012).

²⁴ Relacionada a modos específicos de produzir, elaborar e consumir alimentos mantidas por populações ao longo de gerações (HENRIQUES & CUSTODIO, 2010).

Geralmente apresentam um produto símbolo do território, o qual ao divulgar o seu nome e características singulares, facilita a promoção de toda a cesta, espalhando os benefícios para os múltiplos atores que a elabora.

O reconhecimento da importância de comunidades rurais na preservação de patrimônios materiais e imateriais levou também ao surgimento de movimentos que lutam pela valorização de culturas alimentares, como o *Slow Food*²⁵. Este movimento tem dimensão internacional e chama a atenção da sociedade pelo reconhecimento de alimentos “bons, limpos e justos”, ou seja, que apresentam alta qualidade organoléptica, provêm de produções limpas ambientalmente e são comercializados através de cadeias justas economicamente, seja para o produtor, como para o consumidor.

Neste sentido, vemos que o pioneirismo da UE quanto a institucionalização de estratégias endógenas de desenvolvimento rural pode ser visto através de mecanismos criados para assegurar a qualidade diferenciada de produtos territoriais. Aproximando assim, a realidade rural do consumidor urbano. Como com a criação da Normativa n.510/2006, que regulamenta a utilização de selos de garantia de procedência e qualidade (Fig.1), sendo a DOP (Denominação de Origem Protegida)²⁶ e a IGP (Indicação Geográfica Protegida)²⁷ as mais utilizadas. Contam ainda com o selo de ETG (Especialidade Tradicional Garantida)²⁸, o qual não garante a proveniência territorial do produto, mas sim a tradicionalidade dos métodos de produção e transformação a partir dos quais é obtido (Kakuta, 2006; Mipaaf, 2015; Froelich, 2012).

Atualmente existem 960 registros de DOP, IGP e ETG reconhecidos pela UE, dos quais 206 estão na Itália, 176 na França, 167 na Espanha, seguidos por 116 em Portugal, 86 na Grécia, 69 na Alemanha, 34 no Reino Unido e 23 na República Tcheca, os outros de 20 são encontrados em diferentes países em menores quantidades²⁹.

²⁵ Atualmente são mais de 100.000 associados em todo o mundo, incluindo cozinheiros, agricultores, consumidores e atores sociais de diferentes representações sociais.

²⁶ Também chamada de Appellation d'Origine Protégée (AOP) em francês, Denominazione di Origine Protetta (DOP) em italiano e Denominación de Origen Protegida (DOP) em espanhol. Reconhece áreas geográficas onde produtos singulares são elaborados a partir de características naturais e culturais específicas encontradas nestes territórios.

²⁷ Também chamada de Indication Géographique Protégée (IGP) em francês, Indicazione Geografica Protetta (IGP) em italiano e Indicaciones Geográficas Protegidas (IGP) em espanhol. Reconhece a área geográfica do qual produtos e serviços são procedentes, não considera características naturais ou culturais relacionadas a essas produções.

²⁸ Também chamada de Spécialité Traditionnelle Garantie (STG) em francês, Specialità Tradizionale Garantita (STG) em italiano e Especialidad Tradicional Garantizada (ETG) em espanhol.

²⁹ Dados da European Commission (<http://europa.eu.int>), acessado em 02/03/2015.

Fig.1. Selos de certificação DOP, IGP e ETG



Fonte: DGADR, 2015

Vemos que Itália, França, Espanha e Portugal podem ser considerados países com bom aproveitamento do potencial comercial gerado por selos de certificação de qualidade, com exemplos clássicos de produtos reconhecidos internacionalmente pelo território do qual são procedentes, como os vinhos da Toscana³⁰, de Bourdeaux³¹ e do Porto³². Outros exemplos emblemáticos provenientes desses países são o *Presunto de Parma*³³, o *Queijo Brie*³⁴ e o *Jamón Serrano*³⁵, produtos famosos mundialmente reconhecidos pela certificação ETG. A fama global obtida por esses produtos auxilia na atração de turistas e recursos públicos para esses territórios.

No Brasil vemos um lento crescimento no uso de mecanismos de certificação de produtos de qualidade superior vinculados a especificidades territoriais, como através do registro de Indicações Geográficas (IG) regulado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) através da Lei 9.279, de 14/05/1996, a qual estabelece condições e divide os produtos em duas categorias: Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP). O órgão institui através das normativos 134 e 143, de 15/05/1997 e 31/08/1998, os procedimentos e formulários que devem ser utilizados para o requerimento de registro de uma IG. A partir de 2005, o MAPA recebeu atribuições para fomentar, acompanhar, certificar e controlar os registros das IGs.

Até outubro de 2014 o país apresentava cinco registros de DOs, sendo elas: Camarões da Costa Negra (CE); Arroz do Litoral Norte Gaúcho (RS); Própolis vermelha dos Manguezais de Alagoas (AL); Café da Região do Cerrado Mineiro (MG) e Vinhos tintos, brancos e espumantes do Vale dos Vinhedos (RS). Apresenta ainda o

³⁰ Território situado na região Noroeste da costa mediterrânea italiana.

³¹ Localizado na região Sudoeste da França.

³² Cidade litorânea portuguesa localizada no centro do país.

³³ Cidade italiana situada na Região da Emília-Romana.

³⁴ Cidade francesa da Região de Ile de France.

³⁵ Produto tradicional espanhol obtido através de métodos específicos de produzir e processar a carne suína.

registro de 19 IPs provenientes de territórios de diferentes regiões do país e elaborados principalmente por agricultores familiares³⁶.

É importante destacarmos que os êxitos de mercado obtidos pela valorização de **marcas territoriais**, como nos casos da UE citados anteriormente, não podem ser considerados como resultados exclusivos de incentivos públicos e modelos uniformes de estratégias de desenvolvimento rural, suas **vantagens comparativas** provêm justamente de valores e identidades singulares, capacidades organizacionais e empresariais dos atores responsáveis pelo desenvolvimento dessas atividades agroalimentares ao longo do tempo (SAES, 2006).

Vemos assim, que empreender **marcas territoriais** exige articulações complexas e alta capacidade organizacional, apresenta portanto, caráter **cooperativo**³⁷, com a participação de atores de diferentes níveis institucionais. Visto a coesão de interesses necessária para a construção de CBST, é fundamental que a população local se aproprie dos recursos e valores territoriais. Ao reconhecer por exemplo, a importância da manutenção de suas identidades frente as transformações políticas e econômicas da sociedade, e ao definir potenciais, objetivos e desafios em comum. Isto facilita o desenvolvimento de atividades econômicas diferenciadas, como também a elaboração de estratégias de valorização cultural da AF e comunidades tradicionais. Aumentando assim, a visibilidade e o dinamismo econômico do território (Caroli, 2004; Albagli, 2004; Caravaca & Gonzalez, 2009).

Vemos assim, que tais dinâmicas representam o aumento do fluxo de recursos materiais e imateriais entre os atores envolvidos, sendo portanto, importantes dimensões de análise de desenvolvimento rural. Buscamos no Quadro 3, sintetizar os principais mecanismos para a formação e sustentabilidade desses processos.

³⁶ Dados do MAPA (<http://agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>). Acessado em: 02/03/2015.

³⁷ Termo relacionado a organização econômica voluntária que tem por finalidade principal atender as demandas e necessidades de seus sócios, distribuindo seus benefícios de forma justa conforme os acordos cooperativos (MONZÓN & CHAVES, 2008).

Quadro 3. Dimensões para identificação dos recursos de um território

Ambiental	Paisagens, recursos naturais e agrobiodiversidade
Humano	Conhecimentos empíricos, formações profissionais, criatividade e empreendedorismo
Social	Valores compartilhados e relações de confiança
Cultural	Identidades, hábitos, produtos e símbolos
Político-Institucional	Líderes comunitários, organizações públicas, privadas e do terceiro setor
Produtivo	Unidades produtivas e atividades locais de potencial econômico

Fonte: Adaptação de Albagli (2004).

A oferta de uma CBST é dessa forma, um importante meio de promover o desenvolvimento rural ao longo do tempo. A viabilização de tal processo exige a aproximação entre atores internos e externos ao território, formando redes institucionais que possibilitem a troca de informações e a transformação de **recursos** em **ativos territoriais**. A identificação desses recursos, através de trabalhos participativos, assim como a geração de conhecimentos sobre o território, facilitam a elaboração de estudos e estratégias de desenvolvimento para comunidades rurais específicas, como as analisadas neste trabalho.

2.3. Categorias de análise de desenvolvimento rural

Considerando as diferentes realidades que podem ser encontradas no meio rural e a importância que a elaboração de estratégias endógenas de desenvolvimento representam para a sustentabilidade da vida humana no planeta, buscamos a partir do levantamento bibliográfico aqui apresentado, definir dimensões de análise e indicadores chaves sobre a perspectiva de processos de desenvolvimento rural se sustentarem ao longo do tempo, seja sob a dimensão ambiental, como social e econômica (Quadro 4). Essa divisão foi realizada para facilitar o levantamento de dados e a elaboração de análises, apesar de entendermos que na realidade todas ocorrem de forma concomitante.

Quadro 4. Quadro analítico resumido proposto para esta pesquisa

Dimensões	Categorias	Elementos empíricos
Ambiental	Preservação de paisagens	Permanência nas terras e uso equilibrado dos recursos naturais
	Manutenção da agrobiodiversidade	Manutenção de variedades crioulas
Econômica	Soberania alimentar	Ações cooperativas pela autonomia alimentar da comunidade
	Cesta de bens e serviços territoriais	Oferta coordenada de produtos e serviços singulares do território
Social	Governança local	Organização e cooperação interna para alcançar objetivos comuns
	Rede institucional	Incidência em Redes institucionais externas ao território
	Reprodução cultural	Continuidade de culturas tradicionais pelas novas gerações

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

O quadro 4 representa o instrumento de pesquisa utilizado para a realização deste trabalho, a partir do qual as entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas. Suas dimensões de análise norteiam a apresentação dos Resultados e da Discussão no capítulo 4. Os indicadores definidos na segunda coluna representam dessa forma, dinâmicas que conforme detalhado na terceira coluna, demonstram a capacidade dessas comunidades manterem ao longo do tempo suas atividades e modos de vida relacionados aos EFM.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: UMA DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO LITORAL CENTRO-SUL CATARINENSE

Conforme a bibliografia apresentada anteriormente, utilizaremos para a realização deste trabalho o termo **território** em referência a espaços geográficos locais que podem de forma geral, serem caracterizados como unidades mínimas que reagem frente à homogeneização política e econômica da sociedade contemporânea. Nos quais, populações imprimem marcas culturais que representam valores sociais e ambientais com raízes históricas (BOTTAZZI, 1995). Daí a relação entre **território** e **tradicionalidade**, uma vez que esses hábitos, práticas e saberes são passados oralmente por gerações, sustentando portanto, sistemas agroalimentares específicos ao longo do tempo.

A partir dessa definição consideramos como território objeto de estudo, comunidades tradicionais do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina que atuam com EFM. Ou seja, que além de inseridos no espaço geográfico delimitado pelos municípios de Paulo Lopes situado a cerca de 50 km de Florianópolis, Garopaba a 70 km, e Imbituba a cerca de 90 km sentido Sul desde a capital do Estado, representam populações de agricultores que por gerações imprimem nessas paisagens marcas culturais diretamente relacionadas a essas unidades produtivas.

Situado na zona costeira de Santa Catarina, o território se caracteriza por um espaço de transição entre a terra e o mar que resulta em paisagens e ecossistemas bastante diversificados, com a presença de praias, lagoas e formações vegetais associadas ao bioma de Mata Atlântica³⁸, Restinga³⁹ e Manguezal⁴⁰. O modo de viver e produzir vinculado aos EFM conferem caráter singular ao local, relacionados a recursos naturais e condições endofoclimáticas específicas. Juntamente com a pesca artesanal e a agricultura familiar, essas atividades além de fontes de renda, garantem a **soberania alimentar** dessas famílias. A perpetuação ao longo do tempo comprova a capacidade

³⁸ Este bioma engloba diferentes ecossistemas que se caracterizam principalmente devido a densidade vegetativa e a proximidade com o Oceano Atlântico. Pode ser encontrado nas regiões costeiras de Norte a Sul do Brasil, e abriga grande diversidade de espécies endêmicas, como orquídeas, bromélias, e o palmito (*Euterpe edulis*), o qual se encontra em risco de extinção.

³⁹ O ecossistema de Restinga representa a diversidade paisagística encontrada em zonas costeiras, o qual se caracteriza pela presença de dunas, banhados, vegetação herbácea, arbustiva e arbórea situadas vizinha a praia, sua presença é de grande importância como ecossistemas fixador de dunas estabilização dos manguezais.

⁴⁰ Ecossistema costeiro de transição entre ambiente costeiro e marinho, presente em regiões tropicais e subtropicais. Característico pela presença de áreas alagadas e sujeito às variações de marés.

dessas populações em manter paisagens, agrobiodiversidade e o desenvolvimento comunitário.

Apesar de representarem a raiz histórica e cultural do litoral Centro-Sul de SC vemos que as populações que mantêm seus EFM, também conhecidos como **nativos**, são atualmente minorias dispersas ao longo do mesmo. São portanto, símbolo de resistência frente às transformações decorrentes de interesses exógenos ocorridas nas últimas décadas, vistas através do grande crescimento urbano e aumento de populacional de indivíduos vindos de fora, denominados como **forasteiros** ou **outsiders**, os quais ao trazerem seus modos e expectativas de vida, trazem também novos padrões culturais, econômicos e paisagísticos ao local.

Consideramos dessa forma, de grande importância que o leitor conheça o histórico de desenvolvimento do território, como seus atuais aspectos singulares frente a homogeneização cultural e agroalimentar vista globalmente na sociedade. Facilitando assim, o esclarecimento e análise sobre a representatividade dos EFM no desenvolvimento rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina.

3.1. Formação social

Segundo Asunção (2010) os primeiros habitantes do litoral catarinense foram os chamados **sambaquis**, população que desde cerca de 7500 AC até meados do século X viviam em moradias construídas com conchas e se alimentavam através da pesca de animais, coleta de moluscos e vegetais, sendo que o final da chamada **era sambaquieira** é algo pouco conhecido pelos historiadores. Gaspar et al. (2007) cita também que a sociedade teria colapsado com a chegada dos grupos **jês**, também conhecidos como **macrojês**, os quais através de aberturas de clareiras nas florestas introduziram culturas agroalimentares como mandioca, abóbora, milho e amendoim, marcando o início da agricultura na região e consolidando a mandioca (*Manihot Esculenta*) como principal fonte de carboidratos das populações locais.

Segundo Milheira & Deblasis (2011), essa etnia foi substituída pelos índios guaranis que ocuparam a região de forma súbita e massiva, através de aldeias espalhadas por largas distâncias, o que o autor Brochado (1984) chama de **enxameamento guarani**. Durante os quase quinhentos anos de ocupação guarani, foram cultivadas cerca de 40 gêneros vegetais, sendo os principais: milho, mandioca, abóbora, batatas, carás, araruta, feijão, amaranto e amendoim. A agricultura guarani é

marcada pela presença de roças que após colhidas são queimadas e permanecem de 5 a 10 anos como áreas de pousio, tempo em que a fertilidade do solo pode ser recuperada, esse sistema, também chamado de **roça de coivara**, é até hoje utilizado por agricultores da região, em pequena áreas devido as especulações e restrições quanto ao uso da terra.

Foram com os guaranis que os primeiros colonizadores que chegaram ao litoral de Santa Catarina no século XVI estabeleceram contato, os quais paravam na região para reabastecer as embarcações e se proteger de tempestades. Nessa época, é firmado o *Tratado uti possidetis*, o qual define o pertencimento de territórios do Brasil Meridional àqueles que primeiro neles se estabelecessem, começa então a corrida entre Portugal e Espanha para ocupar e proteger áreas antes demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas.

Mello (2005) afirma que a partir do final do século XVI, se intensifica a chegada dos portugueses no litoral catarinense, cuja principal intenção era escravizar os índios para que trabalhassem nos garimpos⁴¹, fazendas e engenhos de cana-de-açúcar no sudeste do Brasil. Com esse agressivo processo de captura, somado as doenças contagiosas que traziam de além mar, acabaram com grande parte da população guarani que ali habitava, alguns remanescentes fugiram para o interior, fazendo com que em meados do século XVII a presença indígena fosse escassa na região. O abandono das roças é evidenciado através de relatos de exploradores que afirmam terem passado grande fome ao chegarem no local.

Em 1739 Portugal criou a capitania de Santa Catarina e constrói diversas fortalezas para proteção do território, principalmente na Ilha onde é hoje o município de Florianópolis, capital do Estado. Devido ao contexto de grande esvaziamento populacional, foi publicado em 1746 um edital Régio convocando casais das Ilhas dos Açores a migrarem para o sul do Brasil. Dessa forma, por volta de 1748 se inicia a colonização açoriana, marca da identidade cultural do território aqui estudado.

Essa nova ocupação do litoral catarinense ocorreu de forma progressiva, durante cerca de oito anos foram transportados em torno de 6 mil portugueses, a maioria açorianos, mas também madeirenses e peninsulares. Os quais se organizavam em torno das Armações baleeiras, como da Lagoinha do Desterro, fundada em 1772, São Joaquim da Garopaba, fundada em 1793 e Sant'Ana da Vila Nova de Imbituba, fundada em 1796. Através das quais realizavam a caça à baleia Franca, que até hoje chega ao litoral catarinense durante os meses de inverno para se reproduzir, sua pele, carne, ossos e

⁴¹ Garimpos são explorações rudimentares, manuais ou semi-mecanizadas, de substâncias minerais valiosas, como ouro, diamante, ametista e outros tipos de minérios (Amaral, 2010).

óleos eram utilizados para consumo local e comercialização com navegantes e comerciantes que ali passavam (CARUSO, 1989).

A promessa de terras férteis e outras facilidades, não foram totalmente cumpridas pela Coroa portuguesa, os novos moradores encontraram grandes dificuldades de adaptação. No entanto, devido a troca de conhecimentos entre imigrantes açorianos que precisavam plantar para se alimentar e os poucos indígenas que ainda restavam no território, foi possível o desenvolvimento da agricultura no litoral catarinense. Dessa forma, o fracasso da implantação de culturas agroalimentares européias, como o trigo, foi amenizado pelo cultivo de culturas locais, mais resistentes ao clima e ao solo da região, sendo a mandioca a de maior destaque.

A pesca artesanal também se consagrou como atividade tradicional do território (Fig.2 e 3), peixes como corvina, anchova e tainha, assim como outros animais marinhos e lacustres, eram encontrados em abundância pelos pescadores. Juntamente com a agricultura familiar, garantiu por mais de dois séculos a segurança alimentar e nutricional das populações locais. O desenvolvimento de técnicas para a elaboração da farinha de mandioca é de grande importância nesse contexto, devido a capacidade apresentada por esse produto em suportar longos períodos de armazenamento. Apresentaremos a seguir os métodos e relações socioculturais que envolvem o seu feitiço, assim sua relação com o desenvolvimento do território.

Fig.2. Pesca de camarão



Fonte: EPAGRI, 2007

Fig.3. Pesca da tainha



Fonte: EPAGRI, 2007

3.2. Engenhos Artesanais de Farinha de Mandioca

3.2.1. Mandioca, a raiz do território

Para entender a formação e desenvolvimento do território aqui estudado é necessário primeiramente conhecer a cultura da mandioca (*Manihot esculenta*), a qual faz parte da família *Euphorbiaceae* e do gênero *Manihot*, que engloba 98 espécies de plantas que variam de herbáceas a árvores. Segundo Farias (2000), com centro de origem na Amazônia, a cultura começou a ser cultivada pelos índios, responsáveis por sua disseminação de Norte a Sul do Brasil, sendo também conhecida popularmente como macaxeira e aipim, dependendo da região. Os colonizadores portugueses e espanhóis foram responsáveis por levá-la a diferentes países da América Latina, África, Ásia e Europa, onde são chamadas de *cassava* (inglês) ou *yuca* (espanhol).

Segundo Vieira et al. (2007) a mandioca (Fig.4) se desenvolve adequadamente em locais com temperatura média anual entre 20 e 27° C, temperaturas menores que 15°C causam a diminuição de suas atividades enzimáticas, podendo inclusive paralisar seu crescimento. Seus ciclos principais são: fase vegetativa, quando ocorre maior crescimento das partes aéreas e repouso vegetativo, quando as reservas se concentram nas raízes, ocorrendo a perda de folhas, sendo este o momento ideal para realização da colheita. O regime hídrico ideal para a cultura é entre 1.000 e 1.500 mm/ano, no entanto pode suportar estresses hídricos e regimes de até 400 mm/ano.

Fig.4. Pé de mandioca



Fonte: FAO, 2013

Segundo Otsubo (2002) a mandioca não exige solos com alta fertilidade, pelo contrário, é uma cultura de grande rusticidade e capacidade adaptativa à diferentes condições edafoclimáticas, inclusive locais extremamente áridos, onde outras culturas não seriam capazes de se desenvolver. Essas características contribuem para que seja a terceira maior fonte de carboidratos na chamada **zona intertropical**⁴², ficando atrás apenas do arroz (*Oryza sativa*) e do milho (*Zea mays*).

É importante ressaltar algumas peculiaridades da mandioca, como a sua alta capacidade de propagação vegetativa através das chamadas **manivas** (Fig.5), estacas de 15 a 20cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro que plantadas na horizontal a cerca de 15 cm de profundidade, permitem o desenvolvimento de novas plantas. Além disso, segundo Albuquerque (1980), é importante saber a finalidade de uso antes de realizar um plantio de mandioca, pois muitas de suas variedades apresentam quantidades elevadas de ácido cianídrico (HCN), chegando a 400 mg/Kg, concentração capaz de levar a óbito o animal ou pessoa que consumi-la (CARVALHO, 2011).

Fig. 5. Maniva utilizada para propagação vegetativa



Fonte: FAO, 2013

Segundo Leonel et al. (1998), historicamente a mandioca é cultivada para diversos usos, sendo os principais, para o consumo de mesa, após cozimento (Fig.6), para a produção de farinha (Fig.7), elaborada com a parte fibrosa das raízes, e para a produção de fécula, também chamada de **polvilho** (Fig.8), matéria-prima amilácea encontrado nas raízes, sendo base de importantes pratos típicos brasileiros como o pão de queijo, a tapioca (Fig.9), o sagu e muitos outros. Para a alimentação animal aproveita-se tanto a parte radicular como a parte aérea. Seu grande potencial para uso industrial vem ganhando destaque nos últimos anos, uma vez que o bagaço de sua raiz é composto por cerca de 80% de amido.

⁴² Zona situada entre o trópico de Câncer e o trópico de Capricórnio.

Fig.6. Mandioca de mesa



Fonte: Castellano, 2014

Fig.8. Fécula de mandioca



Fonte: Agrolink, 2015

Fig.7. Farinha de mandioca



Fonte: Castellano, 2014

Fig.9. Tapioca



Fonte: Kalil, 2014

Segundo Costa (2004) a rusticidade e adaptabilidade da mandioca à campo, aliado ao seu alto potencial produtivo e versatilidade gastronômica, fundamentam a importância desta cultura para a segurança alimentar e nutricional da sociedade, devido a forte presença no continente africano e contribuição para a diminuição da fome em países considerados **em desenvolvimento**, é reconhecida globalmente como alimento dos pobres, sendo a Nigéria a maior produtora de mandioca (43.410.000t), seguido por Brasil (26.915.541t) e Tailândia (26.541.200t). Contribui portanto, para a soberania alimentar dos cerca de 500 milhões de agricultores que a produzem.

Motivos como esses incentivaram a realização de um encontro em Roma organizado pela FAO em 2000, com a presença de 80 especialistas em agricultura com a finalidade de definirem uma **Estratégia Mundial de Fomento à Mandioca**, o qual resultou no informe “Produzir mais com menos – Mandioca, um guia para a intensificação sustentável da produção”, cujo foco foi a definição de modelos sustentáveis de agricultura que permitissem o aumento do rendimento produtivo da cultura. Nesse sentido, o documento aponta para a transformação da mandioca no principal cultivo do século 21. Devido a este e outros incentivos, a produção mundial

deste tubérculo aumentou 60% desde 2000. Vemos que a mandioca exerce importante papel no desenvolvimento rural de diferentes contextos, seja sob o aspecto social, como econômico e ambiental.

3.2.2. Feitio artesanal da farinha

A grande versatilidade gastronômica oferecida pela mandioca pode ser vista através das diferentes farinhas encontradas de Norte a Sul do Brasil. Tanto as variedades cultivadas como o modo de preparo das farinhas, representam a diversidade cultural e ambiental do país (PINHEIRO, 2005). É importante ressaltarmos que tratamos neste trabalho da produção artesanal de farinha, a qual se diferencia da produção industrial por ser realizada a partir de recursos humanos e naturais singulares dos territórios. Segundo Barbosa (2007), juntamente com o arroz e o feijão, a farinha de mandioca é alimento básico na dieta do brasileiro, apesar das transformações agroalimentares decorrentes do processo de globalização, esse produto segue tendo grande importância na segurança energética e nutricional do povo brasileiro.

As normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que regulam os parâmetros sanitários dos estabelecimentos que fabricam farinha de mandioca, representam grande dificuldade para a comercialização e continuidade de sua fabricação artesanal nos Engenhos, uma vez que exige por exemplo, azulejos brancos e maquinários modernos, o que não é compatível com a rusticidade encontrada nos Engenhos. Restringem assim, a comercialização dessas farinhas de feitio artesanal à mercados locais, grupos de compras coletivas e consumidores que procuram diretamente os Engenhos. A falta de incentivo à valorização de produtos típicos de qualidade, provenientes de produções artesanais e manejos específicos da agrobiodiversidade por parte do Estado, representa assim, grande prejuízo para a população brasileira que apesar de dispor de abundante riqueza cultural e natural, se vê cada vez mais limitada agroalimentarmente.

A seguir, apresentaremos os procedimentos básicos que envolvem a elaboração artesanal da farinha de mandioca. É importante ressaltar que as fotos aqui apresentadas correspondem a elaboração da farinha polvilhada do Litoral de Santa Catarina, sendo assim, apesar de alguns procedimentos serem gerais em diferentes partes do país, apresentam diferenças relacionadas a recursos naturais e culturais específicos do

território. Para fins comparativos, apresentamos também algumas peculiaridades encontradas na produção de farinha d'água produzida na Amazônia.

O início da produção artesanal de farinha ocorre com a escolha da variedade a ser cultivada, que devido a características como cor e quantidade de água na raiz influenciarão diretamente na elaboração e qualidade final do produto. Sendo assim, a mandioca é colhida na época de safra, o que no Brasil pode ocorrer entre maio e setembro, para logo ser processada. Esse período é conhecido popularmente como época de farinhada. Da roça a mandioca é transportada até os Engenhos, normalmente através de meios bastante rudimentares (Fig.10). É importante lembrarmos que os procedimentos aqui descritos exigem energia para funcionarem, a qual pode ser obtida através de tração animal (Fig.11), gravidade da água (Fig.12), força humana (Fig.13), fogo ou energia elétrica. Normalmente, nos Engenhos Tradicionais, recursos naturais não renováveis, como petróleo, não são utilizados.

Fig.10. Mandioca transportada em micro tratores



Fonte: Heidenreich, 2014

Fig.11. Engenho movido à tração animal



Fonte: Heidenreich, 2014

Fig.12. Engenho movido à roda d'água



Fonte: Rev. Ecoviagem, 2014

Fig.13. Mandioca transportada por força humana



Fonte: Castellano, 2014

Após a chegada da mandioca, os trabalhos nos Engenhos costumam iniciar o mais breve possível, pois quanto maior o tempo em contato com o ar, maior a perda de nutrientes e qualidade organoléptica da matéria-prima. Sendo assim, o primeiro procedimento realizado é a retirada da casca da mandioca (Fig.14).

Fig.14. Descascar a mandioca



Fonte: Castellano, 2014

Já sem casca, a mandioca é lavada (Fig.15), para então ser triturada até se transformar em uma massa (Fig.16). Durante este processo ocorre a liberação de uma água viscosa que quando decantada se transforma na fécula de mandioca, também chamado de polvilho.

Fig.15. Lavar a mandioca



Fonte: Castellano, 2014

Fig.16. Massa obtida após trituração



Fonte: Castellano, 2014

Essa massa é levada à prensa (Fig.17), onde a água restante é retirada.

Fig.17. Prensagem da massa



Fonte: Castellano, 2014

Obtém-se assim um material fibroso, o qual por fim é levado ao tacho aquecido por fogo à lenha a cerca de 160°C, procedimento chamado de forneamento (Fig.18), o qual exige conhecimentos e técnicas tradicionais específicas que possibilitam a obtenção do ponto considerado ideal da farinha, conferindo a esta características organolépticas singulares.

Fig.18. Forneamento da farinha



Fonte: Castellano, 2014

Vemos que grande parte dos procedimentos para elaboração da farinha de mandioca envolve a retirada de água da matéria prima. Segundo Caruso (1989) esta característica confere ao produto grandes vantagens comerciais, pois após sua retirada do solo, a raiz *in natura* entra rapidamente em processo de decomposição. Sendo assim, devido à baixa umidade, a farinha apresenta maior capacidade de preservação, podendo ser armazenada e consumida durante todo o ano, garante assim, fonte de carboidratos e poder de negociação às populações campesinas que a produzem.

A riqueza cultural, imaterial, que envolve a produção artesanal de farinha de mandioca pode ser vista por exemplo, através de algumas peculiaridades apresentada na produção da chamada **farinha d'água**. Segundo Freitas et al. (2011) esta farinha típica da Amazônia, é elaborada tradicionalmente nas chamadas **casas de farinha** e leva este nome pois após descascada, a mandioca permanece cerca de 4 dias em água corrente, conferindo sabor e consistência singular a farinha, sua cor amarela é resultado da seleção de variedades cultivadas na região. Além disso, depois de pronta, a farinha é embalada nos chamados **balaies**, elaborados artesanalmente com palha de **arumã**, que também influencia na sua qualidade final.

Fig.19. Produção da farinha d'água



Fonte: Souza, 2013

Fig.20. Farinha embalada em balaio de arumã



Fonte: Slow Food, 2011

Vemos assim, que a **farinha polvilhada** de Santa Catarina, apresenta características singulares que a diferencia de outras encontradas no Brasil, como a cor branca, textura fina e macia. Resultado principalmente das variedades de mandioca utilizadas e fina peneiração após forneada. Simboliza portanto, a troca cultural entre índios e açorianos, sendo que os primeiros apresentaram a cultura da mandioca e os modos rústicos de elaborar a farinha, enquanto os segundos aperfeiçoaram a seleção de variedades, os maquinários e técnicas utilizadas. Esse processo foi em parte influenciado pela busca de uma farinha que fosse semelhante à de trigo, muito utilizada nas receitas tradicionais das Ilhas dos Açores.

As singularidades encontradas tanto na **farinha polvilhada** de Santa Catarina, como na **farinha d'água** da Amazônia, evidenciam as raízes culturais agroalimentares que permitem a continuidade da elaboração de diferentes farinhas ao longo de gerações de famílias rurais brasileiras.

Fig. 21. Peneiração fina que finaliza a elaboração da farinha polvilhada de Santa Catarina



Fonte: Castellano, 2014

3.2.3. Engenhos e o desenvolvimento socioeconômico do território

Uma vez apresentado os procedimentos que envolvem a produção artesanal de farinha de mandioca no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, levantaremos agora o papel histórico representado pelos EFM na formação socioeconômica do território, evidenciando seu papel nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que marcaram seu processo de desenvolvimento. A jornada de trabalho que envolve essa produção, além de intensa, é concentrada na época de safra da mandioca. Diversas atividades são realizadas em um dia de trabalho, sendo para isso, necessária a mobilização de membros da família e da comunidade, ou seja, se caracteriza como um processo coletivo de produção.

Dessa forma, segundo Oliveira (2007) a organização comunitária no meio rural pode ser definida como algo complementar ao trabalho familiar, capaz de estabilizar comunidades em momentos críticos, como de safras, e épocas de **farinhada** por exemplo. O autor afirma ainda, que a reprodução desses sistemas ao longo do tempo é garantida tanto por compensações monetárias, como por relações de reciprocidade, em que um agricultor auxilia o outro conforme as necessidades que surgem, fortalecendo assim a capacidade das mesmas se sustentarem social e economicamente.

Freitas et al (2011) ao pesquisarem a produção artesanal de farinha de mandioca na Amazônia Sul Ocidental, levantaram que a perspectiva de sustentabilidade dessas populações camponesas é maior conforme a dedicação de seus componentes à essas

atividades, possibilitando, tanto o abastecimento da demanda familiar, como a geração de excedentes para comercialização.

O atendimento das expectativas econômicas dessas famílias incentiva a continuidade dessas atividades, organizações sociais e agroecossistemas tradicionais. Os autores esclarecem que quando a produção de farinha não atende a essas expectativas, os membros da comunidade procuram outras fontes de renda, abandonando assim o sistema produtivo comunitário. Análises como essa auxiliam a construção de uma análise perspectiva sobre a sustentabilidade do processo de desenvolvimento do território aqui estudado.

Segundo Andermann (1997) no fim do século XVIII, menos de cinquenta anos após a chegada dos açorianos ao Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, os EFM já deixavam de garantir apenas a subsistência da população local para se tornar a principal atividade comercial do território, a qual perdurou por cerca de duzentos anos. Conforme Soares (2008) a comercialização de farinha era realizada tanto em mercados locais, como em outros mais distantes, chegando a Estados como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Relatos de Andermann & Pires (1996) demonstram que conforme crescia a demanda por este produto, crescia também sua produção. Dessa forma, as jornadas de trabalho nos Engenhos e no cultivo de mandioca, eram bastante largas durante o auge comercial da farinha, envolvendo grande parte da população local. Segundo os autores, a importância econômica destas atividades, influenciava também na hierarquia política e social representado pelos EFM nas comunidades. Sendo assim, aqueles que não possuíam seu próprio Engenho, utilizavam o de vizinhos, trocando seus serviços por parte da farinha produzida. Essas dinâmicas representam relações de interdependências entre os atores locais, laços e identidades que permitem a sustentabilidade dessas atividades e comunidades com o passar do tempo.

A pesca artesanal fazia parte também das dinâmicas socioeconômicas e culturais do território, garantindo a segurança alimentar e nutricional das famílias. A elaboração de subprodutos a partir do **polvilho** que sobrava da elaboração da farinha, também são importantes representantes da alimentação tradicional do território. Produtos típicos como o **beiju** (Fig.22), o cuscuz e a **bijajica** (Fig.23), compõe o Patrimônio Agroalimentar simbolizado pelos EFM do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina.

Fig.22. Beiju



Fonte: Castellano, 2013

Fig.23. Bijajica



Fonte: Angeoletto, 2014

Segundo Leandro (2007), a circulação monetária no território era pouco significativa, o mercado funcionava principalmente através de trocas em que a farinha de mandioca era a principal moeda local, com a qual era possível adquirir outros produtos como óleo, sal e açúcar. O autor afirma ainda, que devido a sua importância alimentar e econômica, a população local era necessariamente envolvida nas atividades relacionadas a sua produção e comercialização.

Tal contexto pode ser discutido a partir da temática defendida por Polanyi (2000) como **economia substantiva**, a qual vai além das relações monetárias, fundamentando-se em relações de poder e valor substancial dos produtos, em que relações de reciprocidade garantem a manutenção de atos cívicos virtuosos em uma população ao longo do tempo. O autor discute ainda a capacidade de funcionamento de um sistema econômico sem a necessidade de registros escritos e administração complexa, definido pelas relações sociais que o mantém, e não o contrário, como vemos predominar na sociedade capitalista contemporânea.

Ambrosini & Filippi (2008) afirmam ainda que Sistemas Produtivos Localizados (SPL), como visto em comunidades tradicionais que mantêm EFM no território aqui estudado, evidenciam a grande capacidade de resiliência e autonomia econômica apresentada pelos mesmos, diferenciando-os assim, da instabilidade social e ambiental gerada por sistemas agroalimentares globalizados, cujo objetivo principal é o aumento as margens de lucro. Sendo assim, vemos que relações sociais de confiança, sentimento de pertencimento e valorização de identidades territoriais, possibilitam a sustentabilidade de atividades econômicas ao longo do tempo, o que justifica o enfoque territorial de estudos e a elaboração de estratégias endógenas de desenvolvimento.

Além de exemplo de SPL, o território aqui estudado ilustra também o que Polanyi (2000) discute a respeito das transformações quanto ao uso e valorização do trabalho na terra. Segundo o autor, a subordinação das relações sociais ao sistema econômico globalizado não pode gerar consequências positivas para a sociedade, e sim conduzi-la à auto destruição. Vemos assim, que o liberalismo econômico, assim como a industrialização global, influenciaram diretamente na desvalorização e abandono de atividades localizadas, como as produções artesanais de farinha de mandioca.

Dessa forma, o sucesso comercial da farinha de mandioca elaborada artesanalmente nos Engenhos durou até meados do século XX, quando entra em decadência devido à industrialização do setor (Flores, 1995). A partir da década de 1960, populações camponesas que mantinham esses SPL já não podiam se sustentar economicamente, uma vez que o produto perdeu seu alto valor comercial. Vieira (2002) apresenta dados que evidenciam a dimensão desse declínio, sendo que na safra de 1969/70 a comunidade dos Areiais da Ribanceira, localizada no município de Imbituba, produziu cerca de 3 milhões de toneladas de farinha de mandioca, enquanto na safra de 2000/01, a produção caiu para 790 mil toneladas.

O declínio dos EFM no território aqui estudado foi agravado devido ao sucesso agrícola de outras regiões do Estado, colonizadas principalmente por alemães e italianos, que apresentaram maior capacidade para atender as novas demandas agroalimentares da sociedade globalizada. Além disso, as estratégias políticas da região litorânea de Santa Catarina passaram a incentivar outros setores econômicos, como o turismo e a construção civil. Este processo será apresentado com mais detalhes no subcapítulo seguinte, evidenciando os prejuízos que a concentração demográfica e a especulação imobiliária trouxeram ao desenvolvimento de comunidades tradicionais que há séculos vivem ali.

A rigidez de normas referentes ao uso de recursos naturais, que não levam em consideração sistemas agrícolas tradicionais que mantêm paisagens e agrobiodiversidade ao longo de gerações, também prejudicou a permanência destas atividades. Por fim, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) surge como mais uma barreira para a continuidade da produção artesanal de farinha de mandioca nos Engenhos, pois considera essa unidade produtiva inadequada para fabricar produtos aptos para a comercialização. Dessa forma, para se enquadrarem às exigências sanitárias estabelecidas por este órgão, os Engenhos teriam que substituir seus pisos, paredes,

maquinários, entre outras transformações, perdendo assim seu caráter artesanal, sem características singulares decorrentes do modo e meio em que são produzidos.

Apesar das dificuldades relativas à perpetuação da produção artesanal da farinha de mandioca no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, Pieroni (2012) afirma que muitos Engenhos permanecem ativos, o que pode ser visto pelas mobilizações comunitárias em torno da realização de **farinhadas** nas épocas de safra da mandioca. Vemos assim, que a presença de EFM no território aqui estudado representa não só a resistência cultural dessas comunidades, mas também a preservação de paisagens e garantia da segurança alimentar e nutricional da sociedade local.

3.3. Desenvolvimento contemporâneo

3.3.1. Patrimônios naturais

Além das ameaças ao patrimônio cultural representado pela agricultura familiar, pesca e produção artesanal de farinha de mandioca mantidas tradicionalmente por populações camponesas do território, encontramos no território importantes patrimônios naturais. Apesar de serem, em alguns casos, resguardados em Unidades de Conservação (UCs⁴³), esses patrimônios sofrem constantes ameaças de desaparecimento. A Lagoa do Ribeirão, mais conhecida como Lagoa do Coração (Fig.24), é símbolo desse estado de vulnerabilidade ambiental. Situada na Bacia do Rio da Madre (BRM), além de representar a beleza natural do território, representa também a luta da sociedade pela proteção de patrimônios naturais e culturais ali encontrados. A BRM abrange formações vegetais associadas ao bioma de Mata Atlântica⁴⁴, Restinga⁴⁵ e Manguezal⁴⁶, sendo sua área total de 365 km², dos quais cerca de 60% se encontra no município de Paulo Lopes.

⁴³ Unidades de Conservação, definida pelo SNUC como “Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Estas unidades estão divididas em dois grupos, as de uso sustentável e as de proteção integral. Atualmente existem 320 por todo o Brasil (ICMBio, 2015).

⁴⁴ Este bioma engloba diferentes ecossistemas que se caracterizam principalmente devido a densidade vegetativa e a proximidade com o Oceano Atlântico. Pode ser encontrado nas regiões costeiras de Norte a Sul do Brasil, e abriga grande diversidade de espécies endêmicas, como orquídeas, bromélias, e o palmito (*Euterpe edulis*), o qual se encontra em risco de extinção (SANTA CATARINA, 2008).

⁴⁵ O ecossistema de Restinga representa a diversidade paisagística encontrada em zonas costeiras, o qual se caracteriza pela presença de dunas, banhados, vegetação herbácea, arbustiva e arbórea situadas vizinha a praia, sua presença é de grande importância como ecossistemas fixador de dunas e estabilizador dos manguezais.

A riqueza ecológica encontrada na Região é reconhecida institucionalmente pelo mosaico de áreas de proteção e conservação ambiental ali encontrado. Primeiramente por se tratar de Zona Costeira, com áreas residuais de Mata Atlântica, é protegido pelo Artigo 225 da Constituição Federal, que define esses ecossistemas como Patrimônio Nacional, planejado e gerido pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

A região é protegida também pela delimitação de Áreas de Proteção, como o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PAEST), criado em 1975 pelo Decreto nº 126, sendo este último, a maior UC de Proteção Integral⁴⁷ do Estado de Santa Catarina. Ocupa uma área de 84.130 hectares, da qual cerca de 65% está situada na BRM. Entre os motivos que incentivaram sua criação, destacamos a preocupação com o aumento da degradação ambiental e consumo de água relacionados ao crescimento urbano da região.

Além das belas paisagens, o território conta ainda com a visita sazonal de grupos de Baleia Franca⁴⁸ que migram do Oceano Antártico durante os meses de julho e novembro para se reproduzirem e amamentarem seus filhotes no litoral de Santa Catarina, o que destaca o município de Imbituba como berçário natural da espécie. Com o fim da caça a esses animais na década de 1970 e a ameaça de extinção em que se encontravam na época, o Estado brasileiro, seguindo o movimento preservacionista mundial da década de 1980, resolve proteger essas nobres visitantes do litoral catarinense, incentivando assim o potencial turístico que sua observação atrai para a região (ELLIS, 1999).

Dessa forma, mecanismos específicos foram criados para a proteção desses mamíferos, como o Decreto Estadual 171/95, que declara a Baleia Franca como **Monumento Natural do Estado de Santa Catarina**, e o Decreto Federal de 14 de Setembro de 2000, que define uma área de 154.866 ha do litoral catarinense, abrangendo todos os municípios do Litoral Centro-Sul do Estado, como APA (Área de Proteção Integral) da Baleia Franca, UC de Uso Sustentável⁴⁹ integrado ao SNUC⁵⁰,

⁴⁶ Ecossistema costeiro de transição entre ambiente costeiro e marinho, presente em regiões tropicais e subtropicais. Característico pela presença de áreas alagadas e sujeito às variações de marés.

⁴⁷ Categoria das UCs cujo objetivo é a preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e paisagística, permitindo a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e turismo ecológico (ICMBIO, 2015).

⁴⁸ As Baleias Francas Austrais (*Eubalaena australis*) são cetáceos de grande porte que vivem entre o Oceano Antártico e o Atlântico Sul, podendo atingir até 17 metros de comprimento (Projeto Baleia Franca, 2001).

⁴⁹ UCs cujo objetivo é a compatibilização do uso sustentável de recursos naturais, conciliando a exploração do ambiente com a garantia da perenidade dos recursos naturais renováveis, considerando os processos ecológicos, formas socialmente justas e economicamente viáveis.

cuja finalidade principal é ordenar a utilização do solo e das águas situados dentro de seus limites, assegurando assim, a segurança das baleias francas, preservação da biodiversidade e recursos naturais ali encontrada (ICMBIO, 2012). No entanto, em agosto de 2015, início da temporada de visita desses animais e mês de conclusão deste trabalho, já eram nove o número de baleias mortas dentro da APA/BF, devido a redes de pesca, choque com embarcações em alta velocidade e obras de ampliação do Porto de Imbituba, ou seja, atualmente a UC não atende o objetivo pelo qual foi criada.

Apesar da presença desses mecanismos de proteção ambiental, vemos que nos últimos 40 anos prevaleceram no território estratégias exógenas de desenvolvimento, que não consideram a presença de *comunidades tradicionais*, como pescadores artesanais e agricultores familiares, os quais por séculos manejam esses recursos naturais de forma sustentável, sendo estes portanto, responsáveis pela preservação destes patrimônios. Segundo Santilli (2009), por guardarem hábitos e conhecimentos que resultam da estreita relação entre o homem e a terra, construídos ao longo de gerações, essas populações mantêm agroecossistemas que podem ser considerados atualmente como “Ilhas de Agrobiodiversidade”.

Fig.24. Lagoa do Coração



Fonte: EPAGRI, 2014

3.3.2. Areiais da Ribanceira e o progresso em Imbituba

O município de Imbituba representa um caso emblemático sobre os prejuízos socioeconômicos e ambientais causados pelo embate entre desenvolvimento rural e estratégias exógenas de desenvolvimento econômico, assim como a capacidade de resistência social apresentada por comunidades tradicionais. A comunidade dos Areiais

⁵⁰ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, institucionalizado pela Lei Federal nº 9.985/2000 com o objetivo de integrar o planejamento e administração das UCs do Brasil (MMA, 2015).

da Ribanceira simboliza bem essa resistência, formada por agricultores familiares e pescadores artesanais, localiza-se a cerca de 10 km do que é hoje o Porto de Imbituba, até a década de 1970 cerca de 2.000 famílias manejavam 250 ha, principalmente com **roças de coivara**, sendo assim, algumas áreas permaneciam em “pousio” após a colheita da mandioca, conferindo tempo suficiente para a recuperação da fertilidade do solo. Atualmente, conta com apenas 40 unidades familiares em 24 ha de terra, mesmo assim, a comunidade é responsável pelo manejo de cerca de 30 variedades de mandioca e 15 de aipim⁵¹, a conservação desses recursos depende diretamente da continuidade de práticas agrícolas tradicionais, como a seleção e plantio de ramas.

Pela dinâmica de **uso comum de terras**, característico de comunidades tradicionais, em que a terra é considerada como um bem comum dos indivíduos da comunidade, os agricultores se organizam a partir de relações de confiança e reciprocidade para manter formas específicas de manejar a natureza e produzir alimentos. Tais dinâmicas possibilitam uma distribuição de benefícios mais igualitária, além da manutenção de valores e identidades comunitárias.

Com a predominância do ecossistema de Restinga, os Areiais da Ribanceira apresenta um solo bastante arenoso, como o seu próprio nome indica, e condições edafoclimáticas singulares. As habilidades desenvolvidas por essa população para produzir a mandioca, a farinha e outros produtos típicos, além da pesca e extração sustentável de fruto locais, como da palmeira butiá (*Butiá capitata*), representam a superação de desafios e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁵² da comunidade durante séculos (Pinto, 2010; Cavechia, 2011).

No entanto, apesar do manejo ambiental e das relações sociais permitirem sua perpetuação ao longo do tempo, interesses externos, transformaram profundamente a trajetória dessa comunidade. O estabelecimento de estratégias políticas incentivadoras do crescimento industrial no município na década de 1970, resultou na desapropriação de cerca de 2000 famílias dos Areiais da Ribanceira, possibilitando a ampliação do Porto do município (Fig. 25), o segundo maior do Estado atualmente. E a construção,

⁵¹ Termo utilizado no território aqui estudado para diferenciar as variedades de *Manihot esculenta* Crantz com maior quantidade de ácido cianídrico nas folhas e raízes. Utilizado também em outras regiões brasileiras, como nome popular da espécie, assim como macaxeira.

⁵² Monitorada a nível global pela FAO, corresponde ao direito de todo indivíduo em acessar regularmente alimentos de qualidade em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Tem como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (FAO, 2014).

em 1979, da Indústria Carbonífera Catarinense (ICC)⁵³, a qual em 13 anos de funcionamento produziu diversos impactos negativos na região, sendo um deles conhecido como a “maldição da fumaça vermelha”, devido as grossas nuvens de óxido de ferro que cobriam o seu entorno. Em 1992, quando a ICC deixa de funcionar devido inviabilidade econômica, a área passa pela administração de diferentes grupos, estatais e privados, até a posse em 2009 da atual proprietária, a Empresa de Cimento Rio Branco Votorantim, do Grupo Votorantim.

Fig.25. Imagem de Satélite da área antes ocupada pela comunidade tradicional dos Areiais da Ribanceira (1:50000)



Fonte: Adaptado pela autora de Google Earth, 2015

Vemos assim, que esses cerca de 225 ha de terra, utilizados tradicionalmente pela comunidade dos Areiais da Ribanceira, passaram sem justificativas sociais convincentes, para o domínio público e logo para o domínio privado, prejudicando o bem-estar e perpetuação dessa população. Além de perderem suas moradias e fontes de alimentos, perderam também seus vínculos sociais e sustento econômico, diretamente relacionados ao manejo da terra, cultivo da mandioca, elaboração da farinha e seus subprodutos, saberes e fazeres construídos ao longo de gerações.

A legitimação da área como sendo de uso agrícola tradicional se agravou em 2005 quando o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba passou a considerar todo o município como área urbana, o que pode de ser visto no último Censo, o qual indica como zero a população rural do município (IBGE, 2010). A invisibilidade conferida a essa população demonstra o grande descaso do poder público quanto a

⁵³ Criada em 1979 tinha como finalidade a produção de insumos para a indústria química e de fertilizantes, sobretudo compostos de enxofre, a partir de rejeitos de carvão, importantes atividades econômica de Santa Catarina na época.

comunidade dos Areais da Ribanceira, que apesar de ser minoria, mantêm seus modos de vida, trabalhos e manejos de paisagens característicos de um meio rural. A drástica redução da produção anual de farinha na comunidade, a qual há cerca de 40 anos chegava a 100 t, e atualmente foi reduzida para 10,5 t, apesar de demonstrar as pressões sofridas, representa também a resistência de um modo de vida e de um patrimônio agroalimentar a ser mantido e valorizado (Mombelli, 2013; Souza, 2007).

A Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI) foi criada em 2000 para defender os direitos dessa comunidade, que tradicionalmente ocupa terras e mantém hábitos e trabalhos relacionados ao cultivo e processamento da mandioca. Através da organização e mobilização social, a Associação ganha visibilidade e apoio de diferentes instituições, como com o processo aberto em 2005 no antigo Ministério do Meio Ambiente (MMA), agora sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que propõe a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)⁵⁴ dos Areais da Ribanceira, e através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o pedido pela formalização do uso da terra na forma de Assentamento Rural⁵⁵. Recebe apoio também do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Organizações Não Governamentais (ONGs) da região, entre outros (ZANK et al., 2013).

Apesar de nenhum desses processos terem sido concluídos até o momento, as mobilizações contam com resultados bastante significativos. Primeiramente no sentido do fortalecimento da auto identificação comunitária a partir da noção de **povos e comunidades tradicionais**, como com a participação de atores locais no curso **Afirmção de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais: aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho**, realizado através da parceria entre a UFSC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), buscando com isso, o reconhecimento interno e externo do direito legal sobre o território tradicionalmente ocupado.

Essas parcerias possibilitaram a elaboração de importantes publicações, como: “Etnobotânica nos Areais da Ribanceira de Imbituba: Compreendendo a Biodiversidade

⁵⁴ Definido pelo SNUC como “Área natural que abriga populações tradicionais que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações e adaptados às condições climáticas locais” (ICMBio, 2015).

⁵⁵ Conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo INCRA as quais originalmente pertenciam a um único proprietário e que são entregues às famílias sem condições econômicas para adquiri-las (INCRA, 2015).

Vegetal manejada para subsidiar a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável” e “Areais da Ribanceira: 200 anos de resistência da agricultura e pesca artesanal”. O Projeto Nova Cartografia⁵⁶, iniciado em 2010, também respalda esse processo de legitimação. Além disso, desde 2004 a Feira da Mandioca é realizada anualmente, a qual chama a atenção da região por apresentar a riqueza cultural, gastronômica e ambiental relacionada a mandioca, divulgando assim a luta da comunidade pela preservação de seus costumes e uso da terra e apoiando financeiramente a Associação (Campos, 2000; Thompson, 1998).

Fig.26. Estrada de acesso aos Areiais da Ribanceira



Fonte: Castellano, 2014

Outro importante marco do território foi a construção do Engenho da ACORDI. Inaugurado em 2010, que além de concentrar a produção de farinha da comunidade, reduziu os custos e otimizou o processo, fortalecendo os laços de confiança entre os atores locais. Vemos dessa forma, que apesar das diversas dificuldades enfrentadas, essas famílias ainda conservam valores e motivações que possibilitam a perpetuação de atividades agrícolas sustentáveis, a manutenção de paisagens e da agrobiodiversidade.

3.3.3. Turismo de Massa em Garopaba

O caso do município de Garopaba é também bastante representativo quanto às transformações geradas por estratégias de desenvolvimento direcionadas a interesses exógenos, que não valorizam a população nativa do território. Conhecida nacional e

⁵⁶ Realizado através do Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnica (NUER), Departamento de Antropologia e Laboratório de Estudos do Espaço Rural do Departamento de Geociências, UFSC.

internacionalmente por suas belas praias e facilidades de caráter urbano, como hotéis e pousadas, comércios, bares e boates, instalados no município nos últimos 30 anos, Garopaba chega a receber mais de 150 mil turistas durante a temporada de verão⁵⁷. Devido a posição geográfica estratégica e a boa articulação com outras regiões, atrai visitantes tanto de Santa Catarina como de outros Estados do Brasil. Vizinhos do Rio Grande do Sul são um dos principais públicos, mas visitantes de outros países, como Argentina, Uruguai e Chile, também procuram bastante o local.

O início do turismo ocorreu na década de 1970 com a chegada dos primeiros desbravadores que ao escutarem sobre o local por meios informais de comunicação, já que não havia nenhum veículo “oficial” de divulgação do território, enfrentaram o difícil acesso e a falta de infra estrutura para desfrutarem dos atrativos naturais encontrados na região. Muitos deles jovens surfistas que em busca das boas ondas e belas paisagens chegavam em Garopaba dispostos a acampar e ficar na casa dos **nativos**, que segundo relatos da época, os acolhiam de maneira bastante amistosa.

Por cerca de dez anos esse fluxo de visitantes não gerou impactos significativos no município, uma vez que a cultura local ainda prevalecia nas dinâmicas sociais, ambientais e econômicas ali existentes (SEIXAS, 2002). No entanto, na década de 1980 a fama da região cresceu drasticamente, atraindo não apenas visitantes dispostos a se adaptar temporariamente ao contexto ali encontrado, mas também pessoas interessadas em estabelecer residências, comércios, valores e culturas vindas dos centros urbanos.

A grande maioria dos novos moradores e investidores não consideraram os impactos sociais e ambientais que suas presenças, construções e atividades poderiam causar à população local. Pelo contrário, o pouco acesso à informação de que dispunham os nativos, assim como a predominância de uma **economia substantiva** localizada, possibilitou a comercialização de terras a preços muito inferiores que os valores de mercado. Tal contexto impulsionou a concentração da posse de imóveis e empreendimentos por **outsiders** e a forte especulação imobiliária vista hoje no território (Fig.27), gerando grandes transformações paisagísticas, culturais e socioeconômicas (Pereira, 2010; Vieira et al., 2007).

⁵⁷ Informação disponível no site <http://turismo.sc.gov.br>.

Fig. 27. Imagem de satélite que evidencia a atual urbanização do município de Garopaba (1:100.000)



Fonte: Google Earth, 2015

Atualmente o setor de serviços é o principal propulsor econômico do município, o que até a década de 1970 era centralizado no setor agropecuário. Conhecimentos e práticas empíricas perdem importância nesse novo contexto de desenvolvimento, assim como as relações de reciprocidade, agrobiodiversidade, paisagens e culturas mantidas pelos **nativos**. Segundo dados do IBGE, a população local de Garopaba apresenta baixo nível de escolaridade, sendo portanto, absorvida como mão-de-obra barata e temporária em atividades ligadas ao turismo. Mesmo com essa baixa valorização, muitos jovens preferem as novas atividades, do que as tradicionais exercidas por seus familiares, como a pesca, a agricultura e o feitiço artesanal de farinha de mandioca, pois além de serem trabalhos bastante árduos, não oferecem retornos financeiros justos, gerando instabilidade econômica e baixa auto-estima a estes jovens (Madeley, 1987).

Neste contexto ocorre a transição de um turismo integrado à realidade da população local, para algo estandardizado, de caráter empresarial, com geração de benefícios principalmente à indivíduos vindos de fora do território. Chamado também de **turismo de massa** ou **turismo de veraneio**, caracteriza-se por uma busca consumista da natureza nos meses de verão, um tipo de uso e apropriação predatória do território. Diferentemente do turismo voltado para a imersão do visitante em espaços naturais e culturais singulares, que além de gerar identificação, pode ser realizado em qualquer época do ano (Silva, 2007; Bonald, 1984; Bouhdiba, 1981; Boullon, 1980; Kadt, 1981; Krippendorf, 1989).

3.3.4. Perspectivas para Lagoa do Coração em Paulo Lopes

O município de Paulo Lopes se diferencia de Garopaba e Imbituba pela maior preservação ambiental e cultural, resultado tanto da criação de UCs, como pela presença significativa de comunidades tradicionais. No entanto, estratégias políticas recentes podem alterar esse contexto, como através da Lei Estadual nº 14.661 de 26 de março de 2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.159/2010, que prevê a recategorização de grande parte do PAEST, incluindo a Baixada do Maciambu, a Costa do Macacú e a Costa do Siriú, locais que abrigam grande biodiversidade e importantes recursos naturais. Conforme o Decreto, essas áreas passariam para a categoria de APA do Entorno Costeiro, menos restritiva quanto as formas e finalidades de ocupação humana. O que geraria grandes prejuízos para as populações que tradicionalmente ocupam o local, assim como à preservação da biodiversidade e paisagens naturais.

Conforme o Plano Diretor do município, aprovado em 2010 pela Câmara dos Vereadores sem participação da população local, e a ocupação territorial nele prevista, o surgimento da nova Lei teria relação direta com a viabilização legal de novos empreendimentos imobiliários, uma vez que condomínios de alto padrão com a capacidade de abrigar cerca de 80 mil pessoas substituiriam atuais áreas de preservação, o que além de gerar grande quantidade de resíduos urbanos, exigiria abastecimento hídrico através da drenagem do Rio da Madre, gerando prejuízos incontornáveis ao ecossistema local (Fig.28). É importante ressaltar que a elaboração dessa Lei Estadual é algo inconstitucional, uma vez que vai contra a Lei Nacional nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Conforme a tendência de desenvolvimento exógeno vista nos municípios de Imbituba e Garopaba, tal estratégia resultaria na degradação do pouco que resta de paisagens naturais e comunidades tradicionais no território, como os descendentes de açorianos que atuam com EFM, os quais há gerações mantêm a agrobiodiversidade e recursos naturais locais de forma sustentável. Pesquisadores e organizações da sociedade civil realizaram avaliações preliminares que evidenciam as consequências destrutivas que esse Plano Diretor pode trazer a região, ameaçando a sociedade como um todo, uma vez que os impactos negativos gerados por estratégias como essa, ultrapassam fronteiras territoriais (Prudencio et al., 2014; Jacomel, 2012; SOS Rio da Madre, 2013)

Fig.28. Imagem de satélite da Lagoa do Coração e seu entorno, sobreposta pela perspectiva de ocupação territorial a partir do atual Plano Diretor do município de Paulo Lopes

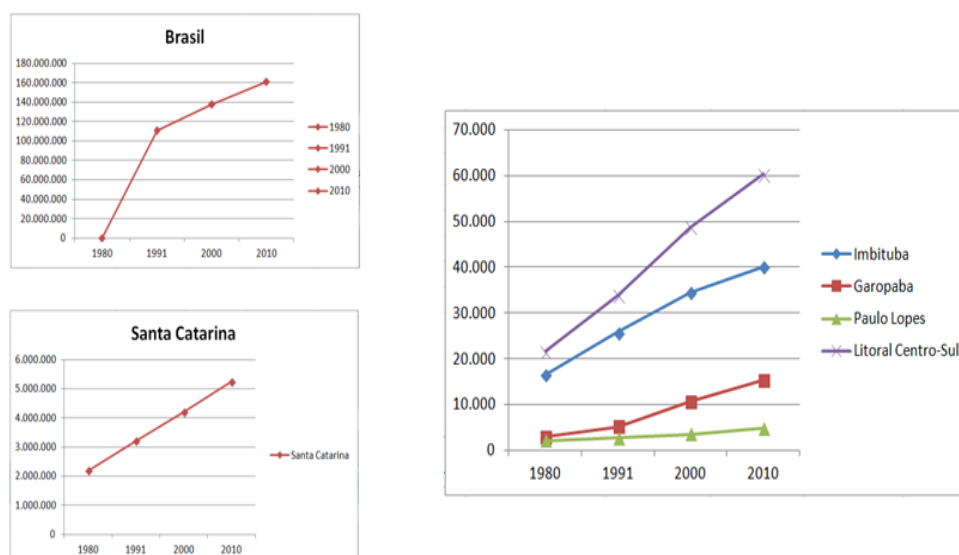


Fonte: Adaptado do blog *salve o nosso coração*, 2014

3.3.5. Evolução demográfica do território

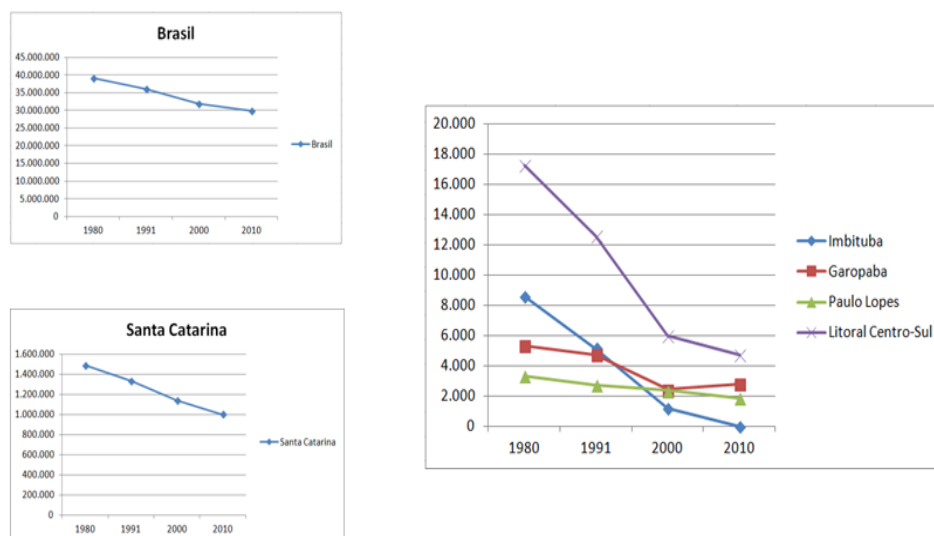
Assim como a tendência global de concentração populacional em regiões costeiras (45% da população mundial se encontra nessas zonas), o Estado de Santa Catarina abriga cerca de 38% de sua população nos seus 560 km de faixa litorânea (MMA, 2007). As tabelas 5 e 6 mostram a evolução demográfica ocorrida nos últimos 30 anos no território.

Quadro 5. Evolução demográfica população urbana (1980-2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010)

Quadro 6. Evolução demográfica população rural (1980-2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010)

De forma geral, vemos que o território aqui estudado apresentou grande crescimento da população urbana e diminuição da população rural nas últimas décadas. O município de Paulo Lopes é o único que foge do contexto, uma vez que apresenta pouca alteração tanto da população rural como urbana. Já o município de Imbituba se destaca pela ausência de população rural no ano de 2010 (IBGE, 2013; EPAGRI, 2007; Vieira et al., 2007).

As estratégias de desenvolvimento contemporâneo do território, apresentadas anteriormente neste capítulo, voltadas ao atendimento de expectativas externas às demandas da população local, explicam as altas concentrações populacionais nos municípios de Garopaba e Imbituba, inclusive muito acima da média do Estado de Santa Catarina. Os índices demográficos de Paulo Lopes, assim como as fotos de satélite, demonstram ainda, a existência de características sociais e paisagísticas típicas de meios rurais, o que pode ser visto na tabela 7.

Quadro 7. Densidade demográfica e população rural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina

	População	Área (km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)	Pop.Rural	% Pop.Rural
Santa Catarina	6.248.436	95.733,98	65,27	1.000.485	16
Paulo Lopes	6.692	449.679	14,88	1.872	28
Garopaba	18.138	115.405	157,17	2.818	15,5
Imbituba	40.170	182.929	219,59	0	0
Litoral Centro-Sul	65.000	748.013	130,55	4.690	7,3

Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

3.4. Rede institucional pelo desenvolvimento rural sustentável

A partir do histórico de formação e desenvolvimento do território aqui apresentado, vemos que o "progresso" trazido pelo mercado imobiliário, industrialização e turismo de massa não representa necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos **nativos**. Pelo contrário, as populações que tradicionalmente ocupam o local foram absorvidas de maneira pouco valorizadas cultural e economicamente, assim como a agrobiodiversidade e os recursos naturais por elas mantidas ao longo de gerações.

Tal contexto incentivou a formação de redes institucionais facilitadoras de diálogos entre organizações públicas, privadas e da sociedade civil, que trabalham no sentido da preservação de patrimônios naturais e culturais encontrados no território. Promovem assim, a **governança local** da população sobre seu próprio processo de desenvolvimento. No subcapítulo a seguir, buscamos apresentar algumas dessas articulações e suas influências sob aspectos ambientais e socioeconômicos.

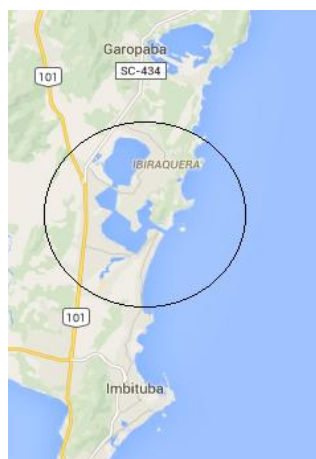
3.4.1. Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera

O Litoral Centro-Sul de Santa Catarina conta com a presença do **Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera**. Surge em 2002 com o objetivo de concentrar iniciativas e instituições para o enfrentamento coletivo de pressões e impactos negativos no território, exercendo importante papel na mobilização social,

debates sobre conflitos e planejamentos participativos. Incentiva assim, a governança local da população sobre seu próprio processo de desenvolvimento (ADRIANO, 2009).

Situada entre os municípios de Garopaba e Imbituba, a Lagoa de Ibiraquera (Fig.29) é uma das atrações naturais mais procuradas no território, sendo atualmente um dos principais centros de especulação imobiliária na região.

Fig.29. Lagoa de Ibiraquera (1:500.000)



Fonte: Google Maps, 2015

Atualmente esse Fórum da Agenda 21 é composto pelas seguintes organizações da sociedade civil: ACORDI, Movimento Ambiental do Rosa (MAR), Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI), Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (ASPECI), fundada a partir da mobilização do Fórum, Associação dos Moradores da Limpa (AMOLIN), Associação de Amigos da Praia do Rosa (AMA), Associação dos Agricultores dos Areais da Ribanceira (ACORDI), Associação de Surf da Praia do Ouvidor (ASSOUVER), Associação de Surf da Praia do Rosa (ASPR), Conselho Comunitário do Arroio (CCA). E as seguintes organizações do poder público: UFSC, ICMBio, Polícia Ambiental e Marinha.

A mobilização facilitada a partir do Fórum possibilitou a realização de encontros sobre as seguintes áreas temáticas: UCs, pesca artesanal, turismo ecológico comunitário e economia solidária. Importantes resultados já foram alcançados, como a implementação, em 2004, do Projeto de **Manejo integrado da pesca na Lagoa de Ibiraquera**, que articula instituições como a ASPECI e a Polícia Ambiental em torno da fiscalização e manejo sustentável da Lagoa. Essa ação, impediu por exemplo, a continuidade de um empreendimento privado que cultivava uma espécie exótica de

camarão às margens da Lagoa, gerando graves impactos nas atividades pesqueiras tradicionais e equilíbrio do ecossistema (Fabiano, 2007).

Em 2004 a ASPECI entregou ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/ICMBio), a solicitação para criação de uma RESEX⁵⁸ de Pesca e Aquicultura, a qual se encontra atualmente sob trâmites finais e representa o reconhecimento do Estado sobre a importância das atividades pesqueiras tradicionais mantidas pela população local na manutenção desse ecossistema lacustre de características singulares.

Os diálogos facilitados pelo Fórum possibilitaram também a formulação de modelos pedagógicos direcionados à institutos de educação presentes no território, que incluem assuntos como cidadania e educação ambiental. Isso possibilitou uma maior conscientização dos jovens sobre seus papéis na sociedade. Nesse sentido, foi implementado como exercício experimental junto à rede pública municipal o **Programa de Educação para o Ecodesenvolvimento**⁵⁹. A ONG AMA desenvolve ainda, o **Programa de Monitoramento Mirim da Zona Costeira**, o qual promove o monitoramento ambiental das praias de Garopaba por estudantes de nove escolas do município. Tais atividades caracterizam-se como de **Aprendizagem e Serviço**⁶⁰, em que além de adquirir conhecimentos, os estudantes colaboram com a sociedade.

A recente implantação de um Campus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) no município de Garopaba contribui também com a capacitação da população local, o qual oferece cursos de especialização em Informática, Turismo e Hotelaria, além de diferentes cursos de curta duração, com destaque para o de **Condutores ambientais locais**, que orienta seus participantes sobre a importância da valorização de recursos naturais singulares encontrados no meio em que trabalham. Fomentam assim, o desenvolvimento de novas atividades econômicas, vinculadas ao ecoturismo e as identidades do território. Vemos assim, que apesar dos impactos sociais e ambientais negativos gerados pelo turismo, esse setor econômico pode também gerar impactos

⁵⁸ Reserva Extrativista, definida pelo SNUC como “Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (ICMBio, 2015).

⁵⁹ Temática que aborda o desenvolvimento a partir de cinco dimensões da sustentabilidade: geográfica, ecológica, econômica, social e cultural. Defende assim estratégias endógenas de desenvolvimento elaboradas a partir dos recursos disponíveis no espaço em questão (SACHS, 1986). Vieira (2005) afirma ainda que “trata-se de uma política ambiental simultaneamente preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento”.

⁶⁰ Ferramenta da educação que busca através de práticas voltadas ao atendimento de demandas da sociedade, promover a conscientização dos estudantes sobre seu papel na sociedade (CLAYSS, 2014).

positivos na população local, possibilitando a geração de renda a partir de atividades que valorizem a cultura e natureza do território.

3.4.2. Laboratório Territorial

O Laboratório Territorial (LABTER) implementado no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, surge através da iniciativa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) em parceria com o Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP)⁶¹. O Projeto contou ainda como o apoio do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento (CIRAD) e outras fundações nacionais e internacionais, como Prefeituras Municipais, Universidades, organizações comunitárias, ONGs e empreendedores.

Criado com a finalidade de “construir e promover dinâmicas de desenvolvimento territorial com ênfase na identidade cultural, na biodiversidade e na sustentabilidade” (EPAGRI, 2010), o Laboratório Territorial (LABTER) facilitou articulações institucionais para a consolidação de estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável, voltadas principalmente à valorização de patrimônios naturais e culturais mantidos por comunidades tradicionais locais. Para isso, o Projeto iniciou com a mobilização de lideranças comunitárias, jovens e mulheres, através de rodas de diálogo e oficinas de temáticas específicas, como territórios, recursos territoriais, identidades territoriais e dinâmicas territoriais, sensibilizando-os assim, sobre as possibilidades de atividades econômicas desenvolvidas a partir da valorização de recursos singulares disponíveis. As ações resultaram no mapeamento das identidades e dinâmicas comunitárias de caráter tradicional mantidas no território, as quais podem ser visualizadas no Quadro 8 a seguir.

⁶¹ Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, fundado em 1986, realiza projetos direcionados ao fortalecimento do meio rural, facilitando diálogos entre poder público, iniciativas privadas e sociedade civil. Promove assim, a incidência política e a valorização de capacidade de atores e grupos sociais de zonas rurais latinoamericanas (RIMISP, 2013).

Quadro 8. Mapeamento de identidades do Litoral Centro-Sul de SC

Paulo Lopes	Pesca do camarão na Lagoa do Coração Agricultura orgânica e familiar de comunidades rurais Paisagem exuberante da Lagoa do Coração
Garopaba	Galope na praia da Gamboa Procissão de fé na praia de Garopaba Paróquia de São Joaquim Alambique do Seu José, comunidade do Macacú Pesca secular da tainha, Praia da Gamboa
Imbituba	Preparação das redes de pesca, Praia do Porto Cultivo da mandioca de comunidades rurais Igreja de mirim Passeio de carro-de-boi, Barra de Ibiraquera

Fonte: Adaptado de EPAGRI, 2014

Tanto o estímulo ao associativismo, como a construção coletiva de marcas territoriais e a organização de planos de negócios que envolvam diferentes atores e instituições, potencializam as capacidades de atuação de cada um. O Projeto buscou fortalecer redes de empreendedorismo territorial a partir de quatro eixos centrais: pesca, turismo, agricultura e artesanato. Um dos principais resultados foi a elaboração participativa de roteiros turísticos que permitem aos visitantes conhecer culturas e paisagens singulares do território. Dessa forma, além de oferecer a sociedade bens e serviços de valor material e imaterial, promove o resgate da auto-estima da população *nativa* e a multifuncionalidade desse meio rural, tornando-o mais resiliente frente as pressões geradas por dinâmicas exógenas de desenvolvimento.

A elaboração da **Carta de Identidades Culturais do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina**, também foi um importante resultado do trabalho, auxiliando na divulgação dos recursos emblemáticos do território. É um material de grande importância, por dar visibilidade e facilitar a atração de visitantes interessados não apenas em "consumir" praias e lazeres urbanos, mas também em conhecer a cultura e as dinâmicas tradicionais ainda existentes no local.

Nesse sentido, surge em 2013 a Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) como instrumento legal facilitador da implementação de ações para o desenvolvimento sustentável do território. A Associação facilita também o estreitamento de laços de confiança entre os atores locais e a identificação, participativa, de dificuldades e potencialidades para a viabilização, a médio e longo prazo, de atividades singulares. Apesar dessas atividades resultarem em importantes incrementos de renda para algumas famílias, são ainda pouco estáveis economicamente (FARIAS et al., 2014).

3.4.3. Ponto de Cultura Engenhos de Farinha

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)⁶², exerce também importante papel como promotora do desenvolvimento rural no território aqui estudado. Coordena o Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia⁶³, é responsável pela articulação entre produtores e consumidores ecológicos da região, facilitando diálogos, capacitações e construções de cadeias de valor agroalimentares mais justas e sustentáveis. Por contar com uma equipe interdisciplinar que trabalha diferentes frentes da Agroecologia, como gestão de resíduos urbanos, educação ambiental, Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)⁶⁴, turismo sustentável, entre outros, permite a criação de redes sinérgicas que beneficiam diferentes grupos sociais e a sociedade como um todo.

A organização mantém também estreita relação com o Movimento *Slow Food*, que promove a valorização de alimentos de boa qualidade provenientes de produções e comercializações ambientalmente equilibradas e que gerem resultados socioeconômicos justos aos atores envolvidos (produtores e consumidores). Incentiva dessa forma, a aproximação entre produtores e consumidores, o direito à alimentação saudável e a preservação de culturas alimentares e sistemas agrícolas tradicionais.

A ONG promove ainda o resguardo ao Patrimônio Agroalimentar estudado neste trabalho, através do Ponto de Cultura (PdC)⁶⁵ Engenhos de Farinha, iniciado em 2009 através do Programa Cultura Viva⁶⁶ do Ministério da Cultura (MinC), o qual durante seus quatro anos de existência promoveu atividades e mobilizações em torno de dez EFM, articulando assim, agricultores familiares de comunidades rurais dos municípios

⁶² Fundado em 1990, atua em diferentes frentes do Desenvolvimento Sustentável, seja no meio urbano como no rural, constituído por uma equipe interdisciplinar, seus trabalhos são realizados através de projetos apoiados por instituições nacionais e internacionais (CEPAGRO, 2015).

⁶³ Associação que envolve mais de 3.500 famílias organizadas através de 27 Núcleos regionais, os quais abrangem 175 municípios dos Estados do RS, SC, PR e SP. É também um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), reconhecido internacionalmente pelo pioneirismo no fomento a certificação de produtos orgânicos através de Sistemas Participativos de Garantia (ECOVIDA, 2015).

⁶⁴ Modalidade de certificação da produção orgânica que segue as Normativas encontradas na Lei nº 10.831 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a Agricultura Orgânica brasileira. É considerada como uma conquista de movimentos sociais defensores da Agroecologia por representar a possibilidade de inclusão da AF no bem valorizado mercado de produtos orgânicos (SILVEIRA, 2013).

⁶⁵ Entidades culturais que funcionam como bases sociais com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Atualmente existem cerca de 4.000 Pontos de Cultura registrados em todo o Brasil. Informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura>.

⁶⁶ Criado em 2004 surge como uma política fomentadora de manifestações culturais espontâneas brasileiras.

de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Angelina, Florianópolis, Bombinhas e Rancho Queimado, dando visibilidade e valorizando suas culturas tradicionais. O Projeto incide politicamente ao evidenciar problemáticas relacionadas à manutenção de valores materiais e imateriais vinculados a essas comunidades e a importância destas para a segurança alimentar e nutricional da sociedade e a sustentabilidade do planeta.

Para a valorização da farinha polvilhada de Santa Catarina e comunidades que atuam com EFM, vemos novamente sinergias entre o CEPAGRO e o Movimento *Slow Food*. Como através da criação do Convívio Engenhos de Farinha⁶⁷, do registro do produto na Arca do Gosto⁶⁸, e da utilização de conceitos e atividades da metodologia da Educação do Gosto⁶⁹, na elaboração das oficinas de educação ambiental, patrimonial e alimentar realizadas através do PdC Engenhos de Farinha. Vemos assim, a influência de um movimento internacional no fortalecimento de ações locais de desenvolvimento rural.

Devido ao objetivo deste trabalho estar diretamente relacionado à compreensão da atual representatividade dos EFM em comunidades tradicionais que com eles atuam no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, buscaremos levantar as principais ações realizadas pelo PdC Engenhos de Farinha, para mais adiante analisar a relação destas com a sustentabilidade do desenvolvimento rural nessas comunidades.

Através do Projeto foram realizadas oficinas, seminários e encontros comunitários (Fig.32) com temáticas diversas, como troca de ramas, registro de técnicas e conhecimentos tradicionais. Foi realizado também um diagnóstico com a utilização da metodologia FOFA⁷⁰, o qual possibilitou o levantamento de Fortalezas e Fraquezas (fatores endógenos) e Oportunidades e Ameaças (fatores exógenos) para a continuidade das atividades nos Engenhos. Esses fatores interferem no desenvolvimento social, econômico e ambiental dessas famílias e comunidades tradicionais que atuam com EFM, os quais podem ser visualizados no Quadro 9 deste trabalho.

⁶⁷ Nome dado aos grupos locais do Slow Food que articulam ações pela proteção de alimentos tradicionais, como através de degustações, palestras e incentivo a utilização de produtos regionais na gastronomia de qualidade. Atualmente existem 46 Convívios brasileiros (SLOW FOOD BRASIL, 2013)

⁶⁸ Catálogo mundial criado em 1996 para identificar, localizar, descrever e divulgar sabores e produtos ameaçados de extinção, mas ainda com potenciais produtivos e comerciais reais. Conta atualmente com mais de 1.000 produtos registrados (SLOW FOOD, 2007).

⁶⁹ Pode ser realizada de diferentes formas, como através de hortas escolares, gincanas sensoriais, visitas a produtores, oficinas culinárias, entre outros.

⁷⁰ Método de planejamento estratégico que permite uma visão clara dos fatores que facilitam e dificultam o desenvolvimento do grupo social analisado, sejam eles internos ou externos ao mesmo. Facilita assim, a elaboração de planos e estratégias de ações locais (BUARQUE, 2002).

Encontros como esses permitem a troca de experiências entre agricultores de diferentes regiões, os quais apesar das diferenças geográficas e contextuais, apresentam potenciais e dificuldades em comum. E motivações para o estabelecimento de ações cooperativas e fortalecimento de identidades. Facilitam a elaboração de documentos fotográficos, textuais e audiovisuais que evidenciam tanto a resistência, como a riqueza cultural e natural mantidas por essas comunidades.

A coleta de material e articulações promovidas pelo PdC Engenhos de Farinha, possibilitaram também a indicação da Farinha Polvilhada de Santa Catarina como Patrimônio Imaterial brasileiro, processo sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que se aprovado simbolizará o reconhecimento por parte do Estado sobre a singularidade desse produto elaborado tradicionalmente por gerações de famílias de agricultores. Essa incidência política se estende ainda ao **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e de Alimentação Escolar**, e ao **Fórum da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, os quais representam a sociedade civil em relação ao desacordo com normas da vigilância sanitária aplicadas a unidades de produção artesanal, como o caso dos EFM aqui estudados.

O eixo do Projeto intitulado **VIVA O ENGENHO : Da roça ao prato, passeando pelos Engenhos de farinha**, permitiu que estudantes e professoras/es de escolas públicas municipais realizassem visitas aos EFM, durante as quais tiveram oportunidade de conhecer o cultivo e processamento da mandioca, além de realizar gincanas sensoriais e degustação de produtos típicos dos Engenhos (Fig.31). O contato direto com os produtores, possibilitou que esses jovens conhecessem mais sobre suas próprias histórias e territórios, assim como sobre a diversidade e qualidades de alimentos produzidos através de relações equilibradas entre o homem e a natureza.

A participação de jovens estudantes que têm suas vidas ligadas aos EFM, permitiu também a releitura dessa cultura tradicional, o documentário **Velho Engenho Novo**, elaborado a partir de registros realizados pelas novas gerações sobre a vida de suas familiares. A valorização das perspectivas desses jovens sobre suas próprias culturas e territórios, gera maior empoderamento sobre seus valores e recursos, aumentando assim, a probabilidade dessas comunidades se reproduzirem socialmente.

O Mapa de visitaçaõ **Engenhos artesanais de Florianópolis e regiões** (Fig.30), surge também como importante material de divulgação elaborado através do mapeamento dos principais EFM abertos à visitaçaõ na região, o que auxilia na

divulgação e aproveitamento do potencial turístico e educativo desses espaços. Essa articulação em Rede permitiu também a organização de uma agenda cultural entre os Engenhos, a qual se concentra principalmente entre os meses de maio e agosto, quando a mandioca é colhida e as comunidades se mobilizam para a realização das **farinhadas** e manifestações culturais vinculadas a esse momento. Por fim, o livro **Engenhos da cultura – teias agroecológicas** (CEPAGRO, 2014) surge como uma compilação das atividades, relações comunitárias e institucionais viabilizadas durante a realização do Projeto PdC Engenhos de Farinha.

Fig.30. Mapa de visitação elaborado através do PdC Engenhos de Farinha



Fonte: Adaptado de CEPAGRO, 2015

Fig.31. Oficina ambiental, alimentar e patrimonial



Fonte: Castellano, 2013

Fig.32. Roda de mulheres realizada em encontro do PdC Engenhos de Farinha



Fonte: Castellano, 2013

Quadro 9. Matriz FOFA, elaborada por participantes do PdC Engenhos de Farinha

Fortalezas <ul style="list-style-type: none"> • Valor histórico e cultural • Cuidados especiais com a produção • Produção de alimentos com alto valor nutricional • Muita diversidade • Ligação com a história e memórias das famílias • Amor pelo trabalho e pela natureza 	Fraquezas <ul style="list-style-type: none"> • Influências das alterações climáticas na produção • Novas gerações abandonam as atividades agrícolas • Perda das "qualidades" de aipim e mandioca • Pouca tecnologia de produção • Depreciação das edificações e engrenagens dos engenhos com o passar do tempo • Apelo ao uso de agrotóxicos no cultivo
Ameaças <ul style="list-style-type: none"> • Pouco apoio governamental para a Agricultura Familiar • Diminuição dos produtores • Políticas públicas pouco participativas • Falta de incentivos para o jovem se manter no campo • Perda de sabores antigos • Especulação imobiliária avançada sobre as propriedades agrícolas • Valorização da lógica da sociedade de consumo em detrimento dos princípios do mundo rural • Rigidez nas normas sanitárias de classificação do produto produzido artesanalmente • Entraves das leis ambientais que condenam práticas tradicionais 	Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • Rede Ecovida de Agroecologia • Ponto de Cultura Engenhos de Farinha • Movimento Internacional <i>Slow Food</i> • Compras Coletivas Ecosolidárias • Agroturismo/ Acolhida na Colônia • Possibilidades de prestação de serviço em educação, cultura e turismo • Registro dos modos de fazer dos engenhos como Patrimônio Cultural Imaterial • Feiras agroecológicas • Motivações para os jovens se manterem nas atividades

Fonte: Adaptado PdC Engenhos de Farinha, 2014

Vemos assim, que as comunidades aqui analisadas contam com importantes ações voltadas à valorização de patrimônios culturais, paisagens e modos de vida singulares. O que representa oportunidade de crescimento econômico a partir de hábitos e atividades inatas a essas famílias. São portanto, atividades ligadas ao passado, mas que atendem as atuais demandas da sociedade e expectativas de vida dos atores locais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo buscamos analisar o desenvolvimento rural em comunidades tradicionais que atuam com EFM no Litoral Centro-Sul de Santa Catarina através das categorias de análise apresentadas no Quadro 4 (pag.35, capítulo 2). As quais conduzem a discussão sobre o levantamento teórico e empírico realizado nessa pesquisa.

Sendo assim, dentro da **dimensão ambiental** analisaremos as seguintes categorias: **Preservação de paisagens**, cujos elementos empíricos são percebidos como a permanência das populações em suas terras e uso equilibrado dos recursos naturais disponíveis; E a **manutenção da agrobiodiversidade**, visto empiricamente como a manutenção de diversas variedades de mandioca, inclusive as crioulas (tradicionais).

Na **dimensão econômica** as categorias de análise são: **Soberania alimentar**, cujos elementos empíricos são vistos a partir das ações cooperativas pela autonomia alimentar da comunidade; E a **Cesta de bens e serviços territoriais**, vista a partir da oferta coordenada de produtos e serviços singulares do território.

Por fim dentro da **dimensão social** tomaremos por base as seguintes categorias de análise: **Governança local**, cujos elementos empíricos podem ser visto através da organização e cooperação interna da comunidade para alcançar objetivos em comum; A **rede institucional**, vista através dos atores e instituições que incidem pelo desenvolvimento das comunidades; A **reprodução cultural**, ou seja, a capacidade das novas gerações reproduzirem as culturas tradicionais de suas comunidades.

Nos três municípios analisados, Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba, foram mapeadas comunidades tradicionais que atuam com EFM. As quais são influenciadas de diferentes formas pelas estratégias políticas dos municípios em que estão inseridas, assim como por iniciativas exógenas à realidade local.

Consideramos assim, como G1 o Grupo de entrevistados com idade superior a 65 anos, como G2, o Grupo de entrevistados com idade entre 35 e 65 anos, e por fim, a categoria G3 corresponde ao Grupo de entrevistados de até 35 anos. Além disso, foram entrevistados seis agentes de desenvolvimento (AD), responsáveis por ações que interferem nos processos de desenvolvimentos das comunidades aqui estudadas. Os apêndices 1 e 2 apresentam mais detalhes sobre os entrevistados.

4.1. Dimensão ambiental

4.1.1. Preservação de paisagens

Elementos empíricos - permanência das populações em suas terras e uso equilibrado dos recursos naturais disponíveis.

“A Lei Federal é uma lei que não se pode compreender. Porque o governo devia proibir a venda de terra, aqui na nossa região do jeito que ta indo, daqui a dez anos não vai ter espaço nem pra fazer uma horta, porque ninguém quer saber de terra, só quer saber do dinheiro.” G1

O relato do agricultor evidencia a grande redução do espaço rural ocorrido no território nas últimas décadas, o que é explicado através do histórico de desenvolvimento apresentado anteriormente. O uso da terra passou de atividades agrícolas tradicionais, como as *roças de coivara*, que realizadas através de dinâmicas rotativas, permitem a recuperação do solo e o manejo sustentável das paisagens naturais, para usos prioritariamente urbanos, geradores de degradação ambiental.

“Aí vende a terra e mora onde?” G1

O caso da ACORDI representa bem a indagação do entrevistado, com a desapropriação de mais de 200 ha de terra ocupada tradicionalmente por agricultores familiares que foram obrigados a adotar novos meios de vida, se desligando da cultura que por gerações foi mantida por seus familiares. Neste caso, o papel do Estado aparece de forma bastante contraditória, pois ao invés de proteger essas comunidades tradicionais, promove o desaparecimento das mesmas. Apesar da evidente importância cultural, socioeconômica e ambiental representada pela permanência dessas famílias em suas terras, as mesmas ainda se encontram em condição de vulnerabilidade.

“As cercas ao redor dos Areiais continuam aumentando.” AD

Vivenciado de forma real no caso dos Areiais da Ribanceira, esse acercamento pode ser estendido de forma simbólica para outras comunidades, nos três municípios

aqui analisados. Vemos áreas rurais sendo urbanizadas, o que é incentivado pela alta especulação imobiliária encontrada no território.

“Como uma roça de mandioca vai sobreviver com essa especulação, avanço do IPTU, eles não conseguem manter isso. Então os Engenhos de hoje tem uma dificuldade enorme de manter as terras, manter a produção.” AD

Os agentes de desenvolvimento que participaram da pesquisa comentam também sobre a problemática da “imposição” de valores urbanos sobre essas comunidades, afetando tanto os modos de viver e se relacionar no território, como a preservação de paisagens. A descaracterização legal dessas terras como sendo de utilização rural, recebendo portanto impostos urbanos, evidencia essa substituição cultural e econômica.

“Que a prova taí, nos terrenos que foram vendidos tão vindo só pessoas que tem dinheiro, eu sou contra vender as terras.” G2

Outra questão que apareceu nas entrevistas é a pressão exercida por parte do Estado, ao definir como Áreas de Preservação Permanente (APPs) terras tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, impedindo a continuidade desses sistemas agrícolas. A biodiversidade ali encontrada, que as caracterizam como patrimônios ambientais a serem conservados é justamente decorrente da manutenção e preservação mantida durante séculos por essas comunidades.

“Essas práticas de plantio tradicional foram muito criminalizadas. Só de não impor restrições já ajuda.” AD

A manutenção dessas paisagens rurais apresenta estreita relação com a temática da soberania alimentar, uma vez que muitas das espécies mantidas por essas famílias são alimentos saudáveis e diversificados. A modificação no uso dessas terras significa portanto, aumento da vulnerabilidade alimentar, tanto dessas comunidades como da sociedade com um todo.

A substituição de paisagens rurais, por urbanas, representa portanto, grande perda de qualidade de vida. Enquanto a permanência desses sistemas agrícolas, tradicionalmente manejados através de lógicas empíricas de observação e manutenção do meio natural, permitem a estabilidade de agroecossistemas e a preservação de recursos naturais.

Os agricultores entrevistados, principalmente da categoria G2, que retornaram às suas terras após saírem para trabalhar em serviços urbanos, relatam as dificuldades encontradas nas cidades e os efeitos negativos gerados pelo incentivo a venda de terras e turismo de massa no território.

“Quando os turistas começaram a vir aqui pra Garopaba o pessoal achava que era solução, mas na verdade foi o contrário. O pessoal vendeu as terras tudo barato, hoje ta morando dentro de lote.” G2

As populações locais vão tomando consciência sobre seus próprios valores na sociedade moderna, a presença dos Engenhos aparece nesse contexto como fator chave para a permanência dessa ocupação territorial.

“Nós não vendeu as terra porque o pai sempre manteve plantando a mandioca, aí não teve interesse de vender, mas se não tivesse a mandioca e o Engenho, tinha vendido também.” G2

Ao manterem durante séculos está estreita ligação com a terra, essas famílias foram capazes de preservar patrimônios naturais, vistos atualmente através das belas paisagens encontradas no território. Merecem portanto, respeito e valorização por parte do Estado e da sociedade, para que possam continuar reproduzindo suas atividades ao longo do tempo. De forma geral, vemos que as relações estabelecidas com órgãos públicos e privados não favorecem o desenvolvimento rural dessas comunidades tradicionais ao longo do tempo.

Vale ressaltar que países que promovem a preservação ambiental em conciliação com o desenvolvimento rural, possibilitam maior distribuição de benefícios, seja sociais como econômicos. As recentes reformas da PAC na UE representa a tendência de **países desenvolvidos** em aumentar a valorização da multifuncionalidade do meio rural, como através dos chamados **pagamentos por serviços ambientais**, que recompensam economicamente agricultores que minimizam seus impactos ambientais.

Vemos assim, diferenças significativas com casos de **países em desenvolvimento**, como o Brasil, que ainda prioriza o rápido crescimento econômico em detrimento da preservação de recursos culturais e naturais singulares. A insegurança social e ambiental gerada por essa priorização de interesses pode ser vista no caso aqui

estudado com a recente aprovação da Lei nº 14.661 de 26 de março de 2009, grande ameaça à preservação de ecossistemas e comunidades rurais tradicionais do território.

4.1.2. Manutenção da agrobiodiversidade

Elementos empíricos - manutenção de diversas variedades de mandioca, inclusive as crioulas (tradicionais).

“A gente pega a mandioca, aí a gente tira a raiz e pega o negocinho que planta a gente vai guardando pra depois a gente plantar, pra nascer mais.”

G3

O “negocinho” mencionado pela entrevistada é referente às ramas que possibilitam a propagação vegetativa da mandioca, o que demonstra a estreita relação que as comunidades aqui estudadas mantêm com o cultivo e a manutenção das variedades de mandioca. Após a colheita, ocorre a seleção de ramas que serão utilizadas no próximo plantio, atividade realizada a partir de conhecimentos empíricos construídos e repassados ao longo de gerações.

Conforme visto no levantamento da formação histórica do território, a forma de manejar os recursos naturais disponíveis realizada por esses agricultores permitiu a manutenção da agrobiodiversidade e das paisagens locais por mais de dois séculos, sendo que a produção artesanal de farinha de mandioca entrou em decadência somente devido à industrialização do setor e à urbanização ocorrida na região, e não por eventos climáticos, pragas ou outras instabilidades ecológicas, principais ameaças das extensas monoculturas de hoje em dia.

A perda de variedades **crioulas**, cultivadas e melhoradas ao longo de anos por agricultores familiares, representa também a perda de soberania alimentar dessas famílias e da segurança alimentar e nutricional da sociedade como um todo, uma vez que as novas variedades melhoradas por fitogeneticistas não apresentam comprovação de estabilidade e eficiência produtiva ao longo do tempo. Além disso, o aumento de alterações climáticas nas últimas décadas chama a atenção de governos e centros de pesquisas sobre a importância da preservação de variedades tradicionais, devido a grande capacidade destas em se adaptarem à essas mudanças. Tal lógica ecossistêmica, faz parte dos conhecimentos empíricos desenvolvidos pelos agricultores aqui estudados.

“Se trabalhar só com uma rama as vezes a própria natureza atrapalha, aí tu perde aquilo, mas se tu tiver várias variedades, as vezes uma não gosta mas a outra gosta.” G1

É por esses motivos que empresas e centros de pesquisas recorrem à agricultores tradicionais para conseguir informações e materiais genéticos como base para o desenvolvimento de novas variedades. No entanto, raramente retornam a estes, os benefícios econômicos obtidos por suas comercializações. A temática sobre o melhoramento genético de plantas é algo bastante polêmico e não entra nos objetivos desta pesquisa. Reconhecemos apenas o papel do agricultor tradicional na manutenção da agrobiodiversidade, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional de gerações.

Buscamos assim, compreender como ocorrem os mecanismos para a escolha e manutenção de variedades e as relações estabelecidas com a EPAGRI, principal centro de pesquisa em mandioca da região. Ao serem indagados sobre as principais ramas utilizadas atualmente, grande parte dos agricultores mostrou preferência pelo uso das variedades tradicionais.

“As melhores são as antigas, a franciscal, a torta, a amarelinha, aipim eucalipto.”

G1

A variedade “amarelinha” foi a mais citada pelos agricultores, enquanto alguns mantêm o seu cultivo, outros a consideram como perdida, o que evidencia a importância de articulações territoriais e trabalhos em Rede que possibilitem a identificação dessa agrobiodiversidade, e promovam a troca de conhecimentos, experiências e das ramas em si. Em junho de 2014 o CEPAGRO promoveu um encontro com essa finalidade (Fig.35).

Fig. 33. Encontro para a identificação e troca de ramas entre agricultores do território



Fonte: Castellano, 2014

Mesmo mantendo as tradicionais, os agricultores em geral parecem receptivos para a adoção de novas variedades. O pesquisador especialista em mandioca da EPAGRI foi bastante citado por trazer essas novidades. A utilização de novas ramas costuma ocorrer através de experimentos iniciais realizados em pequenas parcelas da roça e a continuidade do uso ocorre somente se os resultados forem positivos. Muitas vezes um agricultor faz o teste influenciando a posterior aceitação, ou rejeição, por outros da comunidade. São, dessa forma, responsáveis pela seleção e manutenção das variedades ao longo do tempo.

“Às vezes tem agricultor que ta fazendo teste, aí depois diz, ó essa aqui é boa, aí um vai trocando com o outro.” G2

No caso das comunidades aqui estudadas, a seleção das variedades de mandioca se relaciona com a obtenção das características desejadas para a elaboração da farinha polvilhada, ou seja, raiz de coloração branca, fácil de descascar, alta produtividade, resistência à pragas e variações climáticas.

“A EPAGRI de vez em quando lança coisa nova que facilita também, lançaram agora uma variedade que a casca é mais fácil de raspar.” G3

Os conhecimentos empíricos, técnicas de manejo e dinâmicas comunitárias, permitem que os agricultores tradicionais aqui estudados mantenham variedades de mandioca de acordo com a cultura alimentar e sistema agrícola local, respondem ainda,

à eventuais alterações climáticas que ocorrem com o passar dos anos. O que merece especial reconhecimento por se tratar de um alimento que garante a segurança alimentar e nutricional de milhares de famílias do planeta.

Apesar de seguir um dinamismo específico dos agricultores, essa manutenção de ramas e conhecimentos é influenciada também pela relação com agentes de desenvolvimento, como técnicos da EPAGRI e do CEPAGRO, tanto pela apresentação de novas variedades, como por facilitar articulações entre esses guardiões da agrobiodiversidade. Encontros temáticos sobre Agroecologia, Direitos de Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar, foram citados como instrumentos de reconhecimento e valorização do papel do agricultor e das redes de cooperação.

“O Governo tem que valorizar, estimular, através de políticas culturais, ambientais e suporte a agricultura familiar.” AD

4.2. Dimensão econômica

4.2.1. Soberania alimentar

Elementos empíricos - ações cooperativas pela autonomia alimentar da comunidade.

Como visto anteriormente, as dinâmicas de desenvolvimento do território aqui estudado impactaram negativamente não apenas a preservação de paisagens naturais, mas também a soberania alimentar das populações que tradicionalmente o ocupam. A temática será analisada a partir da dimensão econômica por estar relacionada a capacidade de acesso a terra e a alimentos saudáveis, seja através da agricultura, como de recursos financeiros.

“Na nossa comunidade tem pessoas que não tem nada pra comer. Eu conheço família que não tem um pé de aipim. Quem não planta, não tem o que comer. Porque eles não tem dinheiro, como é que vai comer?” G1

O depoimento da agricultora demonstra que o abandono de atividades agrícolas por famílias que por gerações se alimentaram do que cultivavam em suas terras,

resultado da desvalorização socioeconômica do meio rural na sociedade moderna, coloca em risco a segurança alimentar e nutricional dessas, ao se tornarem dependentes do capital financeiro para comprarem o alimento, provenientes em geral de grandes cadeias agroalimentares.

“As pessoas não pensam no alimento, a alimentação vai ficar só na mão do grande pecuarista e da grande plantação. Aqui é diferente, aqui você não precisa muito pra sobreviver, porque você planta e o gasto é menor, você consegue sobreviver melhor.” G2

Os relatos dos agricultores demonstram também uma satisfação pessoal em viver no meio rural, manter seus trabalhos e hábitos alimentares tradicionais, sendo esse fator uma das principais motivações para a continuidade do plantio, cultivo de mandioca e elaboração artesanal da farinha nos Engenhos, sendo esta de grande importância para a soberania alimentar das comunidades aqui analisadas.

“Se eu sentar em uma mesa e não tiver farinha, a comida pra mim não tem graça. Eu gosto de comer farinha, a gente faz e guarda pro ano todo.” G1

Armazenada em latões vedados com tiras de borracha, agricultores afirmam, que a farinha pode ser conservada em boa condição até a próxima safra da mandioca. O que além de garantir a fonte de carboidratos dessas famílias, garante também a preservação de suas identidades culturais. Essa capacidade de manter a qualidade nutricional e organoléptica ao longo do tempo faz da farinha de mandioca um produto com bom potencial comercial, uma vez que o agricultor não é obrigado a vender rapidamente a mandioca *in natura* para não perder a produção, o que sujeitaria a venda dessa matéria-prima aos baixos preços do período de safra e do mercado agroalimentar especulativo.

Relatos indicam, que o próprio mercado local é capaz de absorver os excedentes de produção, representado principalmente por ex-agricultores que mesmo sem suas terras e Engenhos, preservam a cultura alimentar da farinha de mandioca, sendo portanto, consumidores que reconhecem e valorizam a qualidade diferenciada da farinha artesanal produzida no território.

“Fiz 45 sacos de farinha esse ano, guardei a parte da família e o resto já vendi tudo aqui na região mesmo, não vendi mais porque não tenho pra vender.” G1

Vemos que esses sistemas locais de produção e comercialização resistem ao longo do tempo devido a capacidade de organização e cooperação entre os atores locais, principalmente quando há maior demanda de trabalho, como para o preparo das roças, e produção da farinha. O que demonstra a preservação de uma **economia substantiva** no território, não estimulada apenas pelo retorno financeiro, mas também pela garantia de sobrevivência das famílias e comunidades. Durante a safra da mandioca e realização das **farinhadas** em 2014, quando a pesquisa foi realizada, diferentes formas de cooperação podiam ser facilmente identificadas. A mandioca por exemplo, é proveniente não apenas da produção da família dona do Engenho, mas também de outros membros da comunidade.

“A mandioca eu planto e compro de outros vizinhos. Vou lá vejo a roça e compro tudo.” G2

O **forneamento**, procedimento bastante representativo do caráter tradicional da produção artesanal de farinha de mandioca, realizado a partir de conhecimentos e técnicas específicas que costumam ser dominados por poucos da comunidade, exige muitas vezes cooperação entre os atores locais.

“O ano passado a gente não fez farinha por causa do falecimento do meu pai, mas esse ano veio o João que é o forneiro que trabalhava com ele”
G2

Vemos assim, que a continuidade da produção artesanal da farinha de mandioca está diretamente relacionada a valores materiais e imateriais mantidos por essas comunidades, como as formas singulares de se organizarem em coletivos. O que possibilita a manutenção de sistemas agrícolas, que além de variedades de mandioca e aipim, mantêm a agrobiodiversidade necessária para garantir a soberania alimentar dessas famílias.

“Lá em casa é mandioca, bananal, horta, gado, galinha.” G3

Quanto a venda de excedentes da produção de farinha, vemos que alguns agricultores têm capacidade produtiva e gostariam de ampliar a comercialização do produto, mas encontram dificuldades devido à falta de certificação sanitária da ANVISA, resultado do descaso do Estado brasileiro sobre a importância ambiental e cultural representada por produções artesanais.

“Nem a casa das famílias tinham azulejos, quanto mais os Engenhos.” AD

4.2.2. Cesta de bens e serviços territoriais

Elementos empíricos - oferta coordenada de produtos e serviços singulares do território.

Visto a situação de vulnerabilidade que as comunidades tradicionais aqui estudadas se encontram, a oferta de bens e serviços vinculados a ativos singulares do território se mostra estratégica, possibilitando a permanência dessas populações em suas terras e a manutenção de seus hábitos tradicionais. É importante ressaltar que o desejo de permanecer no meio rural foi afirmado por todos agricultores entrevistados.

“Eu to nessa coisa que eu sempre amei fazer né? Sempre gostei de trabalhar na roça, no Engenho.” G1

A singularidade dos recursos naturais e culturais das comunidades aqui estudadas é mantida por diferentes atores, envolvendo assim, diferentes perspectivas pessoais. Dessa forma, para que ocorra a viabilização de uma CBST, é necessário que ocorram complexas articulações e coordenações de ações em Rede. Os EFM aparecem nesse sentido, como importante promotor de identidade e organização comunitária.

“Agora vai ser muito bom pra quem tem os Engenhos, vai valorizar cada vez mais. Porque ta em extinção, então a tendência é tentar resgatar.” G2

O relato do agricultor evidencia o reconhecimento da singularidade da produção e cultura representada pelos EFM mantidos em sua comunidade. Buscamos compreender a partir da percepção de atores locais e agentes de desenvolvimento do território, qual o papel dessas unidades produtivas na elaboração de uma CBST do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina.

“O Engenho que antes só produzia farinha, hoje produz farinha, conhecimentos, reproduz os saberes e histórias dos antepassados, promove o agroturismo” AD

Encontros temáticos realizados através de Projetos de DTS aparecem como importante fator motivacional, ao promover trocas de experiências com atores de outros territórios exitosos na comercialização de bens e serviços territoriais.

“Veio gente do mundo inteiro, Itália, França, África do Sul, Peru, Chile, vieram para ajudar a dialogar que ainda temos identidades e que se não valorizarmos, vamos perdê-las, todo mundo vai perder.” AD

A diversidade de atores envolvidos, assim como os trabalhos em Rede possibilitados por esses Projetos, representam importante incentivo à valorização dos recursos naturais e culturais mantidos tradicionalmente por essas comunidades, promovendo assim, o empoderamento dos atores locais, de diferentes gerações, sobre o potencial econômico existente nos valores materiais e imateriais por eles mantidos.

“Casar a atividade produtiva com o turismo de base cultural e comunitário é fundamental pra manter isso. Com isso os filhos e os netos dessas famílias começam a ver mais horizontes, se enxergam como atores principais.” AD

Os agentes enfatizam ainda, o alto potencial comercial dessa CBST, devido a alta concentração de turistas, principalmente na temporada de verão.

“Nem todo turista quer ficar só na praia, mas também quer comer um beiju, conhecer a cultura local.” AD

O mencionado **beiju**, diz respeito a um dos **subprodutos** dos Engenhos, que assim como o cuscuz e a **bijajica**, foram bastante citados nas entrevistadas devido à alta procura dos consumidores. A ausência de glúten na composição desses produtos, também impulsiona o crescimento dessa demanda, destacando-os como fonte de carboidratos na dieta de pessoas celíacas.

Apesar de responsável por grande parte da degradação ambiental e transformações socioeconômicas ocorridas no Litoral Centro-Sul de SC nas últimas décadas, a presença dos *outsiders* no território representa também um público consumidor potencial para os produtos artesanais dos Engenhos. Podem, dessa forma, contribuir para o aumento de renda e distribuição de benefícios ao longo da população local, e assim, para o desenvolvimento rural no território. O contexto global de padronização de bens e serviços favorece a valorização do “velho”, do tradicional, como algo diferenciado e atual.

Providos de capital cultural e ambiental singulares, esses agricultores são pouco competitivos em relação ao investimento financeiro exigido para entrar no mercado turístico e comercial da região. O fortalecimento comunitário e a consolidação de Redes institucionais são instrumentos de grande importância para a criação de oportunidades justas de desenvolvimento rural no território.

“Receber as pessoas é mil maravilha, traz coisa boa pra gente, a gente precisa das visitas.” G1

Caso emblemático dos benefícios que o turismo pode trazer a essas comunidades, o Engenho do Seu Zeca se encontra a cerca de 10 km do centro de Garopaba. Mesmo situado em paisagem rural, não impede a procura pelos turistas. Além do EFM, a família mantém também um Engenho artesanal de cana-de-açúcar, o que aumenta a oferta de produtos, assim como a demanda de matéria-prima proveniente de vizinhos da comunidade. Sendo assim, além da farinha e do **beiju**, a família produz melado, açúcar, cachaça e licores elaborados com frutas nativas, como pitanga (*Eugenia uniflora*), butiá (*Butia archeri*), açaí da palmeira Jussara (*Euterpe oleracea*), entre outras, que além de grande atrativo para os visitantes, divulgam a agrobiodiversidade local. A singular receptividade do casal de mais de 70 anos, torna da visita uma experiência única.

“Os turistas vem, adoram, a gente tem um público muito bom, desse Brasil todo. Isso é importante porque o nosso município era voltado pra

agricultura e pesca, não tinha outra coisa, e terminou. Então quem ficou na atividade, tá se dando bem. Eu acho que a tendência é melhorar.” G2

A diferença entre a sazonalidade do grande fluxo turístico (verão) e a safra da mandioca (inverno) no território, representa uma complementaridade positiva, pois facilita a organização e o planejamento para viabilização de ambas atividades (receptivos turísticos e feito da farinha).

“Então a possibilidade deles não terem que ficar só na venda da farinha, que a competitividade com a farinha industrial é muito grande.” AD

Além da temporal, a complementaridade econômica gerada entre ambas atividades, é relatada como algo de grande importância para o desenvolvimento dessas famílias e comunidades, inclusive para preservação da estrutura física dos Engenhos. A artesanidade das peças e especificidade dos conhecimentos tornam a manutenção do EFM, um desafio cultural e econômico a ser superado. A depreciação das edificações e engrenagens dos Engenhos com o passar do tempo foi um fator apontado na matriz FOFA, realizada através do PdC Engenhos de farinha como uma das Fraquezas para a continuidade destas comunidades tradicionais.

“É bom receber turistas, até pra manter o próprio Engenho, que as vezes precisa trocar uma peça ou outra. Se tem a renda que vem por fora, do turista que vem visitar, dá pra reformar alguma coisa se precisar” G3

A realização de eventos também aparece como algo de grande interesse dos agricultores, nos quais os chamados **subprodutos** dos Engenhos ganham destaque. Vinculados muitas vezes a apresentações e oficinas de temáticas territoriais, como o folclórico **boi-de-mamão**, elaboração de redes de pesca, balaies e outros artefatos tradicionais, além de gerar renda para essas famílias, promove a valorização de patrimônios naturais e culturais mantidos por essas comunidades.

“A gente tá com um projeto de fazer um receptivo cultural, pra não vender só o produto em si, mas vender toda essa cultura que tem por trás.” G3

Segundo a coordenadora do PdC Engenhos de Farinha, muitos dos Eventos realizados através do Projeto, contaram com a presença de produtores e cozinheiros da Rede *Slow Food*, o que além de enriquecer o diálogo entre diferentes atores e facilitar a troca de conhecimentos, fortalece politicamente a importância socioambiental dessas comunidades tradicionais que atuam com EFM. A recepção de estudantes é outro importante serviço realizado por estes agricultores, seja pelo aspecto econômico, como pela possibilidade de passar conhecimentos às novas gerações.

“A gente tem recebido estudantes do IFSC, eles pagam a visita e o café, as crianças da escola municipal às vezes vem também, tudo por agendamento. Eu acho que é uma atração boa pra quem não conhece de onde vem o produto, principalmente as crianças pequenas, que a maioria hoje não sabe de onde vem a comida.” G2

Vemos que apesar das dificuldades enfrentadas para manter roças, Engenhos, organizar trabalhos, entre outras pressões vistas anteriormente, a oferta de uma CBST gera motivação aos atores das comunidades aqui estudadas, seja devido à perspectiva de geração de renda, como pela manutenção de suas culturas e modos de vida.

“A renda boa, boa, não é, mas da pra sobreviver. Aqui a gente vive com qualidade, no meio da natureza, com ar puro, que pra mim isso é qualidade de vida. Eu faço o que eu quero, faço o que eu gosto.” G2

Apesar do caráter informal do planejamento e elaboração dessas atividades, os agricultores se mostram em geral, motivados devido as possibilidades de crescimento econômico por elas geradas.

“A farinha a gente tendo, sai. A gente não vende mais porque a produção só nossa aqui ta pouca. Se tivesse mais, vendia mais.” G1

“Eu vejo a diferença de um ano pro outro, aumentando a produção vende tudo.” G2

Vemos que com exceção dos Areiais da Ribanceira, que por se tratar de um Engenho comunitário apresenta uma divisão de trabalho mais igualitária, os donos de Engenho centralizam grande parte da realização e comercialização desses bens e serviços territoriais. A cooperação entre agricultores aparece dessa forma, como fator chave para o crescimento dessa oferta. As comunidades em que há menor articulação entre agricultores, apresentam também, menor perspectiva de crescimento econômico. Sendo assim, além de essencial para a consolidação de uma CBST, o trabalho em Rede é fundamental para a sua diversificação e manutenção, tornando-a assim mais atrativa para os consumidores e promissora economicamente para os produtores.

“Nós vendemos dentro do Engenho mesmo, as pessoas vem pegar aqui. Se produzisse mais, vendia mais, mas ninguém ajuda, os vizinhos pararam de plantar. Não dá pra produzir muito, mas de pouquinho vende tudo.” G1

Nesse sentido, além do Engenho do Seu Zeca, citado anteriormente pela ampla oferta e demanda de produtos e serviços singulares, vemos também o caso do Engenho do Zezinho, como grande potencial para a geração de benefícios comunitários. Situado entre a estrada principal do município de Garopaba e a Lagoa Encantada, importante patrimônio natural do território, tem localização privilegiada devido à proximidade de turistas e visitantes. Além disso, o seu dono comercializa produtos orgânicos, o que atrai visitantes interessados em conhecer os seus cultivos. Está montando também, uma pequena agroindústria para a produção de pães e geleias artesanais, buscando com isso melhorar a renda da família. Apesar do entorno urbano ter descaracterizado muito das paisagens e laços sociais tradicionais, a visão empresarial do agricultor não ocorre de forma independente, conta com a cooperação de outros membros da comunidade.

“Futuramente, eu quero fazer um passeio de canoa pros turistas, a Lagoa Encantada fica aqui no fundo, ia ser uma renda que ia entrar pros pescadores, eles também tem interesse, iam ganhar um troco legal.” G2

O trabalho em Rede no território possibilita um maior reconhecimento e valorização das peculiaridades encontradas nos diferentes contextos geográficos e socioculturais de cada Engenho. Permite dessa forma, a expressão dos potenciais de

cada família e comunidade, e com isso, uma melhor divisão de trabalhos e dinamização da CBST. Apesar do capital ambiental, social e cultural que sustenta essas atividades, assim como a demanda existente pelas mesmas, vemos a necessidade de melhores coordenações nesse sentido. Conforme afirma um dos agentes de desenvolvimento entrevistado.

“A identidade cultural é importante para a organização dos agricultores, mas ela continua se perdendo. Para a cesta virar ativa ainda tem um caminho a ser estruturado.” AD

É importante considerarmos, o papel fundamental dos consumidores ao procurarem bens e serviços territoriais e reconhecerem valores materiais e imateriais singulares mantidos por essas comunidades, disponibilizando-se em alguns casos, a pagar preços acima da média de mercado para apoiar essa manutenção.

“Eu acho que a população, não só a nossa daqui, a população de SC, devia dar mais valor ao produto orgânico, ao produto nativo, porque vão lá e compram uma farinha que a gente não sabe nem como é que foi produzida, não é uma farinha de qualidade.” G2

4.2.2.1. O caso do Engenho dos Andrade

Apesar de se encontrar fora do território analisado neste trabalho, o caso do Engenho dos Andrade será apresentado pelo êxito na viabilização de serviços culturais de base comunitária. Situado no município de Florianópolis, capital de Santa Catarina, mais precisamente no bairro de Santo Antônio de Lisboa, conhecido nacionalmente pela arquitetura, gastronomia e outras manifestações da cultura açoriana, é mantido pela família Andrade desde 1860. Juntamente com o casarão em que vivia a família, o Engenho é tombado pelo IPHAN como Patrimônio cultural brasileiro.

Além da formação sociocultural, Florianópolis apresentou nas últimas décadas, transformações socioeconômicas bastante semelhantes ao Litoral Centro-Sul do Estado, porém ainda mais intensas, devido a concentração populacional, serviços e construções característicos de uma capital. A forte presença de paisagens urbanas encontradas atualmente evidenciam as pressões e perda de espaço territorial sofrida por

comunidades tradicionais que atuam com EFM, as quais apesar de raras hoje em dia, ocuparam a ilha por centenas de anos.

Com um perfil de Engenho museu, o espaço é utilizado para receber turistas, escolas, e eventos culturais, sendo a **Divina Farinhada** o mais conhecido deles. Presente desde 1998 na agenda de eventos de Florianópolis é realizada através da organização e divisão de trabalho comunitária, representa ainda, a resignificação cultural de duas importantes identidades açorianas, a Festa do Divino Espírito Santo e as **farinhadas**, realizadas tradicionalmente durante a safra de mandioca. A proximidade com restaurantes, hotéis e outros serviços, assim como, o reconhecimento e divulgação do espaço como atração turística da ilha, auxilia na atração de visitantes e geração de renda para a família e comunidade, e assim na preservação do Patrimônio.

O Engenho não mantém a produtividade de farinha de outros tempos, para a realização dos pratos típicos servidos nos eventos, compra o produto de comunidades vizinhas, deixando para elaborá-la principalmente em oficinas e eventos culturais. Segundo o proprietário do local, um Patrimônio leva consigo, todo um conjunto cultural e ambiental, sendo este, o principal atrativo para os visitantes, como a antiga arquitetura, as atividades, personagens e histórias do lugar. Relata por exemplo, que os turistas e estudantes podem ver o funcionamento do Engenho movido a tração de boi, participar de oficinas de olaria, balaies e outros artesanatos tradicionais, e podem ainda, presenciar apresentações culturais, como de boi-de-mamão, entre outras atividades relacionadas ao modo de viver e trabalhar transmitido ao longo de gerações de descendentes açorianos.

Essa organização comunitária e incidência política exercida pelo Engenho dos Andrade facilitou também a realização do **Projeto da Associação de Moradores de Santo Antônio**, realizado em parceria com a UFSC, o qual permitiu a elaboração de um inventário sobre o Patrimônio imaterial mantido pela comunidade do bairro, documentando e reafirmando, a presença e riqueza desses **saberes e fazeres** tradicionais. No entanto, mesmo com o reconhecimento da sociedade sobre a importância desse Patrimônio cultural, muitos produtores não conseguem manter suas roças de mandioca devido a redefinição de suas terras como de uso urbano, passando a taxaço do IPTU, ou ainda como APPs.

4.3. Dimensão social

4.3.1. Governança local

Elementos empíricos - organização e cooperação interna da comunidade para alcançar objetivos em comum.

Buscamos nessa seção, analisar como ocorrem as organizações sociopolíticas internas nas comunidades, se há coordenações e mobilizações capazes de alcançar objetivos em comum e influenciar nas dinâmicas de desenvolvimento do território. Vemos que nas últimas décadas houve a criação de organizações com o objetivo de atender aos interesses de seus sócios. A comunidade da Encantada, conta com a Associação Comunitária Encantadense, as Três Barras, com a Associação do Rio Cachoeira do Norte e os Areiais da Ribanceira, com a ACORDI, a qual se destaca por representar a capacidade organizacional dos agricultores, seja através das atividades produtivas como pela incidência política em Redes institucionais.

Além disso, a Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) surge como importante instrumento legal facilitador de estratégias e ações fomentadoras de atividades econômicas com valorização cultural, promove assim, a distribuição de benefícios a agricultores familiares, pescadores artesanais e artesãos e a sustentabilidade do desenvolvimento rural nas comunidades do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina que atuam com esses patrimônios. Representa dessa forma, o empoderamento sociopolítico e a capacidade de governança local dessas populações.

Tais instrumentos evidenciam o interesse por parte dos atores locais de se unirem e se fortalecerem institucionalmente, sendo a formalização legal, um importante passo para o acesso a políticas públicas e outros incentivos ao desenvolvimento. A cooperação entre atores e consolidação dessas instituições, só é possível devido a valores materiais e imateriais mantidos tradicionalmente por essas populações, como as dinâmicas comunitárias em torno dos Engenhos.

“Durante as farinhadas vem a tona o sentido de pertencimento, de identidade cultural. As pessoas se encontram em torno do forno, em torno do trabalho, trocam experiências, discutem problemas da comunidade,

visualizam soluções. Então o Engenho tem essa importância social e política muito forte.”AD

Essas atividades evidenciam ainda, a preservação de dinâmicas de reciprocidade.

“Ela vem ajudar em troca de farinha, em troca de um favor. Se você fez alguma coisa pra ela, ela vem retribuir, coisas assim.” G1

Apesar da presença dessas organizações territoriais, vemos ainda, poucas articulações em Rede envolvendo Engenhos e agricultores de diferentes comunidades, o que facilitaria a identificação de habilidades e potenciais específicos, troca de informações, experiências e elaborações de estratégias articuladas. Isto possibilitaria a otimização de trabalhos, distribuição de benefícios e perspectiva da manutenção de paisagens e culturas tradicionais a longo prazo.

“Eu não posso pensar só em mim, porque se não mudar, se a coisa não melhorar, a tendência é todo mundo parar. Então a gente tem que se juntar e correr atrás.” G2

Apoios de instituições externas, apesar dos diversos aspectos positivos gerados para o desenvolvimento dessas comunidades, podem também causar uma certa “dependência”. A incapacidade de manter ao longo do tempo articulações e ações fomentadas por Projetos, é algo bastante recorrente em diferentes contextos, sendo a incidência das populações sobre seus próprios processos de desenvolvimento, um importante desafio a ser trabalhado.

“Quando o CEPAGRO estava aqui, a gente se encontrava todo mês mas depois parou. Era bom conversar sobre o que cada um estava fazendo, a gente se ajudava mais.” G1

Além de atender a interesses específicos dos atores locais, os trabalhos e articulações em rede atendem também a sociedade como um todo, seja por dar visibilidade a potenciais e dificuldades compartilhados por outras comunidades tradicionais, como por promover o resguardo de patrimônios culturais e naturais. O fortalecimento político dessas comunidades representa dessa forma, maior perspectiva

de sustentabilidade dos meios rurais, o que é essencial para o controle de importantes fatores socioambientais, como alterações climáticas, segurança alimentar e nutricional, e problemas causados pelas altas concentrações demográficas nos centros urbanos.

“O Engenho foi muito importante pra comunidade. Segura mais a gente na terra, porque elas trabalham aqui, vivem disso aqui.” AD

A governança local em uma comunidade ocorre a partir da capacidade dos membros identificarem de forma participativa, seus principais problemas, motivações e objetivos, facilitando assim, um direcionamento unificado para a superação e alcance destes. Em algumas comunidades vemos que apesar da existência de espaços de encontros e articulações internas, como as Associações, reuniões de pais nas escolas, grupos de mulheres, missas e outros eventos locais, os indivíduos nem sempre mantêm a frequência dos encontros e as dinâmicas de organização comunitária.

Vemos nesse sentido, que a realização de **farinhadas** e outros eventos culturais, como a Feira da Mandioca realizada pela ACORDI, é de grande importância para unir e facilitar a cooperação entre os atores locais. Os donos de Engenhos representam dessa forma, lideranças comunitárias, seja por coordenarem grande parte dos trabalhos, como pela responsabilidade de manter essas unidades produtivas. Vemos também, que além dos interesses econômicos, o envolvimento dos atores locais é motivado pela amizade e manutenção de relações de confiança.

“Aqui tudo é amigo, tudo é camarada, um ajuda o outro quando pode”

G1

O papel do forneiro, bastante citado por se tratar de uma atividade que envolve conhecimentos e técnicas específicas, dominadas por poucos atores das comunidades, representa também, a divisão de trabalho específica e cooperativismo necessário durante a época das **farinhadas**.

“Agora que o dono do Engenho morreu eu vim aqui pra fornecer. Que a gente era cumpadre e hoje eles não tem quem faz essa parte.” G2

Identificamos nas comunidades, diferentes formas de cooperação entre os agricultores. A ACORDI se destaca nesse sentido, seja pela organização para o trabalho na roça, como para elaboração da farinha. O que pode ser explicado devido a necessidade de união exigida para a continuação da existência da comunidade, frente as

fortes pressões sofridas nas últimas décadas. Além disso, as dificuldades vivenciadas por essas famílias fez com que grande parte das novas gerações (G2 e G3), deixassem suas terras em busca de novas oportunidades, a idade avançada e diminuição dos núcleos familiares, aumentou a necessidade de cooperação interna.

“Na plantação um ajuda o outro, na colheita também. Tem que ajudar, pra ser ajudado.” G1

Vemos também, que a manutenção do Engenho comunitário desempenha papel fundamental para a preservação da identidade cultural, dos laços sociais, organização cooperativa e qualidade de vida da população dos Areiais da Ribanceira.

“Pra mim o Engenho é importante, eu gosto daqui, gosto de trabalhar aqui, das amizades que tenho aqui.” G1

“Isso aqui pra nós da nossa idade é o hospital sem médico. O verde, o contato com a terra, ajuda muito.” G1

Além disso, a organização comunitária e utilização do Engenho para elaboração da farinha, aparece como importante meio de crescimento de renda para essas famílias.

“Se a gente não tivesse o Engenho, essa mandioca a gente tinha que vender toda e as vezes o preço não compensa. A farinha não, se a gente não vender agora, a gente coloca no latão e vende quando chega o verão.” G1

4.3.2. Rede institucional

Elementos empíricos - atores e instituições que incidem pelo desenvolvimento das comunidades.

Nesta categoria de análise buscamos compreender o papel da Rede institucional, articulando as comunidades tradicionais aqui estudadas na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento rural. Vemos uma grande diversidade de “nós”

que tecem essa Rede, como órgãos públicos (EPAGRI, MinC, ICMBio, prefeituras municipais e Institutos de ensino federais), organizações da sociedade civil (CEPAGRO, AMA, Rede Ecovida de Agroecologia, Movimento *Slow Food*, entre outros) e ainda iniciativas privadas, como escolas, hotéis e restaurantes locais que promovem visitas e compram produtos desses agricultores. Tais Redes, através de diferentes frentes de trabalho, consolidam estratégias e ações que promovem o crescimento econômico e o resguardo de valores materiais e imateriais mantidos por essas famílias.

Dessa forma, essas iniciativas permitem a manutenção tanto de estruturas físicas, como culturais, ao valorizar a artesanidade, as organizações sociais, paisagens e agrobiodiversidade mantida através da atuação com EFM, reafirmam a importância histórica dessas comunidades, contribuindo assim, para a coordenação entre atores locais no sentido do atendimento a demanda por produtos e serviços territoriais.

Importantes articulações facilitadas pela Rede institucional em torno dos EFM ocorrem em encontros temáticos, os quais permitem trocas de experiências entre iniciativas dispersas. Em um deles, por exemplo, o caso do município de Treze de Maio (localizado no Sul de Santa Catarina), foi apresentado como experiência exitosa de valorização de recursos territoriais, onde via resgate de receitas tradicionais e divulgação da culinária local, a mandioca é promovida como alimento saudável e versátil gastronomicamente. O que mostra que ações de *marketing* territorial podem ser de grande relevância na ressignificação do valor de alimentos tradicionais, não necessariamente presos ao passado.

No caso do LABTER, vemos que o fomento à viabilização de roteiros turísticos com identidade cultural no Litoral Centro-Sul de SC, permitiu a articulação entre diferentes atores, como líderes comunitários, políticos e empresários, facilitando a consolidação de ações sinérgicas, assim como, a realização de capacitações promotoras de empoderamento sociocultural e governança local, aumentando assim, as perspectivas de sustentabilidade do desenvolvimento das comunidades tradicionais atingidas pelo Projeto.

Outro agente de desenvolvimento entrevistado defende a importância de redirecionar parte do capital gerado pelo principal motor econômico do Litoral Centro-Sul de SC, o turismo, para o fomento da oferta de bens e serviços singulares do território, ou seja, para qualificar e singularizar essa atividade. Respeita-se assim, a presença ancestral da população **nativa** e as identidades construídas ao longo de

gerações, além de não restringir esse turismo a uma forma de consumo estandardizado. As oficinas de educação alimentar e patrimonial realizadas nos EFM aparecem também como algo de grande importância para a sustentabilidade do desenvolvimento nas comunidades tradicionais que as viabilizam, pois ao permitir que os jovens construam suas próprias percepções sobre culturas alimentares e manejo do meio ambiente, valorizam também histórias, técnicas e conhecimentos das populações que mantêm esses patrimônios naturais e culturais.

Vemos, nesse sentido que a participação da Escola da comunidade das Três Barras, município de Paulo Lopes, no Movimento de Valorização das Escolas do Campo de SC (MOVE), é um grande diferencial para a sustentabilidade do desenvolvimento na comunidade. A adaptação do currículo e da agenda escolar para a realidade rural ali encontrada, fomenta a preservação de identidades e o sentimento de pertencimento desses jovens. Como também pela realização da Festa do Campo, na qual os familiares dos estudantes se encontram para compartilhar produtos típicos, expressões artísticas, conhecimentos e experiências.

O apoio direto e indireto de órgãos internacionais como FAO e RIMISP, são de grande relevância para a divulgação sobre a importância socioambiental e o potencial econômico representado pela valorização de recursos culturais e naturais mantidos por comunidades rurais tradicionais. Nesse sentido, o evento *Terra Madre*, realizado pelo movimento *Slow Food*, marca a possibilidade de unir ações e motivações de interesse local e global. Realizado a cada dois anos, o evento promove a articulação entre atores responsáveis pela manutenção de patrimônios agroalimentares de todo o mundo, sejam eles agricultores familiares, como agentes públicos, privados e do terceiro setor. Em 2010, 2012 e 2014 representantes do **convívio Engenhos de Farinha** participaram do encontro, divulgando a farinha polvilhada de Santa Catarina e todo contexto social, cultural e ambiental que possibilita sua produção.

Vemos assim, que pelas organizações comunitárias, os agricultores se fortalecem para incidirem politicamente a nível territorial, regional e até global, possibilitando assim, a universalização de linguagens e ações de Redes institucionais, promovendo o desenvolvimento sustentável, seja das comunidades envolvidas, como da sociedade como um todo. Apesar de encontrarmos iniciativas institucionais significativas para a sustentabilidade do desenvolvimento rural de comunidades tradicionais que atuam com EFM no território aqui estudado, vemos ainda, uma forte demanda por apoios externos que incentivem a viabilização e a visibilidade de ações em Rede realizadas por essas

comunidades. Diminui assim, a discrepância entre os recursos públicos direcionados à Agricultura Empresarial em relação ao que é direcionado à Agricultura Familiar do país.

4.3.3. Reprodução cultural

Elementos empíricos - capacidade das novas gerações reproduzirem as culturas tradicionais de suas comunidades.

Apesar dos relatos demonstrarem a drástica redução dos EFM ocorrida no Litoral Centro-Sul de SC nas últimas décadas, resultado das transformações sociais e econômicas ocorridas no território, vemos que as identidades desses atores são ainda bastante presentes nas comunidades tradicionais aqui estudadas. Os relatos, seja dos mais velhos (G1) como dos mais jovens (G2 e G3), demonstram motivação para a manutenção de atividades e hábitos transmitidos por gerações, valores materiais e imateriais que caracterizam o meio rural singular em que vivem.

“Eu sempre gostei muito do Engenho, as histórias que o bisô contava, o trabalho do vô, e por isso quis reeguer o Engenho, porque tudo isso é história, não pode perder” G3

A preservação cultural no cotidiano dessas famílias aparece como fator fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento nessas comunidades. A satisfação pessoal gerada por seus trabalhos, hábitos culturais, relações sociais e meio ambiente em que vivem, foram mencionados por diversos agricultores, assim como a intenção de permanecerem em suas terras e modos de vida.

“Se acaba os Engenhos não existe mais farinha, pra fazer o pirão, pra comer farinha. Antes isso aqui era tudo Engenho.” G3

“Quando a gente crescer nossos filhos vão querer ver como que era isso daqui. Não é só em fotografia que eles vão ver, se depender de nós eles vão ver isso daqui” G3

A importância dos Engenhos na identidade desses jovens entrevistados demonstra o empoderamento sociocultural apresentado pelas novas gerações,

resignificando assim, o papel dessas unidades produtivas nos dias de hoje. Ao valorizar a cultura tradicional mantida em suas famílias esses jovens reconhecem também, as vantagens comparativas de bens e serviços produzidos a partir dessas identidades, e assim, o potencial de crescimento econômico por estes representado.

“O Engenho pode trazer renda pra nossa geração e resgatar a cultura das antigas gerações.” G3

Além disso, se sentem dessa forma, mais valorizados como indivíduos.

“Ali ele se sente o ator principal, nos empregos eles são só mais um, podem ser despedidos a qualquer hora.” AD

A conscientização sobre si mesmo, seus modos de vida e atividades singulares. Assim como, sobre os problemas e dificuldades encontradas nas cidades, também parecem motivar a permanência dessas famílias no meio rural.

“As crianças são criadas hoje no computador, dentro de casa. Nós aqui ainda tem liberdade, mas nas cidades grandes vocês sabem que é do serviço pra casa, do colégio pra casa, e fica lá dentro do apartamento.” G2

Relatos de agricultores mais velhos (G1 e G2) que voltaram para suas terras após tentarem viver nas cidades, demonstram as frustrações culturais, sociais e até econômicas, geradas por tais experiências.

“Eu já trabalhei fora também, de servente, de garçom, balconista, mas voltei porque a origem da gente, não se pode se perder. E pra quem é do campo é diferente, não fica muito adaptado na cidade. Até por causa da falta de estudo, porque pra viver bem lá, você tem que ter um salário. Lá sem dinheiro você não é nada.” G2

Vemos também que a dimensão econômica é a principal ameaça para a sustentabilidade do desenvolvimento rural nessas comunidades. Parte dos agricultores das novas gerações se dedicam a serviços urbanos para complementar a renda familiar,

viabilizando assim, a manutenção das atividades nas roças e Engenhos, e a pluriatividade desempenhada por essas populações.

“Às vezes, o dinheiro que eu tiro de outras fontes de renda é para o Engenho, por que as vezes ele não compensa. Já tivemos várias consultorias com o SEBRAE e a única coisa que eles dizem é: fecha que tu tá tendo prejuízo.” G3

Vemos que a geração G2 foi a que mais sofreu com a marginalização social decorrente da urbanização do território. Enquanto a nova geração (G3) apresenta melhores perspectivas de desenvolvimento socioeconômico no meio rural.

“Antes não dava, tinham que ir tentar alguma coisa na cidade, ou ficar ali escondidos, desvalorizados, sem perspectivas, só com o trabalho braçal da roça.” AD

Vemos ainda, que a possibilidade de usufruir de recursos básicos da modernidade, como internet e eletricidade, também é fator motivacional para a permanência das novas gerações no meio rural, facilitando os trabalhos e a articulação com a sociedade sobre os valores materiais e imateriais mantidos por suas comunidades.

“Eu vi uma matéria dizendo que a mandioca é uma das matérias primas mais ricas que tem. Então a gente não pode deixar isso aqui morrer né?”
G2

A relativa modernização dos Engenhos e modos de vida dessas populações aparece também como fator facilitador da permanência dos mais velhos nas atividades.

“Hoje é muito melhor, antes a dificuldade pros idosos era muito grande.”
G1

O uso da internet por exemplo, representa importante instrumento de empoderamento sociopolítico desses jovens, ao facilitar a comunicação com diferentes grupos sociais e a divulgação dos produtos e serviços elaborados em suas comunidades.

“Agora tem pouco cliente, mas a gente vai por na **rede social** pra ver se aumenta.” G3

Nesse sentido, vemos que a comunidade das Três Barras, no município de Paulo Lopes, se destaca pelo desenvolvimento de mecanismos que facilitam a reprodução da cultura tradicional relacionada à manutenção dos EFM. Isto é devido, em grande parte, ao trabalho desenvolvido pela Escola local ao seguir a **modalidade do campo**, buscando assim, adaptar o sistema de ensino à realidade rural singular da comunidade.

“A gente está tentando refazer esse currículo com base nos costumes e tradições da vida na comunidade, e não tem como fugir dos Engenhos, porque sempre estiveram muito presente na vida dessas famílias. Então a gente quer fazer aulas práticas em que as crianças possam participar de todo processo, desde a roça até fazer a farinha.”AD

O agente de desenvolvimento relata ainda, o caso recente de uma família que reabriu o Engenho devido aos pedidos dos netos. O que demonstra que o envolvimento e a apropriação das novas gerações sobre os **saberes e fazeres** relacionados aos Engenhos é algo fundamental para a sustentabilidade dessas atividades, modos de vida, paisagens e agrobiodiversidade. Evidenciando ainda, que essas identidades territoriais não permanecem estáticas ao longo do tempo, se renovam, agregam novos elementos, se modificam conforme as novas dinâmicas e valores da sociedade.

“Esses jovens já são mais sensíveis à importância do campo, não acham feio ser do campo.” AD

Apesar das perspectivas positivas quanto à valorização econômica das identidades tradicionais mantidas por essas comunidades, vemos que estratégias e ações de desenvolvimento exógeno, pressões e contradições a elas relacionadas, ainda prevalecem no território, ameaçando a sustentabilidade do seu desenvolvimento rural.

“O imposto urbano tem dificultado a manutenção dessa cultura, como também a pouca valorização do trabalho do agricultor, do pescador, pra sociedade o que vale é ser médico, arquiteto, advogado.” AD

Isto mantém em grande parte dos atores (G1 principalmente), a visão de que para ter boas oportunidades, o jovem tem que deixar o campo.

“A nossa cultura daqui, ela não tem espaço pra funcionar, mas tem o espaço lá fora pra procurar. Eu tenho seis filhos, e eu não permito que eles venham passar um ano todo aqui pra faturar uma granazinha de ano a ano.” G1

A sazonalidade da produção da farinha também influencia na capacidade e necessidade de diversificar atividades, possibilitando assim, uma geração de renda mais estável ao longo do ano, capaz de atender as expectativas dos agricultores. Vemos assim, que apesar da perspectiva de sustentabilidade do desenvolvimento rural nessas comunidades contar com bases naturais e culturais sólidas, apresenta ainda, desafios a serem superadas, principalmente devido a questões políticas e econômicas de interesses exógenos que dificultam sua continuidade.

“O litoral Centro-Sul está em uma encruzilhada, agora que vamos ver como é que vai ser, talvez ainda tenha uma chance de escolher, de repensar algumas dinâmicas.” AD

A “encruzilhada” mencionada pelo entrevistado, conta por um lado, com o crescimento urbano em detrimento de recursos naturais e culturais, e por outro, com o fortalecimento sociopolítico das novas gerações de comunidades tradicionais presentes no território, que buscam ressignificar suas identidades em iniciativas singulares. O caso de um jovem agricultor evidencia essa situação, o qual apresenta forte motivação para ofertar bens e serviços a partir do Engenho da família, reformado recentemente com essa finalidade, mas que ainda encontra dificuldades para obter renda a partir destas atividades.

“Já estamos há cinco anos com o Engenho reformado, batalhando, fiz um planejamento pra mais 3, 4 anos, se essa questão cultural, do turismo, não

trouzer uma fonte de renda maior, infelizmente a gente vai ser obrigado a fechar, porque não tem como aguentar.” G3

A diversificação de bens e serviços oferecidos pelas comunidades aqui estudadas, assim como o reconhecimento e valorização destes por parte da sociedade, representam portanto, importante alternativa de geração de renda para as novas gerações de agricultores, não obrigando-as a buscar trabalhos nas cidades para atender às suas expectativas pessoais, possibilitando assim, a expressão criativa para a viabilização de novas atividades econômicas a partir de suas identidades culturais. Apesar dos indícios positivos quanto à aceitação de mercado, ainda ocorrem em pequena escala e com pouca frequência.

5. CONCLUSÕES

O levantamento de dados empíricos realizado nessa pesquisa nos mostra que diferentes formas de atuação com os EFM são mantidas atualmente nas comunidades aqui estudadas, o que permite a manutenção de recursos culturais e naturais a eles vinculados. A manutenção e valorização dessas identidades pelos atores locais, seja entre os mais jovens como entre os mais velhos, é de grande importância para a superação de desafios e alcance de expectativas em comum. O que representa a resistência e capacidade de reprodução cultural dessas populações.

Valores materiais e imateriais mantidos nas comunidades facilitam a aproximação e ordenação dos atores locais, assim como a construção de formas inovadoras de produzir e ofertar bens e serviços cujos diferenciais resultam justamente de conhecimentos e dinâmicas enraizadas no cotidiano dessas pessoas, o que evidencia a multifuncionalidade do meio rural e as possibilidades geradas por especificidades locais.

Vemos ainda que a governança dessas populações sobre seus próprios processos de desenvolvimento está relacionada às identidades e relações mantidas tradicionalmente pelos atores locais. Evidenciam assim, dinâmicas substanciais da economia, fundamentadas não apenas em valores financeiros, mas também por organizações e cooperações comunitárias que facilitam a subsistência e a reprodução social dessas comunidades. Seguem portanto, uma lógica comunitária, de agricultura e produção artesanal, enraizada em épocas de isolamento e pouco acesso a alimentos vindos de fora. Sua presença nos dias de hoje representa a capacidade de resistência às transformações da sociedade.

Fatores externos a essas comunidades exercem influência em relação a manutenção dos recursos culturais e naturais por elas mantidas, muitos deles com efeitos negativos, como as normativas sanitárias da ANVISA para a produção de farinha de mandioca, que não reconhece os sistemas artesanais; a taxação de imposto urbano (IPTU) pela Prefeitura, em áreas tradicionalmente rurais; estratégias políticas para a redefinição do uso de APAs, como a Lei Estadual nº 14.661 de 26 de março de 2009; e até mesmo a imposição de valores e culturas urbanas trazidas pelos novos moradores.

Porém, há também fatores externos positivos, como as articulações facilitadas pelos Projetos apresentados no subcapítulo 3.4. *Rede institucional pelo desenvolvimento sustentável*, que demonstram a motivação de atores locais e a capacidade de trabalhos

fragmentados e colaborativos na geração atividades diferenciadas, como a organização de roteiros turísticos, oficinas e eventos com identidade cultural.

A organização social que garante a reprodução cultural de populações tradicionais com o passar do tempo é algo que exige organização e comprometimento dos autores envolvidos, ou seja, uma construção contínua e participativa. A organização do trabalho entre diferentes colaboradores permite a ampliação da sua área de incidência, facilita a superação de dificuldades e a conquista de resultados positivos para as comunidades. Apesar da realização de importantes ações no sentido da valorização das identidades e recursos do território, estratégias e ações colaborativas podem ser melhores coordenadas. Melhorando assim, as condições para a criação de dinâmicas de desenvolvimento singulares, resilientes às transformações sociais, econômicas e ambientais a longo prazo.

A proximidade entre meio rural e urbano encontrada no território aqui estudado, aparece, como em outros estudos de desenvolvimento rural, como precursor tanto de aspectos negativos como positivos. Apesar da opressão que o meio rural sofre devido à urbanização, industrialização, especulação imobiliária e outras transformações sociais e econômicas, vemos também oportunidades trazidas por essa aproximação. Além disso, vemos nesse contexto o surgimento de movimentos contrários aos padrões urbanos globalizados, que valorizam produtos típicos, culturas tradicionais, valores materiais e imateriais singulares, como os mantidos pelas comunidades aqui estudadas. Dessa forma, a grande atratividade turística da região, além de uma ameaça à preservação ambiental e cultural do Litoral Centro-Sul de Santa Catarina, facilita a visibilidade e valorização da sociobiodiversidade encontrada no território.

O turismo representa, dessa forma, uma oportunidade para a absorção da Cesta de bens e serviços com identidade cultural ofertada pelas comunidades aqui estudadas, o que é de grande importância para o desenvolvimento rural. Isto também foi visto em países **desenvolvidos**, que através do agroturismo e comercialização de produtos típicos viabiliza a permanência e crescimento econômico de famílias no meio rural.

O fortalecimento da integração entre atores públicos e privados é algo de grande importância nesse sentido, uma vez que encontramos no território um potencial mercado consumidor, representado por turistas e *outsiders*, principalmente na temporada de verão. Muitos dos quais manifestam interesse em acessar produtos e serviços singulares, diferente dos encontrados de forma generalizada nos balneários de verão.

Dessa forma, o direcionamento de estratégias e ações nesse sentido pode melhorar as condições para a oferta da CBST, a qual, apesar de incipiente, representa grande potencial para a ampliação da distribuição de benefícios ao longo do território, aumentando assim, as vantagens comparativas do mesmo. Os benefícios que esses mecanismos podem gerar em processos de desenvolvimento rural podem ser vistos em países como a França, que ao facilitar a identificação de especificidades territoriais através do termo *terroir*, aumenta a atratividade e a valorização da sua sociobiodiversidade, agroecossistemas, produtos típicos e culturas tradicionais.

Apesar da representatividade social, ambiental e econômica histórica desempenhada pelos EFM no desenvolvimento do território aqui estudado, assim como o reconhecimento da múltipla importância do meio rural para a sociedade, vemos ainda um grande descaso em relação a essas populações, o que coloca em risco a continuidade destas atividades, paisagens e identidades culturais singulares ao longo do tempo. A consolidação de um tecido institucional multisetorial, capaz de atuar tanto horizontal, como verticalmente, aparece como algo fundamental para o desenvolvimento rural dessas comunidades.

Reflexões construídas neste trabalho indicam caminhos para a elaboração de futuras pesquisas, como em relação a diferentes formas de organização social e trabalhos em rede; possíveis articulações entre meio rural e urbano; levantamento de fatores positivos e negativos estabelecidos entre turismo e desenvolvimento rural; dinâmicas comunitárias e a oferta de bens e serviços territoriais.

Por fim, é importante destacarmos que o caso aqui estudado é apenas um exemplo das diversas culturas alimentares mantidas pela rica sociobiodiversidade brasileira. Podemos imaginar quantas comunidades tradicionais Brasil a fora sofrem as pressões trazidas por modelos exógenos de desenvolvimento. Tal riqueza natural e cultural merece olhares diferenciados, seja para a elaboração de pesquisas, estratégias e ações de desenvolvimento rural, como por parte de turistas e consumidores. O reconhecimento e valorização dos recursos, materiais e imateriais, mantidos por essas populações favorece a perspectiva de mantê-los ao longo dos anos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. In: O Futuro das Regiões Rurais. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- ABRAMOVAY, R. *Para una teoría de los estudios territoriales*. In: Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios. Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, Buenos Aires, 2006.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Ed. da UNICAMP, Campinas, 1992.
- ADRIANO, J. *Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, município de Imbituba e Garopaba – Santa Catarina/Brasil*. Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- ALBAGLI, S. *Território e territorialidade*. In: Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. SEBRAE, Brasília, 2004.
- ALBUQUERQUE, M. *A mandioca no trópico úmido*. Editeria, Brasília, 1980.
- ALMEIDA, M. *Redescobrimos a família rural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n.1, v.1, 1989.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Ed. Expressão popular, 3 ed., São Paulo, 2012.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- AMARAL, F. *Atividade garimpeira e a poluição*. Itaituba, Para, 2010.
- AMBROSINI, L.; FILIPPI, E. *Da era do desenvolvimento ao desenvolvimento rural: sistemas produtivos localizados sob a perspectiva de Karl Polanyi*. Rev. REDES, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2008.
- ANDERMANN, A. *A gente comia farinha do engenho... O engenho como espaço de memória. Tradição, folclore, imagens*. Rev. Ágora, n.25, Florianópolis, 1997.
- ANDERMANN, A.; PIRES, F. *Historias de engenho : os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis, Economia cuidados com a produção, imagens (1917-1920)*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1996.
- ANDION, C.; SERVA, M.; LÉVESQUE, B. *O debate sobre a economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável*. Rev. Eisforia, v. 4, Florianópolis, 20006.
- ASSIS, R. *Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na Agroecologia*. Rev. Econ. Aplicada, n.10, Rio de Janeiro, 2006.
- ASUNÇÃO, D. *Sambaquis da paleolaguna de Santa Marta: Em busca do contexto regional no litoral Sul de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado USP, 2010.
- BAGNASCO, A. *La costruzione sociale del mercato: strategie di impresa e esperimenti di sacca in Italia*. In: Stato e mercato, n.13, 1985.
- BARBOSA, L. *Feijão com arroz e arroz com feijão: O Brasil no prato dos brasileiros*. Rev. Horizonte antropologia, vol.13, n.28, Porto Alegre, 2007.

- BARLACH, L.; FRANÇA, A.; MALVEZZI, S. *O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações*. Interamerican journal of psychology, v.42, Porto Alegre, 2008.
- BECATTINI, G. *O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica*. In: As regiões ganhadoras: Distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Ed. Celta, Italia, 1994.
- BENKO, G; LIPIETZ, A. *Geografia socioeconômica ou economia geográfica?* In: La richesse des régions – nouvelle géographie socio-économique. PUF, Paris, 2000.
- BERKES, F. *Cross-scale institutional linkages for commons management: Perspectives from the bottom up*. National Academy Press, Washington DC, 2002.
- BOEF, W. *Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário*. Porto Alegre, 2007.
- BONALD, O. *Turismo tropical, vocação regional e estratégia imperialista*. UNICAP, Recife, 1984.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. *Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural*. In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. IICA, Brasília, 2011.
- BOTTAZZI, J. *On the Dimension of Critical Prices in Incomplete Markets with Real Assets*. Journal of Mathematical Analysis and Applications, 1995.
- BOUHDIBA, A. *Turismo de massa e tradições culturais*. UNESCO, Rio de Janeiro, 1981.
- BOULLON, R. *Turismo y medio ambiente*. Instituto Politécnico Nacional, 1980.
- BOURDIEU, P. *O mercado dos bens simbólicos*. In: A economia das trocas simbólicas. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1974.
- BRANDÃO, A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Ed. da Unicamp, Campinas, 2007.
- BRASIL 1. *Lei da Agricultura Familiar*. Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.pdf>. Acessado em: 10/03/2015.
- BROCHADO, J. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado University of Illinois, 1984.
- BRYDEN, J.; HART, K. *Dynamics of Rural Areas (DORA) – The International Comparison – An EU Project involving Germany, Greece, Scotland and Sweden*. University of Aberdeen, UK, 2001. Disponível em: <http://www.abdn.ac.uk/irr/arkleton/documents/icfinal.pdf>. Acessado em: 20/08/2013.
- BUARQUE, C. *Ignacy Sachs: o professor humanista para o século XXI*. In: Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Garamond, Rio de Janeiro, 2002.
- CAMPOS, N. *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

- CARAVACA, I.; GONZÁLEZ, R. *Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial*. Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 2009.
- CAROLI, M. *O Marketing para Gestão do Desenvolvimento Econômico do Território*. In: Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. SEBRAE, Brasília, 2004.
- CARUSO, R. *Vida e arte, e a colonização açoriana*. Rev. Florianópolis, UFSC, 1989.
- CARVALHO, H. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, 2005.
- CARVALHO, L. *Biodiversidade e biotecnologia em mandioca (*Manihot esculenta* Crantz)*. EMBRAPA Recursos genéticos e biotecnologia, Brasília, 2011.
- CAVECHIA, A. *Manejo da paisagem por populações litorâneas e conservação da agrobiodiversidade*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ecologia, UFSC, Florianópolis, SC, 2011.
- CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. *Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa*. In: Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, 2009.
- CEPAGRO. *Engenhos da cultura – Teias Agroecológicas*. FCC, Florianópolis, 2014.
- CLAYSS. *Aprendizagem e serviço: A solidariedade como pedagogia*. Centro Latino Americano de Aprendizaje y Servicio Solidario, 2014. Disponível em: <http://www.clayss.org.ar/portugues/presentacion.pdf>. Acessado em: 14/02/2015.
- CLEMENT, C. *Melhoramento de espécies nativas*. In: Recursos genéticos e melhoramento de plantas. Rondonópolis, MT, 2001.
- CMMAD. *Nosso futuro comum*. Tradução de Our common future, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.
- COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, M. *Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: Questões para a realidade brasileira*. In: Empresários e empregos nos novos territórios produtivos o caso da Terceira Itália. Col. Espaços do desenvolvimento. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 1999.
- COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Harvard University, 1990.
- COLLETIS G.; PECQUEUR, B. *Révélation des ressources spécifiques et coordination située*. Journées de la Proximité, Faculté des Sciences Economiques, Marseille, 2004.
- CONTERATO, M. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de Agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2008.
- COSTA, L. *Caracterização do resíduo da fabricação de farinha de mandioca e seu aproveitamento no desenvolvimento de alimento em barra*. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2004.
- COURLET, C. *Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo*. Rev. Eisforia. v. 4, Florianópolis, 2006.
- DA MATTA, R. *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social*. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1991.
- DALLABRIDA, V. *Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento*. Rev. Desenvolvimento Regional em debate, Ano 2, n. 1, 2012.

- DGADR. *Direção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural*. Governo de Portugal, 2015. Disponível em: <http://www.dgadr.mamaot.pt/val-qual/dop-igp-etg>. Acessado em: 03/03/2015.
- DIAMOND, J. *Armas, germes e aço – os destinos das sociedades humanas*. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.
- DIEGUES, A. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. In: *Etnoconservação novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, 2000.
- DUPAS, G. *A lógica da economia global e exclusão social*. Estudos avançados, 1998.
- ECOVIDA. *Apresentação da Rede Ecovida de Agroecologia*. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>. Acessado em: 09/04/2015.
- ELLIS, M. *A baleia no Brasil Colonial*. EDUSP, São Paulo, 1999.
- EPAGRI. *Laboratório de Desenvolvimento Territorial Sustentável com Identidade Cultural na Zona Costeira de Santa Catarina, Brasil*. Porto Belo, 2010
- EPAGRI. *Roteiros culturais da costa catarinense – Comunidades tradicionais, produtos e serviços territoriais com identidade cultural*. Santa Catarina, Brasil, 2007.
- FABIANO, R. *Relatório técnico socioeconômico e fundiário para a criação de unidade de conservação na região da Lagoa de Ibiraquera / Santa Catarina*. Projeto Mata Atlântica FAO/GCP/ BRA/061/WBK, Santa Catarina, 2007.
- FAO. *Produzir mais com menos - Mandioca, um guia para a intensificação sustentável da produção*. Roma, 2013.
- FARIAS, A. *O Cultivo da mandioca*. EMBRAPA Mandioca e Fruticultura, Cruz das Almas, 2000.
- FARIAS, V. *Dos Açores ao Brasil meridional, uma viagem no tempo: 500 anos do litoral catarinense*. Florianópolis, 2000.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. Ed. Fapesp, São Paulo, 2007.
- FIDA. *Informe sobre la pobreza rural*. Roma, 2011.
- FINDLAY, R.; O'ROURKE, T. *Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*. Paperback , 2009.
- FLORES, M. *Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil*. Cadernos Pagu, n. 4, Campinas, 1995.
- FREITAS, C.; FARIAS, C.; VILPOUX, O. *A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia Sul Ocidental*. Boletim goiano de geografia, v.31, n.2, Goiânia, 2011.
- FREITAS, C.; FARIAS, C.; VILPOUX, O. *A produção camponesa de farinha de mandioca na Amazônia Sul Ocidental*. Boletim goiano de geografia, v.31, n.2, Goiânia, 2011.
- FROELICH, J. *Indicações Geográficas e desenvolvimento territorial – as percepções das organizações representativas da agricultura familiar na Espanha*. Rev. Estud. Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 20, 2012.
- GARCIA-PARPET, M. *Dinâmica de mercado e trajetória de produtores em face do sistema de classificação de vinhos*. Rev. de Administração de Empresas, São Paulo, 2004.

- GASPAR, M.; BUARQUE, A.; CORDEIRO, J.; ESCÓRCIO, E. *Tratamento dos mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambás e Goitacás que ocuparam a região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2007.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, 1993.
- GILPIN, R. *A economia política das relações internacionais*. Ed. Uni. de Brasília, 2002.
- GODOY, A. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. Rev. de administração de empresas, v.35, n.2, FGV, São Paulo, 1995.
- GUANZIROLI, Z.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Garamond, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt>. Acessado em: 03/02/2015.
- GUNDERSON, L.; HOLLING, C. *Panarchy – Understanding transformations in human and natural systems*. Island Press, Washington, 2002.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- HEIDENREICH, J. *Engenhos de farinha: Uma lição de história e tecnologia para o turismo rural e ensino estudantil*. UFSC, Florianópolis, 2014.
- HENRIQUES, C; CUSTÓDIO, M. *Turismo e gastronomia: A valorização do patrimônio gastronômico na região do Algarve*. Rev. Encontros científicos, n. 6, 2010.
- HIGHAM, C. *Los primeros agricultores y las primeras ciudades*. Cambridge University, 1990.
- JACOMEL, F. *Conflitos Socioambientais em áreas úmidas na zona costeira catarinense: estudo de caso relacionado à ocupação predatória do “Banhado da Palhocinha”, no Município de Garopaba, no período de 1998 a 2012*. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2012.
- KADT, E. *Turismo e desenvolvimento*. Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, 1981.
- KAKUTA, S. *Indicações geográficas: guia de respostas*. SEBRAE, Porto Alegre, 2006.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. Editora Civilização, Rio de Janeiro, 1989.
- KRUGMAN, P. *Desarrollo, geografía y teoría económica*. Princeton University, 1997.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, 1993.
- LAMOUNIER, B. *Determinantes políticos da política agrícola: Um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão*. IPEA, Rio de Janeiro, 1994.
- LAPERRIÈRE, A. *La theorisation ancrée (grounded theory): démarche analytique et comparaison avec d'autres approches apparentées*. Gaetan Morin Editeur, Canada, 1997.
- LEANDRO, J. *A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná*. Rev. ANPUH, v.27, n.54, São Paulo, 2007.
- LEONEL, M. *Valorização da agrobiodiversidade como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável: Estudo exploratório na zona costeira centro-sul de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis, 2013.

- LEONEL, M.; JACKY, S.; CEREDA, M. *Processamento industrial de fécula de mandioca e batata doce – um estudo de caso*. Rev. Ciências e tecnologia alimentar, v.18, n.3, Campinas, 1998.
- MADDISON, A. *The world economy in the 20th century*. Paris, OECD, 1989.
- MADELEY, J. *Turismo y tecer mundo*. Fundación Alemana para el desarrollo internacional, 1987.
- MARTINS, H. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol.30, n.2, 2004.
- MASSOT, J. *La economía argentina, 2003-2012: cronología de una sociedad conflictiva*. Edicon, 2013.
- MDA. *Programas de Crédito Rural, sobre o Pronaf*. Brasília: MDA/SAF, 2012. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acessado em: 22/04/2015.
- MELLO, A. *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*. Ed. Expressão, 2005.
- MILHEIRA, R; DEBLASIS, P. *O território guarani no litoral sulcatarinense: Ocupação e abandono no limiar do período colonial*. Rev. de Arqueologia Americana, n.29, 2011.
- MIPAAF. *Ministero delle politiche agricole alimentari e florestali - Portale DOP-IGP*. Italia, 2015.
- MOLLARD, A. *Multifuncionalidade, externalidades e territórios*. Rev. Eisforia, v. 4,
- MOMBELLI, R. *Comunidade tradicional dos Areiais da Ribanceira, Imbituba (SC): Desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos*. Rev. Estudos Sociológicos, Araraquara, v.18, 2013.
- MONZÓN, J.; CHAVES, R. *The European Social Economy: concept and dimensions – of the third sector*. Annals of Public and Cooperative Economics, 2008.
- OCDE. *Creating rural indicators for shaping territorial policy*. Paris, 1994.
- OLIVEIRA, A. *A agricultura camponesa no Brasil*. Ed. Contexto, São Paulo, 2007.
- OTSUBO, A.; MERCANTE, F.; MARTINS, C. *Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul*. Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, 2002.
- PECQUEUR, B. *A guinada territorial da economia global*. Rev. Eisforia, v.4, PPGA, UFSC, Florianópolis, 2006.
- PEREIRA, M. *Diagnóstico dos setores da agricultura familiar e pesca artesanal na Zona Costeira Catarinense - Estudo de caso no município de Paulo Lopes*. Relatório de Estágio de Conclusão de Curso (Agronomia), UFSC, Florianópolis, 2010.
- PIERONI, G. *Engenhos de farinha: Políticas culturais e saberes tradicionais no tempo presente*. UDESC, Florianópolis, 2012.
- PINHEIRO, B. *Arroz e feijão: Propriedades nutricionais e benefícios à saúde*. EMBRAPA Estudos e capacitação, Brasília, 2005.
- PINTO, M. *Manejo local de agrobiodiversidade: conservação e geração de diversidade de mandioca (Manihot esculenta C rantz.) por agricultores tradicionais dos Areias da Ribanceira, Imbituba- SC*. Trabalho de conclusão de curso, UFSC, Florianópolis, SC, 2010.

- PLOEG, J. *El processo de trabajo agrícola y La mercantilización*. Las Ediciones de La Piqueta, 1992.
- PLOEG, J. *Rural development: From practices and policies towards theory*. In: Sociologia ruralis, Wageningen, n.4, vol, 40, 2000.
- POJETO BALEIA FRANCA. *A Baleia – características*. Imbituba, 2001. Disponível em: http://www.baleiafranca.org.br/abaleia/abaleia_caracteristicas.htm. Acessado em: 15/03/2015.
- POLANYI, K. *A grande Transformação – As origens da nossa época*. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2000.
- POMERANZ, K. *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. American Historical Association, 2000.
- PRUDENCIO, J.; VIEIRA, P.; FONSECA, A. *Etnoconservação de recursos naturais na zona costeira catarinense: uma análise das transformações da paisagem na bacia do Rio da Madre, à luz do enfoque de ecodesenvolvimento*. Rev. Desenvolvimento e meio ambiente, UFPR, v.32, 2014.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia - a experiência da Itália moderna*. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2 ed. 2000.
- REIS, J. *Ensaio de economia impura*. Ed. Almedina, Coimbra, 2007.
- ROVER, O. *Redes de poder e governança local: análise da gestão político administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina*. Tese Doutorado em Desenvolvimento Rural, UFRGS: Porto Alegre, 2007.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Garamond, 2009.
- SACHS, I. *Ambiente e estilos de desenvolvimento*. In: Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir. Editora Vértice, São Paulo, 1986.
- SAES, A. *Do vinho ao café: Aspectos sobre a política de diferenciação*. Rev. Informações econômicas, v.36, São Paulo, 2006.
- SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária, potencialidade no espaço rural brasileiro*. In: Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e imagem, 2012.
- SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. Ed. Peirópolis, 1 ed., São Paulo, 2009.
- SAQUET, M. *Os tempos e os territórios da colonização italiana - O desenvolvimento da colônia Silveira Martins*. EST Edições, Porto Alegre, 2003.
- SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- SCHNEIDER, S. *A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil*. Rev. de Política Agrícola, n.3, 2007.
- SEIXAS, C. *Social-ecological dynamics in management systems: investing a coastal lagoon fishery in southern Brazil*. University of Manitoba, Winnipeg, 2002.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- SILVA, F. *A inclusão Digital como uma ação complementar do Programa Bolsa Família no Município de Garopaba – SC*. UFSC, Florianópolis, 2007.

- SILVEIRA, S. *Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável - Estudo de caso de dois grupos do núcleo litoral catarinense da rede Ecovida de agroecologia no período de 2002 a 2012*. Tese de Doutorado em Sociologia Política, Programa de pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, 2013.
- SOARES, M. *O vinho e a farinha, “zonas de sombra” na economia Atlântica do século XVII*. In: A companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil. Rev. População e Sociedade, n.16, Ed. CEPES, Rio de Janeiro, 2008.
- SOS Rio da Madre. *Conheça o movimento*. Palhoça, 2013.
- SOUZA, M. *A indústria carboquímica catarinense em Imbituba: uma história encoberta pela fumaça vermelha*. Rev. Santa Catarina em história, v.1, UFSC, Florianópolis, 2007.
- STORPER, M. *The city: Center of economic reflexivity*. University of California, 1996.
- THOMPSON, E. *Costume, leis e direito comum*. In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2005.
- VEIGA, J. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. Hucitrec, São Paulo, 1991.
- VIEIRA, L. *Fatores que afetam a competitividade das farinheiras e polvilheiras na agricultura familiar catarinense*. Instituto CEPA, Florianópolis, SC, 2002.
- VIEIRA, P. *Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina*. Projeto CAPES/COFECUB n° 449/04, Florianópolis, 2004.
- VIEIRA, P. et al. *Diagnóstico Socioambiental Exploratório e Subsídios para a Definição de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável em Paulo Lopes*. Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFSC, 2007.
- VIEIRA, P. *Gestão de recursos comuns para o ecodeenvolvimento*. Rev. Eisforia, UFSC, Florianópolis, 2006.
- VIEIRA, P.; CAZELLA, A. *Apresentação: Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: do conceito à ação*. Rev. Política e Sociedade, v. 8, Florianópolis, 2009.
- WANDERLEY, M. *Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidade*. Rev. Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, 2003.
- WANDERLEY, M. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Brasília, 2005.
- WOORTMANN, E. *O saber camponês: Práticas ecológicas tradicionais e inovações*. In: Diversidade do campesinato: Expressões e categorias. Ed. UNESP, 2009.
- ZANK, S.; ASSIS, A.; BORGES, M.; PERONI, N.; HANAZAKI, N. *The sustainable development reserve: An option for securing livelihoods in Imbituba, Brazil*. In: Community biodiversity management: promoting resilience and the conservation of plant genetic resources. Earthscan, London, 2013.
- ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: Uma introdução ao pensamento pós-global*. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

APÊNDICES

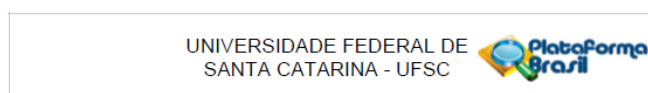
Apêndice 1. Informações sobre os agricultores entrevistados para a pesquisa

	Entrevistado	Geração	Comunidade	Município
E1	Joaquim Pereira de Souza	G2	Morro do Macacú	Garopaba
E2	José Constâncio	G1	Morro do Macacú	Garopaba
E3	Neisa Pereira de Souza	G1	Morro do Macacú	Garopaba
E4	José Antonio Furtado	G2	Encantada	Garopaba
E5	Rosilete Peters Benati	G2	Encantada	Garopaba
E6	João Leodorio	G2	Encantada	Garopaba
E7	Amauri	G3	Ressacada	Garopaba
E8	José João Faria	G1	ACORDI	Imbituba
E9	Genésio de Freitas	G1	ACORDI	Imbituba
E10	Walda	G1	ACORDI	Imbituba
E11	Zezeca	G1	ACORDI	Imbituba
E12	Rosa Constância do Nascimento	G1	Três Barras	Paulo Lopes
E13	João do Nascimento	G1	Três Barras	Paulo Lopes
E14	Inácia do Nascimento	G2	Três Barras	Paulo Lopes
E15	João Vitor da Silva	G3	Três Barras	Paulo Lopes
E16	Maicon Prudêncio	G3	Três Barras	Paulo Lopes
E17	Michele da Silva	G3	Três Barras	Paulo Lopes

Apêndice 2. Agentes de desenvolvimento entrevistados para a pesquisa

	Entrevistados	Instituição	Cargo
E18	Sérgio Pinheiro	EPAGRI	Coord. DTS com identidade cultura
E19	Enilto Neubert	EPAGRI	Pesquisador mandioca
E20	Gabriela Pieroni	CEPAGRO	Coord. PdC Engenhos de farinha
E21	Glaucia Maindra da Silva	Prefeitura Imbituba	Conselheira da cultura
E22	Renata Maracantonio	Prefeitura Paulo Lopes	Diretora de Escola do Campo
E23	Claudio Andrade	AMSA/Slow Food	Promotor cultural e articulador político

Apêndice 3. Aprovação da pesquisa pelo Comitê de ética da UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O papel dos Engenhos de farinha artesanais no desenvolvimento de suas comunidades rurais - o caso do litoral Centro-Sul de Santa Catarina

Pesquisador: Oscar José Rover

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33219114.9.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 753.371

Data da Relatoria: 11/08/2014

Apresentação do Projeto:

O papel dos Engenhos de farinha artesanais no desenvolvimento de suas comunidades rurais - o caso do litoral Centro-Sul de Santa Catarina. Mestrado de Flora de Oliveira Castelhana sob orientação de Oscar José Rover.

Objetivo da Pesquisa:

Já analisados.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 15 de Agosto de 2014

Assinado por:

Washington Portela de Souza
(Coordenador)